

NOVEMBRO 2010

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

CEDOC DW

Centro de Documentação e Informação

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacuaco e Jornal Vida Kilamba.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redação

Helga Silveira

Conselho de Edição

Allan Cain, Joyce Jose,
Jose Tiago, Gelson Gaspar
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop – Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda – Angola

Telefone

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

NORAD, Embaixada da Noruega
e LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda)

INDÍCE

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1	De terno e gravata, mas descalço	1
1.2	Custo de vida agita MPLA	1
1.3	Camponeses beneficiam de micro crédito	2
1.4	Inflação e desemprego: um calcanhar de Aquiles Os “altos e baixos” da economia em 35 anos de independência.	2
1.5	Combate à pobreza exige mobilização de todos	3
1.6	Programa de combate à fome melhora vida das populações	4
1.7	Crédito agrícola constitui um dos principais ganhos ai longo dos 35 anos	4
1.8	Banco Alimentar Inaugura sede em Luanda	5
1.9	É imperdoável a fome a que ainda aflige os angolanos	5
1.10	Ministro das Finanças destaca dinamismo da banca	6
1.11	É imperdoável a fome a que ainda aflige os angolanos	7
1.12	Angolanos recorrem cada vez mais à banca	8
1.13	Angolanos reclamam do custo da vida.	8
1.14	Insegurança alimentar preocupa hierarquia da Igreja Católica	9

2 MICROFINANÇAS

2.1	Camponeses esclarecidos sobre acesso ao crédito	11
2.2	Mulheres são as beneficiárias do programa nacional de crédito	11
2.3	Camponeses beneficiam de micro crédito	12
2.4	Combate à pobreza exige mobilização de todos	12
2.5	Crédito tira camponeses da pobreza	13
2.6	Credito tira camponesa da Pobreza	13
2.7	Crédito agrícola constitui um dos principais ganhos ai longo dos 35 anos	14
2.8	Ministro das Finanças destaca dinamismo da banca	15
2.9	BPC apoia camponeses	16
2.10	Igrejas ajudam mulheres nos negócios	16
2.11	Camponeses recebem créditos agrícolas	16
2.12	Responsável alerta os camponeses para benefícios de crédito agrícola	17
2.13	BAI Micro Finanças financia projecto no total de 15 milhões de USD	17
2.14	Fraca adesão dos camponeses pode comprometer campanha	18
2.15	Agricultores de Sanza Pombo beneficiam de microcrédito	19

3 MERCADO INFORMAL

3.1	Mercado da Humpata recebe vendedores de Dezembro	20
3.2	Mercado deu lugar a refúgio de assaltantes	20
3.3	Lubango ganha novo mercado	20
3.4	Continua o «braço de ferro» entre polícias, fiscais e zungueiras	21
3.5	Mais uma zungueira baleada	22

4 OGE INVESTIMENS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1	Executivo apresenta contas ao Parlamento	24
4.2	Execução do Orçamento de 2009 registou défice	24
4.3	Deputados não aguentam “passada” do Executivo	25
4.4	A economia acelera de novo : OGE 2011 aponta para crescimento de 7,6%	26
4.5	Deputados querem rápido desenvolvimento	28
4.6	Investimento Publico	28

4.7	Parlamento aprova orçamento	29
4.8	Deputados querem rápido desenvolvimento	30
4.9	Deputados vão propor ao Governo ajustes na despesa alocada ao sector social	30
4.10	Cortes orçamentais complicam funcionamento de sectores vitais	31
5	GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	
5.1	Ingombota investe em programas sociais	33
5.2	Censo populacional de dois anos	33
5.3	Corrupção é o maior problema do país	33
5.4	“A independência trouxe-nos uma extraordinária mobilidade social”	34
5.5	Censo populacional dentro de dois anos	35
5.6	Administradores dos Municípios de Luanda	36
5.7	José Maria é o décimo sexto governador de Luanda	36
6	URBANISMO E HABITAÇÃO	
6.1	Condomínios do Talatona violam regulamento urbano	38
6.2	É dinheiro público a suportar o luxo	38
6.3	Cacuaco ganha parque empresarial e residencial	39
6.4	Requalificação urbana do Cazenga começa hoje	40
6.5	Construção apresenta taxa de crescimento	41
6.6	Centralidades que ao mudar a cara de Luanda	43
6.7	Democracia e o ordenamento urbanístico angolano	44
6.8	Centralidades que ao mudar a cara de Luanda	45
6.9	Trinta e cinco anos da independência Chefe de Estado lança pedra para a requalificação dos municípios	47
6.10	Novas casas na comuna da Catumbela começam a ser construídas em Janeiro	47
7	TERRA	
7.1	Demolições na agenda dos partidos	49
7.2	À vista focos de tensão social	49
7.3	Novo partido promete lutar contra demolições	50
7.4	Vamos demolir Angola	51
7.5	Novos Bairros deve incluir serviços básicos	53
7.6	Municípios do Sambizanga satisfeitos com o início das obras de requalificação	53
7.7	Justiça precisa-se	54
7.8	Burburinho e satisfação na mudança para o Panguila	55
7.9	Requalificação do Sambizanga começou nos lotes da Marconi	55
8	SERVIÇOS BÁSICOS	
8.1	Banga volta a ter água canalizada	57
8.2	Limpeza de valas de drenagem entregue a uma empresa mista	57
8.3	UCAN sugere aumento da tarifa da electricidade	58
8.4	Cacuaco : entre a água e a lama	59
8.5	Água corre nas torneiras de Ndalatando no próximo ano	60

9 GÉNERO e VIOLENCIA

9.1	Chuvas desalojam famílias em vilas do Moxico e Bengo	62
9.2	Angola e Portugal enfrentam alterações climáticas	62
9.3	Chuva destrói casas em Cabinda	62
9.4	Luanda inundada com mais um temporal Candongueiros aproveitaram a ocasião para dobrar o preço da corrida	63
9.5	Terra angolana	63
9.6	Angola tem ainda muito trabalho pela frente para superar efeitos das alterações climáticas	64

10 AMBIENTE

10.1	Cuidado com o que se vê	65
10.2	Escolas do Rangel e Kilamba Kiaxi registam maior índice de delinquência	65
10.3	Cidadãos marcham por uma lei contra violência doméstica	66
10.4	Fórum aborda papel da mulher rural na economia familiar	67
10.5	Cidadãos marcham por uma lei contra violência doméstica	67
10.6	Aberta campanha par mobilizar activistas contra violência no género na vila do Andulo	68
10.7	Aumenta o número de alunas engravidadas pelos professores	68
10.8	Comunidades condenam a poligamia	69
10.9	Polícia Nacional perde controlo do Sambizanga	70
10.10	CEFOJOR capacita jornalistas sobre violência na sociedade	71
10.11	Seitas que acusam crianças devem ser levadas a justiça	71
10.12	O futuro que se afogo num copo de álcool	71
10.13	Polícias prendem mulheres com violência	72
10.14	Conciliação entre trabalho e família em debate.	73
10.15	O futuro que se afogo num copo de álcool	73
10.16	Polícias prendem mulheres com violência	74
10.17	Polícia de proximidade	75
10.18	Polícia preocupada com crimes na fronteira	75
10.19	Polícia preocupada com crimes na fronteira. Especialistas estão a realizar estudos sobre género em Angola	76
10.20	Fórum de Jornalistas promove seminário em Luanda	76
10.21	Ruas de Luanda são mais seguras	76
10.22	Genéro em Debate no Local de Trabalho	77
10.23	Especialistas questionam política de quotas	77
10.25	Organização quer mais mulheres em cooperativas de camponeses	78
10.26	Prostituição prolífera peça ruas da cidade do Lobito	78
10.27	Lei contra violência doméstica assegura a protecção às vítimas.	80
10.28	Mais civismo nas comunidades combate a violência domestica	81
10.29	Violência doméstica diminui no Namibe	81
10.30	Moradias de acolhimento para vítimas de violência	81
10.31	OMA apoia combate à pobreza como prioridade do Executivo	83

1 REDUÇÃO DA POBREZA & ECONOMIA

1.1 De terno e gravata, mas descalço

A Capital

De 30 de Outubro

à 6 de Novembro de 2010

Luanda, a capital de Angola,- cresce exponencialmente,- quer em termos demográficos, com o êxodo populacional- que se assistiu, sobretudo,- no auge do conflito armado,- quer em termos infraestruturais, com um conjunto de iniciativas- de betão armado, que vão dando o ar da sua graça, num e noutro ponto, onde os novos edifícios contrastam com o velho e inacabado.

A capital espalha-se, mas a acompanhá-lo falta quase tudo: saneamento básico, água potável, energia eléctrica e outros serviços- sociais.

Promete-se mais do que se faz. E a seguir, como que a renunciar--se mudanças, acaba por se fornecer uma mão cheia de nada.

Os projectos de melhorias do trânsito automóvel são apenas simples intenções. Os engarrafamentos,- de tão infernais, tomaram--se num gritante problema de saúde pública, com várias irritações- entre os automobilistas e, por conseguinte, graves problemas de disfunção arterial. Quando chove, a capital angolana apresenta-se simples- mente «despenteada» e maltrapilha-. Nada, nada mesmo, flui. Literalmente, a cidade pára, porque,- ao abrir as comportas, São Pedro faz regressar o indesejável e o já de si caótico trânsito automóvel. Resultado: é no meio da confusão, conta sempre a agilidade- de cada um, a afinação dos travões, a buzina mais estridente e o condu-tor com o mais rico glossário de palavras. Cada um, à sua maneira, busca um centímetro- que seja de abertura, para avançar.

O homem que avança de temo, gravata e um carro topo de gama em direcção ao local de trabalho,- algures na baixa de Luanda, mas que sucumbe, logo se vê descalço, pelos enormes buracos que se lhe cruzam o caminho, feito queijo suíço. Mas, vendo bem, isso é apenas um pequeno e insignificante acidente de percurso: basta que se compre um jeep e o problema dos buracos,- esse, estará resolvido. Afinal, não há buraco que resista a um 4X4.

Se Luanda cresce, pelo simples- facto de nascerem novos edifícios, porque se dá um banho- de tons alaranjados e esverdeados- aos prédios velhos, ela padece dos mesmos contrastes de sempre. Da opulência de uns, que con-trasta com a corrida diária- pela sobrevivência de uma maioria.

É esta a mesma Luanda, onde muitos se passeiam de fato e gravata,- com as mãos no bolso a assobiar de lado, onde

ainda se morre de paludismo, onde a cólera- está sempre à espreita, onde ainda se lamenta dos números altos da mal nutrição aguda, onde gente sã busca, na lixeira, um pedaço de pão para levar à boca.

Nesses dias de chuva sem aviso prévio, cada vez mais disposto- a cobrar o seu imposto, há o pai e a mãe cada

vez mais apreensivo com o que será da casa construí da em lugar íngreme,- à falta de melhor opção, ciente que, a qualquer momento, terá de abandonar o seu tugúrio com os filhos e com os haveres que lhe restarem, para escapar da água da chuva.

Na estranha alegria da sua gente, que, mesmo sem ter como responder ao apelo do estômago, ainda tem tempo para sorrir (será que isso espanta todos os males?), Luanda esconde, na verdade,- os seus segredos, que não são poucos, como de uma periferia- cada vez mais feita parente pobre das políticas da sua edilidade-.

É esta Luanda, onde todos, em todas as manhãs, se vestem de fato e gravata, em direcção ao local de traba-lho ou qualquer ponto dos mil esquemas que estamos com ele, por que tudo se vende e tudo se paga, ignoram, mas pisam, os charcos e os inúmeros-dejectos que polvi-lham as várias artérias.

Um dia desses, quando, cada um, olhar sobre si mesmo, da cabeça aos pés, há-de perceber que, afinal, andamos, durante este tempo, trajados de fato e gravata,- mas, paradoxalmente, descalços.

1.2 Custo de vida agita MPLA

Novo Jornal

5 de Novembro de 2010

O BUREAU POLÍTICO do MPLA está preocupada com a subida de preços em Angola e “espera que a inflação reduza para o equilíbrio do nível de vida dos cidadãos”.

O seu Governo diz que a partir de 2011 Angola continuará a crescer, prevendo-se uma taxa de crescimento- real de 6.7%, o sector petrolífero crescerá 5% e o não petrolífero registará- um progresso “mais robusto” de 9.5%.

Uma fonte próxima da direcção deste- partido confiden- ciou ao NJ que a subida vertiginosa de preços em todo- o país está a “agitar a chefia do MPLA que quer o mais rápido possível- encontrar mecanismos para controlar- a situação”.

“A subida diária dos preços mexe com a sociedade. Sendo o MPLA partido- no poder, não pode encarar esta situ- ação como normal”, disse fonte salientando que a nível do BP estão a ser encontrados os mecanismos para travar a subida constante de preços.

Anunciou que nos próximos tempos, o Bureau Político do MPLA vai reunir--se com os principais importadores- de produtos afim de serem auscultados- relativamente à

subida de preços em Angola.

“Alias, há muito que o camarada Presidente- José Eduardo dos Santos tem vindo a manifestar a sua preocupação- no que tange a essa situação”,- acrescentou.

Na quarta-feira, o BP desta formação política analisou, na presença de José- Eduardo dos Santos assuntos relativos à vida interna da organização e a governação do país. O Bureau Político do MPLA foi informado- do projecto de programa de cooperação entre a República de Angola- e a República da Guiné -Bissau, indica um comunicado distribuído à imprensa.

Foi informado igualmente sobre a execução das tarefas ligadas à reforma- do Estado, em particular o pacote de leis ligadas à Justiça, tendo recomendado “maior dinâmica, visando- conformar a legislação do sector com a Constituição da República de Angola”.

O Bureau Político aprovou a resolução- sobre a preparação e realização das assembleias de balanço e renovação- de mandatos nos comités de acção do MPLA, assim como as bases- gerais para a preparação e realização- do IV congresso extraordinário- do partido.

Aprovou ainda a directiva para as comemorações- do 54º aniversário da fundação do MPLA, que vão decorrer sob o lema “MPLA - 54 anos ao serviço- dos ideais do povo angolano”, cujo acto central terá lugar na província- do Kwanza-SuL

Segundo a nota, o Bureau Político exortou os militantes, simpatizantes- e amigos do MPLA a participarem “efusivamente e com espírito patriótico”,- nas comemorações do li de Novembro.

DAVIDFIUPE

1.3 Camponeses beneficiam de micro crédito

Jornal de Angola

7 de Novembro de 2010

Pelo menos dez cooperativas de camponeses beneficiaram de microcrédito concedido pelo Banco de Poupança e Crédito (BPC), na povoação do Cauranjamba, a 170 quilómetros da sede do município do Namibe, no âmbito do combate à pobreza.

A directora nacional de micro finanças- do BPC, Isabel Miguel, disse- à Angop que os camponeses receberam- 126 milhões de kwanzas para a aquisição de imputes agrícolas- (sementes, fertilizantes e outros produtos), no âmbito do programa de crédito campanha agrícola.

“O crédito campanha agrícola é uma orientação do Governo de Angola que visa a concessão de crédito- agrícola aos produtores do ramo, com vista à aquisição de imputes agrícolas, de forma a garantir a produção- e o aumento de produtos, assim como a redução das importações”, disse.

Por seu turno, a directora executiva- da UNACA- Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-pecuárias, Felícia- Nene, pediu aos camponeses para efectuarem o reembolso do montante financeiro adquirido.

Durante o período agrícola 2009 -2010, as cooperativas do Namibe comercializaram 284 toneladas- de produtos diversos.

A UNACA- Confederação das Associação de Camponeses e Cooperativas- Agro-pecuária, no Namibe, controla 17 cooperativas e 103 associações.

1.4 Inflação e desemprego: um calcanhar de Aquiles Os “altos e baixos” da economia em 35 anos de independência.

Semanário Factual

13 a 20 de Novembro de 2010

Os actuais indicadores macroeconómicos espelham- os ganhos da economia- nos últimos 10 anos quando com-parados com as duas primeiras décadas em que estes indicadores eram praticamente negativos,- nomeada-mente a taxa de inflação anual próxima- de 10,94 por-cento, o valor da dívida externa estimada em 40 por-cento do PIB e a taxa de desemprego- avaliada em mais de 20 por cento.

Acresce-se o deficit fiscal estimado para 2010 em menos de 3 por cento, o saldo positivo da balança de pagamen-tos dos últimos- anos, as reservas internacionais líqui-das avaliadas- em mais de 15 mil milhões de dólares e o aumento dos investimentos- públicos em infra-estruturas. Ainda longe do esperado,- a taxa de inflação continua- relativamente alta e afecta significativamente o investi-mento tanto público- quanto privado, devido à alta da taxa de juros, assim- como a corrosão dos salários dos trabalhadores.

Porém, os indicadores macroeconómicos actuais e as expectativas de desempenho- da economia angolana levaram as agências internacionais de riscos- a classifica-rem-na positivamente.

Os primeiros 15 anos da economia angolana ficaram- marcados pela quebra- brusca da produção nacional, influenciada pela fuga maciça de quadros logo após a independência,- o que afectou a oferta de bens e serviços numa conjuntura económica marcada pela escassez de divisas, devido à baixa das reservas internacionais, de receitas fiscais e dos mecanismos- de financiamentos- do Orçamento.

Essa situação obrigou a um aumento do endividamento- externo e também a “emissão de moeda no vazio”, fazendo crescer exponencialmente- a massa monetária em circulação e dando origem no final da década de 80 a uma espiral inflacionista.

Este período ficou ainda marcado pelo surgimento e pela expansão dos mercados informais que até agora perduram na economia. A maioria das empresas entrou em “queda livre” e mesmo com o processo de redimensionamento empresarial não conseguiram sair da letargia. Salienta-se no entanto a aplicação do programa de Saneamento Económico e Financeiro (SEF) que não deu certo, assim como o Programa de Acção do Governo (PAG) que levou a algumas reformas na administração da economia.

A década da inflação e das trocas da moeda

A espiral inflacionista iniciada no final da década de 80 atingiu uma situação insustentável e que levou à troca da moeda, o Kwanza, ocorrida em Setembro de 1990 e que entrou em vigor em 1977. Foi então substituído pelo “Novo Kwanza”, mas os resultados foram gorados. A inflação disparou em 1993 atingindo 1.837,87 por cento, uma situação que colocava em “xeque-mate” as contas fiscais e externas da economia. Em 1995, a inflação ultrapassou 3.000 por cento, facto que levou o Governo a realizar uma nova troca da moeda em Julho desse ano, substituindo o “Novo Kwanza” pelo “Kwanza Reajustado”.

O artifício da troca de moeda, ainda a sim, foi insuficiente para impedir o crescimento galopante dos preços. A década de 90 revelou-se no pior momento da economia nacional, em que o desemprego e o sub-emprego dispararam de forma assustadora.

Os salários valiam tão pouco que muitos funcionários públicos chegaram a abandonar os seus postos de trabalho para ingressarem no mercado informal. Por influência da inflação, a taxa de crescimento da economia era negativa, apesar da produção petrolífera ter aumentado a sua quota de participação no PIE.

Contudo, em 1999, a persistência da alta da inflação obrigou a uma nova troca da moeda, do Kwanza Reajustado para o Kwanza que vigora até hoje.

A troca de 1999 foi acompanhada por um pacote monetário e cambial, baseado na liberalização da taxa de juros e de câmbios, que levou nos anos seguintes à relativa estabilização dos preços, tanto pela dinâmica introduzida na actividade bancária quanto pelas condições que gerou para a esterilização da liquidez da economia por via dos títulos públicos, nomeadamente, os Títulos do Banco Central e também os Bilhetes de Tesouro.

1.5 Combate à pobreza exige mobilização de todos

Jornal de Angola

7 de Novembro de 2010

As mulheres camponesas, devido às suas responsabilidades e empenho na melhoria das condições de vida

das comunidades, devem ocupar um lugar privilegiado na agenda de prioridades no programa de expansão do micro crédito, defendeu, na sexta-feira, o governador do Kwanza-Norte.

Henrique André Júnior fez a afirmação quando interviu na sessão de abertura do IV Fórum Nacional sobre Micro Finanças, que decorreu quinta e sexta-feira, na cidade de Ndalatando, sob a égide do Ministério da Família e Promoção da Mulher. O governador acrescentou que o Kwanza-Norte apoia, sem reservas, a iniciativa do Executivo no combate à fome e à pobreza:

“A pobreza coloca comunidades inteiras nos centros de decisão e, por isso, uma reflexão em torno do crédito e micro finanças, pode melhorar a qualidade de vida das famílias que se debatem” com ela.

Henrique André Júnior disse que uma das virtudes do micro finanças é permitir que o micro crédito coloque pequenas sornas em dinheiro à disposição das pessoas excluídas do sector financeiro, provocando a emancipação das comunidades e famílias, e incentivando o empreendedorismo.

O governador apelou à sensibilidade dos operadores formais e informais do movimento financeiro, das instituições bancárias, das agências de desenvolvimento, as ONG, dos micro empresários e do estudantes no sentido de mobilizarem acções para uma efectiva mudança do actual cenário da pobreza. Sob o lema “Juntos na promoção do sector financeiro inclusivo”, o fórum contempla debates à volta de temas como o desempenho em torno dos compromissos internacionais para a redução da pobreza, perspectiva do projecto do fundo do micro crédito para o desenvolvimento social, as micro finanças na perspectiva da juventude, a situação actual, estratégias e perspectivas de desenvolvimento do comércio em Angola. O encontro contou com a presença da titular da pasta, Genoveva Lino, de Ana Paula Sacramento, vice-ministra da Família e Promoção da Mulher, Juvelina Imperial, vice-governadora de Luanda e as 5 directoras da Família e Promoção da Mulher das 18 províncias do país, entre outras entidades do governo do Kwanza-Norte.

Melhorias na circulação

Quanto à acção e criação de infra-estruturas de apoio social e económico, o governador garantiu que foram melhoradas as condições de circulação rodoviária na província: “As sedes municipais estão ligadas por estradas e estamos a procurar estender esse benefício às comunas e aldeias, com o fito de estimular as trocas comerciais entre o campo e a cidade”.

Henrique André Júnior falou do combate ao analfabetismo, afirmando tratar-se de outra frente de acção das prioridades do governo provincial, por entender que,

através do acesso à instrução académica, as mulheres adquirem competências na interpretação das informações e oportunidades com que se deparam no dia-a-dia. O incremento de acções que visam a assistência médica e medicamentosa, no que concerne ao combate à mortalidade materno e infantil, ao VIR, à tripanossomiase, à malária e outras endemias foram também preocupações apresentadas pelo governador.

Angola precisa de mais quadros intermédios

Amadeu Amorim, ex-presos político, do “Processo dos 50”, afirmou, na sexta-feira, em Luanda, que Angola não precisa só de doutores, mas de mais quadros intermédios ou técnicos que ajudem na reconstrução social, política e económica do país.

Amadeu Amorim falava numa palestra, no auditório do Instinto Médio Poli técnico Alda Lara, subordinada ao tema “a proclamação da independência nacional”, enquadrada nas festividades alusivas ao 11 de Novembro dia da independência de Angola.

Amadeu Amorim, que lembrou que o 11 de Novembro é uma parte importante da História de Angola, disse que todos os que lutaram pela independência devem revelar aos mais jovens a verdadeira história dos feitos que permitiram que o país se tornasse independente.

“Esta independência, apesar de ser alcançada há 35 anos, precisa, de forma regular, de sofrer manutenções para que os outros Estados possam, de facto, reconhecer-nos como tal e, acima de tudo, respeitar Angola como nação do ponto de vista político. Para isso, é necessário que os mais jovens estudem, afim de assegurarem a independência do nosso país”, acentuou.

O responsável das actividades extra-escolares da Direcção Provincial da Educação, Agostinho Filho, disse que a palestra foi realizada com objectivo de revelar e esclarecer os estudantes sobre todos os pormenores que levaram à luta da libertação nacional, que culminou com a independência de Angola.

Valentim leva recordações de Gbadolite ao Bié.

1.6 Programa de combate à fome melhora vida das populações

Jornal de Angola

14 de Novembro de 2010

O governador provincial do Kwanza-Sul, Serafim do Prado, apontou, no município do Seles, a conquista da identidade angolana como um dos principais ganhos da independência, a 11 de Novembro de 1975. Ao discursar no acto político provincial em alusão aos 35 anos de independência de Angola, no município do Seles, a 80 quilómetros do Sumbe, o governador enalteceu o valor histórico da independência por que deu aos angolanos o direito à liberdade e à autodeterminação, levando-os

a aprender, compreender e respeitar a importância e o valor da unidade, da paz e da democracia.

“Com orgulho podemos afirmar que valeu a pena, não só porque vencemos, mas porque ganhámos uma identidade e aprendemos a compreender e respeitar melhor, à custa dos nossos próprios sacrifícios, a importância e o valor da unidade, da paz e da democracia que estamos a consolidar”, disse Serafim do Prado.

O governador do Kwanza-Sul acrescentou que, com o alcance da independência política é necessário que os angolanos se empenhem nas conquistas económicas: “devemos lutar pela independência económica sobretudo num país que viveu uma longa guerra e teve as suas infra-estruturas totalmente destruídas”, considerou.

1.7 Crédito agrícola constitui um dos principais ganhos ao longo dos 35 anos

O Independente

11 de Novembro de 2010

O lançamento no primeiro semestre do ano em curso do crédito agrícola de campanha, inserido na linha de financiamento de 350 milhões de dólares norte-americanos, aprovada pelo Executivo, constituiu-se num dos principais ganhos dos camponeses filiados à Unaca-Confederação, nestes 35 anos de independência.

Segundo o vice-presidente de direcção executiva da Unaca-Confederação, Albano da Silva Lussaty, através do crédito de campanha, cada associado receberá cinco mil dólares norte-americanos, no mínimo, com vista a fazer face aos custos anuais de exploração das áreas de cultivo.

Pelo facto dos camponeses possuírem poucas garantias para acederem ao crédito, no acto de formalização do crédito, feito a 14 de Abril transacto, esclareceu que para o crédito agrícola de campanha foi preparado um mecanismo que dispensa a apresentação de garantias, chamado “crédito solidário”, típico do micro-crédito.

Sobre as vantagens do crédito agrícola de campanha, Albano Lussaty referiu que o financiamento vai permitir o alargamento das áreas de cultivo das famílias camponesas filiadas a Unaca e a obtenção de um maior rendimento.

No início, os camponeses recebiam microcrédito, em quantias mínimas de USD 100 para cada um, mas tendo em conta a grandeza da tarefa de relançar a agricultura e diversificar a economia, o Executivo decidiu aumentar substancialmente o valor para cinco mil para cada beneficiário, representando um ganho para os agricultores familiares, na óptica do responsável.

Para o antigo presidente e cooperativista da cooperativa de Lufefena (província do Huambo), a organização conseguiu igualmente, como ganho nos últimos 35 anos

de independência nacional, consolidar o movimento cooperativista.

Das pelo menos dez cooperativas existentes em 1997, altura em que se realizou em Luanda o primeiro seminário sobre o movimento cooperativo, a Unaca-Confederação possui actualmente cinco mil cooperativas agrícolas e sete mil associações de camponeses.

Ao longo dos 35 anos da “Dipanda”, a Unaca alcançou também outros ganhos significativos, como a exploração de novas áreas de cultivo em todo o país, o acesso a zonas que distam a 200 a 300 metros da sede das comunas e dos municípios, fruto do apoio do Executivo.

Entre os outros benefícios obtidos pela associação, destaque para o processo de reestruturação da agremiação de união para Confederação-Unaca, iniciado em 1993 e concluído em Julho de 2007, o que permitiu defender melhor os direitos e interesses dos associados, bem como servir de intermediária entre os filiados e os bancos.

Na vertente social, Albano Lussaty mencionou que os membros registaram como ganhos a construção nas zonas rurais de postos médicos, escolas, casas, assim como a instalação de sistemas de captação e tratamento de água e de fontes alternativas de energia.

Doravante necessário se torna, por parte do Executivo, proporcionar aos professores, médicos e enfermeiros do campo condições de trabalho idênticas as dos técnicos nas cidades capitais, com vista a prestação cada vez mais de um melhor serviço as famílias camponeses, tendo em vista a melhoria da sua actividade e o aumento do seu rendimento, sobretudo.

1.8 Banco Alimentar Inaugura sede em Luanda

Folha 8

18 de Dezembro de 2010

A pobreza em Angola tem acentuado- principalmente, depois da crise financeira mundial Centenas de empresas têm estado a encerrar, por falta de capacidade mone-tária e pelo aumento das tarifas aduaneiras que não se estão a adequar aos novos tempos.

Nessa conformidade, uma série de acções de ONG's têm-se intensificado no apoio aos mais carenciados e é nesta perspectiva que Luanda viu, no dia 3, abrir a primeira sede do Banco Alimentar- Contra a Fome, cujo objectivo principal- é actuar na luta contra a pobreza, com o apoio da sociedade civil.

Alexandre Santos, director-executivo desta instituição, diz o País ter sido uma aposta por possuir “uma camada muito carenciada da população, a necessitar de ajuda e da filantropia dos angolanos”- e, igualmente, por arrasto já contar- com o apoio de empresas nacionais, com responsabilidade social, nomeadamente- a ENSA, a Coca-

Cola e a UNITEL.

O Banco Alimentar Contra a Fome funciona- através da recolha de excedentes de produção do sector agro-alimentar, produtos agrícolas e de contribuições gratuitas vindas dos cidadãos, restaurantes,- supermercados, refei-tórios, padarias- e cantinas.

Alexandre Santos disse que, em Angola,- como acontece em outras partes do mundo onde existem Bancos Alimentares Contra a Fome, as campanhas vão acontecer em determinada época e deverão contar sempre com o apoio de voluntários.

A distribuição dos apoios adquiridos pelos- Bancos Alimentares Contra a Fome não é feita directamente aos carenciados,- tendo os produtos que passar por instituições locais incumbidas de ajudar as pessoas em situação de pobreza.

A ajuda alimentar feita pelas instituições às pessoas carenciadas acontece sob forma de refeições servidas em lares, creches, refeitórios sociais, na rua, apoio domi-ciliário e cabazes de alimentos entregues- a famílias necessitadas.

1.9 É imperdoável a fome a que ainda aflige os angolanos

Folha 8

23 de Novembro de 2010

O alerta é dos bispos católicos, a propósito de mais um aniversário da (in) dependência. Desde 1975, quem manda é o MPLA, e o presidente não eleito está no cargo há 31 anos. Os bispos católicos de Angola resolve-

ram mais uma vez, embora nem sempre o tenham feito de forma clara e assumida, lamentar a existência de insegurança e fome no país, em nota pastoral emitida em Luanda, para assinalar o 35º aniversário da independência, a 11 de Novembro.

Os bispos, reunidos em assembleia- plenária da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), decorrida de 20 a 27 deste mês, lamentaram a “insegurança que ameaça a vida humana”, dando como exemplo a fome, a violência e os acidentes rodoviários. “Num país como Angola, riquíssimo em recursos alimentares, é imperdoável a fome que ainda aflige irmãos nossos nalgumas regiões. E urgente tomar as necessárias medidas para modificar tão dolorosa situação”, pode ler-se no documento.

Registe-se que no país que actualmente preside à Comunidade dos Países de Língua- Portuguesa (CPLP), e que mereceu rasgados elogios da anterior presidência- portuguesa, cerca de 70 por cento da população vivem abaixo dos limites da pobreza.

Na nota, os bispos congratulam-se com o facto de as “muitas feridas” abertas no “coração dos angolanos”,

durante a guerra, terem vindo a cicatrizar e faz votos-de que o aniversário da independência- “seja um jubiloso ponto de chegada e um auspicioso ponto de partida para mais e melhor na nossa vida nacional”. Os bispos deci-diram, igualmente, o “Dia da Reconciliação Nacional” passar a ser celebrado no dia 4 de Abril, precedido “por uma jornada de reflexão”.

A assembleia plenária da Conferencia Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST) aprovou, igualmente, uma Mensagem Pastoral referente ao primeiro ano do triénio pastoral 2011-2013, com o tema

“Família e Matrimónio”.

Os bispos católicos esqueceram-se de falar, por exemplo, do perfil do cliente angolano em Portugal, um dado objectivo- que mostra uma outra face de Angola,- a face dos poucos que têm milhões e se esquecem dos milhões que, por terem tão pouco, são obrigados a tentar encontrar comida nos caixotes do lixo. Esses são angolanos de primeira que representam 30% do mercado de luxo português. São, sobretudo, homens de 40 anos, empresários do ramo da construção,- ex-militares ou com ligações ao Governo. Vestem Hugo Boss ou Ermenegildo-Zegna. Compram relógios de ouro Patek Phillipe e Rolex.

Já o perfil do povo angolano, que representa- 70% da população, é pé descalço, barriga vazia, vive nos bairros de lata, é gerado com fome, nasce com fome e morre pouco depois com ... fome.

De acordo com as várias marcas contactadas pelo jornal Expresso, em Novembro- do ano passado, esses angolanos de primeira não olham a preços. Procuram } qualidade e peças com o logo visível. E comum uma loja de luxo facturar, numa só venda, entre 50 e 100 mil euros, pagos por transferência bancária ou cartão de crédito.

1.10 Ministro das Finanças destaca dinamismo da banca

Semanário Factual

De 11 à 18 de Dezembro de 2010

Na cerimónia, o ministro das Finanças,- Carlos Alberto Lopes, realçou que “o sistema bancário em Angola tem evoluído de modo significativo, contando com 20 bancos comerciais e de investimento- e com uma crescente- rede de balcões, disseminada pelas 18 províncias, que proporcionam às populações mais distantes a oportunidade- de inserção na vida- económica do país, através do acesso ao crédito- bancário e aos serviços- bancários em geral”.

O ministro salientou que o “outro indicador do desempenho notável do sistema financeiro é a taxa de crescimento do PIE bancário, superior a 22 por cento nos anos recentes,- segundo atestam os relatórios de auditores independentes. Isto significa que nenhuma- outra actividade económica no território nacional alcançou um

desempenho mais significativo- do que a intermediação financeira, pois, conseguiu preencher rapidamente a enorme- lacuna de serviços bancários herdada do período anterior à conquista- da paz”.

Populações devem ter acesso a finanças

“A combinação de resultados- financeiros expressivos com a universalização do acesso das populações- aos benefícios da intermediação bancária cria um ambiente propício para que o sistema bancário- possa cumprir um dos objectivos mais nobres- da política financeira do Executivo, que é intensificar- o uso do crédito bancário para aumentar o emprego e o rendimento das famílias, constituindo--se num poderoso instrumento- de acção para o combate à fome e redução da pobreza”, frisou.

Carlos Lopes fez saber que neste contexto ganha realce as instituições bancárias- que foram pioneiras no esforço de disseminação- do micro-crédito no território nacional, como é o caso do Banco Sol, que inaugurou a sua nova sede, sita na zona do Kinaxixi, em Luanda.

“O Banco Sol mostrou--se fiel ao compromisso- de ser “um instrumento poderoso de combate à pobreza, ao desemprego e à exclusão social”, conforme- assinalou Sua Excelência- o Presidente da República,- José Eduardo dos Santos, ao lavrar a sua mensagem no Livro da Honra da inauguração da antiga sede, em 02 de Outubro de 2001”.

O mandatário angolano- recordou que “a solidariedade- é o pilar fundamental- das operações de micro- crédito e que tal solidariedade- é um dever que não se limita aos mutuários- participantes dos avales- solidários, mas estende-se- a todos os entes envolvidos- no processo do micro -crédito, desde o Estado- como regulador e provedor de recursos para investimentos sociais, passando- pelas Instituições Financeiras imbuídas do espírito de responsabilidade- social e chegando até às organizações da sociedade- civil vocacionadas para a promoção do bem--estar das famílias mais necessitadas “.

Sistema Financeiro está em reestruturação

O Sistema Financeiro Angolano, está a passar por uma fase de reestruturação- e modernização, destacando-se as acções em curso com vista ao estabelecimento de um melhor relacionamento entre o Ministério das Finanças- e o Banco Nacional de Angola, na qualidade de banco central, e o aprimoramento- das rotinas e fluxos de informações e dados entre as duas instituições-.

“Na banca pública o Executivo pretende adoptar medidas tendentes a tornar os bancos públicos mais robustos e competitivos,- metas que só podem- ser atingidas com o aumento da sua eficiência, com a mudança de atitudes- na sua gestão e organização,- adoptando-se novos e modernos estilos de liderança, com a formação- e superação Técnico-Profissional permanente- dos recursos humanos,- com a introdução e uso das novas tecnologias,

sobretudo as tecnologias de informação, dentre outras- acções”, frisou na altura- José Eduardo dos Santos. Angola, na qualidade de banco central, e o apri- moramento das rotinas e fluxos de informações e dados entre as duas instituições-.

“Na banca pública o Executivo pretende adoptar- medidas tendentes a tornar os bancos públicos mais robustos e competitivos,- metas que só podem- ser atin-gidas com o aumento da sua eficiência, com a mudança de atitudes- na sua gestão e organização,- adoptando-se novos e modernos estilos de liderança, com a for: mação e superação Técnico-Profissional permanente- dos recur-sos humanos,- com a introdução e uso das novas tecno-logias, sobretudo as tecnologias de informação, dentre outras- acções”, frisou na altura- José Eduardo dos Santos.

O ministro Carlos Lopes ressaltou que, na ausência de um mercado de capitais, Angola tem utilizado o sistema bancário- para garantir a liquidez dos activos financeiros no mercado secundário, através- dos acordos de recom- pra dos títulos públicos e que num futuro próximo se espera que o mercado de capitais assuma este papel, através da Bolsa de Valores e de instituições financeiras não bancárias.

“Tenho a certeza de que os bancos comerciais domici- liados no país, que brilhantemente venceram as duas primeiras etapas, responderão também de forma posi- tiva ao desafio de conviver com o mercado- de capitais igualmente dinâmico que se está a perspectivar- no nosso país”, afirmou.

1.11 É imperdoável a fome a que ainda aflige os angolanos

Folha 8

23 de Novembro de 2010

O alerta é dos bispos católicos, a propósito de mais um aniversário da (in)dependência. Desde 1975, quem manda é o MPLA, e o presidente não eleito está no cargo há 31 anos. Os bispos católicos de Angola resolve-ram mais uma vez, embora nem sempre o tenham feito de forma clara e assumida, lamentar a existência de inse-gurança e fome no país, em nota pastoral emitida em Luanda, para assinalar o 35º aniversário da independên- cia, a 11 de Novembro.

Os bispos, reunidos em assembleia- plenária da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), decorrida de 20 a 27 deste mês, lamentaram- a “inse- gurança que ameaça a vida humana”, dando como exemplo a fome, a violência e os acidentes rodoviários. “Num país como Angola, riquíssimo em recursos ali- mentares, é imperdoável a fome que ainda aflige irmãos nossos nalgumas regiões. E urgente tomar as necessárias

medidas para modificar tão dolorosa situação”, pode ler-se no documento.

Registe-se que no país que actualmente preside à Comunidade dos Países de Língua- Portuguesa (CPLP), e que mereceu rasgados elogios da anterior presidência- portuguesa, cerca de 70 por cento da população vivem abaixo dos limites da pobreza.

Na nota, os bispos congratulam-se com o facto de as “muitas feridas” abertas no “coração dos angolanos”, durante a guerra, terem vindo a cicatrizar e faz votos- de que o aniversário da independência- “seja um jubiloso ponto de chegada e um auspicioso ponto de partida para mais e melhor na nossa vida nacional”. Os bispos deci- diram, igualmente, o “Dia da Reconciliação Nacional” passar a ser celebrado no dia 4 de Abril, precedido “por uma jornada de reflexão”.

A assembleia plenária da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST) aprovou, igualmente, uma Mensagem Pastoral referente ao primeiro ano do triénio pastoral 2011-2013, com o tema

“Família e Matrimónio”.

Os bispos católicos esqueceram-se de falar, por exemplo, do perfil do cliente angolano em Portugal, um dado objectivo- que mostra uma outra face de Angola,- a face dos poucos que têm milhões e se esquecem dos milhões que, por terem tão pouco, são obrigados a tentar encon- trar comida nos caixotes do lixo. Esses são angolanos de primeira que representam 30% do mercado de luxo por- tuguês. São, sobretudo, homens de 40 anos, empresários do ramo da construção,- ex-militares ou com ligações ao Governo. Vestem Hugo Boss ou Ermenegildo- Zegna. Compram relógios de ouro Patek Phillipe e Rolex.

Já o perfil do povo angolano, que representa- 70% da população, é pé descalço, barriga vazia, vive nos bairros de lata, é gerado com fome, nasce com fome e morre pouco depois com ... fome.

De acordo com as várias marcas contactadas pelo jornal Expresso, em Novembro- do ano passado, esses angola- nos de primeira não olham a preços. Procural} quali- dade e peças com o logo visível. E comum uma loja de luxo facturar, numa só venda, entre 50 e 100 mil euros, pagos por transferência bancária ou cartão de crédito.

De acordo com a vida real dos angolanos (de segunda), 45% das crianças sofrem de má nutrição crónica e uma em cada quarto (25%) morre antes de atingir os cinco anos.

Na joalharia de luxo, os angolanos ligados- ao regime também se destacam, tanto pelo valor dos artigos que compram- como pela facilidade com que os pagam. Na altura, o representante em Portugal da Chaumet, Dior e H. Stern, falou do caso de “uma senhora angolana- que comprou uma pulseira por 120 mil euros e pagou com cartão de crédito,- sendo o pagamento imediatamente autorizado pelo banco”.

Pois é. Em Angola, o acesso à boa educação,- aos con-domínios, ao capital accionista- dos bancos e das segu-radoras, aos grandes negócios, às licitações dos blocos petrolíferos, está limitado a um grupo muito restrito de famllias ligadas ao regime no poder.

Pois é. Entre milhões que nada têm, o importante são aqueles que vestem Hugo Boss ou Ermenegildo Zegna, compram- relógios de ouro Patek Phillipe e Rolex, ou que dão 120 mil euros por uma pulseira.

Isto para além da boa alimentação: Trufas- pretas, caranguejos gigantes, cordeiro- assado com cogumelos, bolbos de lírio de Inverno, supremos de galinha com espuma de raiz de beterraba e uma selecção de queijos acompanhados de mel e amêndoas caramelizadas, com cinco vinhos diferentes, entre os quais um Château-Grillet 2005.

1.12 Angolanos recorrem cada vez mais à banca

O país – economia

26 de Novembro de 2010

Apenas 11% da população- angolana utiliza serviços bancários. Se tomarmos em linha e conta somente os angolanos “adultos”, ou seja, os que têm idade igual ou superior a 15 anos, a “taxa de bancarização”, que mede o grau de acesso a instituições- bancárias, sobe, tendo atin-gindo, em 2009,20% da população- que se insere nesta faixa etária.

Mas o que mais importará reter é que os angolanos, nas contas das suas vidas, recorrem cada vez mais a entida-des bancárias, o que significa- que a “taxa de bancari-zação” vem registando um crescimento muito significa-tivo. Se tomarmos como critério a posse de um cartão Multitcaixa a comparação entre os anos 2007 e 2009 é muito expressiva:- a referida taxa subiu para o conjunto da população de 6% para 11 % e para os adultos (indi-víduos com idade igualou superior a 15 anos) passou de 11% para 20%. Esta é uma das principais conclusões- do estudo reali-zado pela Associação de Bancos Angolanos (ABANC), em colaboração com a EMIS e a Markttest Angola e apresentado- no decurso do III Fórum de Economia e Finanças realizado esta semana, que contou com a organizaçã- da FACIDE.

O estudo chama atenção para eventual “envieçamento” da análise do acesso à abanca por parte da população tendo como base a posse de cartões Multitcaixa pois, com efeito, haverá seguramente indivíduos que reúnem mais que um cartão e, por outro lado, é natural que a população mais idosa possa ter uma conta aberta sem contudo possuir qualquer cartão dada a sua compreen-sível resistência às novas tecnologias; haverá ainda que ter em consideração que a população angolana é muito

jovem (em 2009 apenas 55% se situava numa faixa etária igual ou superior a 15 anos), pelo que há um larguíssimo contingente- populacional que não encaixa- no segmento “adulto”.

Para além de mostrar que existe- uma tendência crescente para a “bancarização” dos angolanos, tanto no que respeita à procura de serviços bancários como quanto à sua disponibilização, o documento, que foi apresentado por Marinela Amaral, do grupo técnico de trabalhos- da ABANC, revela ainda que 2009, o ano em que a crise internacional- se repercutiu com maior intensidade- sobre a economia nacional,- foi claramente atípico quanto a alguns indicadores fundamentais da actividade bancária. Evidencia ainda um aspecto muito interessante: no que toca a alguns aspectos o sistema bancário angolano detém um bom posicionamento- na África subsaariana, superando mesII lo, no que respeita ao valor dos depó-sitos e ao valor do crédito em percentagem do produto interno (ou seja, em termos de “profundidade finan-ceira”), a economia mais desenvolvida do continente, a da África do Sul.

1.13 Angolanos reclamam do custo da vida.

Angolense

De 27 de Novembro

à 4 de Dezembro de 2010

Delfina Ganga Serrote

Delfina Ganga Serrote, de 43 anos, moradora do bairro das Bananeiras, no município do Cazenga, disse que os trinta e cinco anos de independência trouxeram alguns benefícios para os angolanos e particularmente para a sua vida, mas que ainda há muito por se fazer. “Antes da independência o custo de vida era mais baixo. Sou natural do Kwanza Sul, no município da Quibala, no tempo colonial nós trabalhávamos nas fazendas e conse-guíamos o mínimo para sobreviver, pelo menos não pas-sávamos fome, mas hoje, às vezes, procuro pão para dar aos meus filhos”, lamentou. Delfina tem cinco filhos, está separada do marido há sete anos e para conseguir o sustento dos filhos trabalha como lavadeira. “A minha primeira filha tem vinte e quatro anos, a última tem sete, mas nenhuma estuda nem trabalha, porque não temos dinheiro, se já estamos independentes há trinta e cinco anos, penso que, pelo menos escola os meus filhos deviam ter direito de frequentar. Ao lado da minha casa existe uma escola, mas não aceitam matriculas sem se pagar”, disse. Falando dos benefícios da independên-cia, Delfina disse que hoje bem ao lado da sua casa tem um chafariz, o que antes era um sonho. “Com a inde-pendência conseguimos a paz e com a paz melhorou--se muitos serviços. Antes cartávamos água nos tanques particulares e cobravam muito caro, hoje, graças a paz,

já temos água no chafariz que fica bem ao lado de casa e só nos cobram cinco kwanzas por bidão”, concluiu.

Estêvão Domingos

Já Estêvão Domingos, de 42 anos, carpinteiro frisou que a independência devolveu a liberdade aos angolanos. “Antes de 1975 não andávamos livres, estávamos agarrados e oprimidos. Depois da independência- ganha-mos a nossa liberdade e nos tornamos- donos das nossas vidas e do nosso país. Hoje já conseguimos nos deslo-car para várias partes do nosso extenso país, antes não”, defendeu.

No que tange ao custo de vida, Estêvão é de opinião que no tempo colonial estava melhor. “Naquele tempo haviam as permutas, nós vivíamos de trocas. Como trabalhávamos nas fazendas, trocávamos- o café com outros alimentos e, inclusive, com roupas e outros bens, era fácil conseguirmos o sustento, hoje para comer nos sacrificamos mais, há alturas em que, como chefe de família, fico com vergonha de chegar a casa, porque não tenho o que dar aos meus filhos”, lamentou.

António da Costa

Outro cidadão que lamenta o custo de vida no país é Amónia da Costa, pedreiro, de 47 anos. Nestes 35 anos de independência alegra-se porque entende que hoje se valoriza mais os angolanos mas diz que as condições de vida dos angolanos poderiam ser melhores. Amónia cumpriu serviço militar durante dez anos e participou, como grande parte dos angolanos, na guerra, mas hoje encontra-se desempregado e sem nada. “Dei muito por esse país e não recebi nada em troca. Sofri para hoje estar desempregado”, lamentou.

António disse, por outro lado, que antigamente havia mais respeito e mais trabalho. “Quando ficássemos-doentes éramos atendidos com toda atenção nos hospitais, os médicos eram gentis e nos tratavam bem, hoje até na porta dos hospitais se morre, porque já não há respeito pela pessoa humana”, lamentou.

O nosso interlocutor disse ainda que a cidade estava mais bonita no tempo colonial. “Não se via as pessoas a deitarem o lixo na rua, a nossa cidade era realmente cidade, muito bonita, havia fiscais a controlarem- e os cidadãos respeitavam o bem comum. Havia mais respeito pelas autoridades”, frisou.

Jeremias Francisco

Outro cidadão ouvido, de 26 anos, é de opinião que a independência nos trouxe muita evolução do ponto de vista de novas infra-estruturas. “Hoje há mais hospitais e mais universidades, mas o ensino continua muito caro. Acabei o curso médio em 1993, mas até hoje não consegui ingressar nas universidades- porque se cobra muito caro”, disse, tendo acrescentado que existem poucas-oportunidades de emprego no país. “Não há emprego, fruto disso é que muitos jovens engrenam para a delin-

quência. Nos poucos empregos que existem encontramos padrões que não respeitam os direitos dos funcionários,- principalmente os estrangeiros”, disse.

Relembrando o passado, Jeremias confessou- que sente saudades do tempo em que para fazer compras, inclu-sive brinquedos, bastava ter um passe que era cedido a todos os funcionários. “Lembro-me que no passado,- por ocasião do natal e não só, o meu pai dava-nos um cartão e nós íamos às lojas buscar- os brinquedos que desejássemos, não importava o número de filhos, todos recebíamos”.

1.14 Insegurança alimentar preocupa hierarquia da Igreja Católica

O País

29 de Outubro de 2010

A insegurança alimentar que aflige os angolanos em algumas regiões do país preocupa a Igreja Católica. Esta posição vem reflectida na nota pastoral da II Assembleia anual que versou sobre o 35º aniversário da Independência de Angola.

O documento, apresentado pelo Bispo Emérito da Diocese do Uíge, Dom Francisco da Mata Mourisca, deplora essa situação e considera ser imperdoável que num país “riquíssimo”- em recursos alimentares, as suas populações continuem a ser assoladas pela fome, ape-lando para a tomada de medidas urgentes que ajudem a inverter este quadro.

A Conferência Episcopal de Angola- e São Tomé e Príncipe manifesta de uma maneira geral o seu regozijo pelos progressos alcançados ao longo- dos oito anos após a pacificação do país, destacando-se a reparação que as vias de comunicação vitais para o desenvolvimento têm beneficiado,- bem como reconhece avanços- que honram a governação e de igual modo facilitam a vida dos cidadãos,- apontando como exemplo a ligação das perife-rias com a capital, que conheceu inegavelmente grande- progresso.

O investimento do Executivo na construção de infra-estruturas sociais- por todo o país foi louvado pelos bispos da CEAST, mas reconhecem a necessidade de avançar mais país adentro, levando não só as escolas mas também os serviços primários de saúde às comunidades ou aldeias carentes destes serviços. Problemas como a falta de água potável, energia- e habitação, no entendi-mento da hierarquia da Igreja Católica de Angola,- são questões que levam a que o povo viva marginalizado da actual civilização.

“No sector social, de modo particular- na educação, seria fechar os olhos à verdade não reconhecer o contributo da Igreja. Obstaculizá-la agora, na continuação deste mis- ter, seria privar o país do melhor contributo que parceiro algum lhe pode proporcionar”, sublinha a nota pastoral.

A Igreja entende que ajudá-la a reconstruir as suas escolas e estruturas sanitárias, não significa privilegiá-la, mas sim ajudá-la a colaborar melhor no desenvolvimento do país, enfatiza a nota lida por Dom Francisco da Mata Mourisca.

Na menção que fazem ao índice de sinistralidade rodoviária que tem ceifado vidas de forma impressionante os prelados católicos chamam a atenção aos condutores lembrando que estes não devem esquecer que “o volante é uma ‘arma’ cujo manuseio requer sumo cuidado e respeito pela vida”. Por fim, no domínio do Ambiente, os bispos das 18 províncias de Angola mais São Tomé e Príncipe, chamam a atenção para a defesa e salvaguarda da terra, apelando para o respeito desta sem a degradar com a exploração irracional dos seus recursos.

Católicos não têm dimensão da expansão do Islão em Angola

A hierarquia da Igreja Católica em Angola desconhece a dimensão da expansão do Islão em Angola, revelou o Bispo Emérito do Uíge, Dom Francisco da Mata Mourisca, na conferência de imprensa para fazer o balanço da II Assembleia plenária da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé e Príncipe.

Da Mata Mourisca disse que a presença do Islão em Angola é uma novidade, tendo em conta a cultura cristã que vem dos séculos passados, reconhecendo, porém, que a liberdade religiosa confere-lhe este direito.

“O governo pelo menos não tem imposto impedimento, não sei se está reconhecida oficialmente, penso que ainda não, porém já está a ter os seus cultos em alguns lugares”, disse o prelado católico.

A CEAST manifestou o desejo de que essa abertura fosse recíproca para a Igreja Católica por parte de alguns países islâmicos, onde o fundamentalismo não permite que a religião cristã ali funcione, uma contrapartida justa que os católicos desejam que venha a acontecer.

“De qualquer maneira, a Igreja Católica defende a liberdade religiosa e, por conseguinte, não se opõe a nenhum culto, seja ele qual for” disse o Bispo Emérito do Uíge, Dom Francisco da Mata Mourisca.

No entendimento deste prelado, a existência de muitas seitas em Angola é motivo de confusão para os cristãos ou o povo, face à dificuldade em escolher a Igreja a frequentar, levando a indagarem se todas são salvíficas, sendo que a Palavra de Deus pretende que todos se salvem na verdade.

Atropelados aos convénios da educação

A Conferência Episcopal de Angola e São Tomé cons-tata com alguma preocupação alguns atropelas do convénio assinado entre o Ministério da Educação e a Igreja Católica, sobretudo em algumas dioceses onde não tem sido respeitado na íntegra o acordo, revelou Dom Manuel Imbamba, Bispo da cidade do Dundo e admi-

nistrador da diocese de Saurimo.

Para contrapor esta situação que vem manifestada no comunicado da CEAST, foi criada uma comissão mista que se encontra a trabalhar para solucionar o diferendo que se diga o contrário, vigora o actual protocolo, todavia estamos encorajados a continuar a trabalhar, tal como foi dito na mensagem pastoral. Nós como Igreja Católica estamos disponíveis para cumprir com a nossa missão social”, referiu Dom. Manuel Imbamba.

Os atropelos verificados consubstanciam-se no incumprimento das cláusulas referentes ao processo de transferência de professores, participação nos concursos públicos, o não pagamento de salários, questões práticas que têm obstaculizado esse processo.

A cidade de Luanda, por sinal a que reúne maior número de escolas católicas em Angola, é aquela que tem apresentado maiores problemas. O bispo do Dundo explicou ainda que as escolas católicas têm nalguns casos recebido professores “indesejáveis” que chocam contra os princípios da Igreja, até do ponto de vista da cientificidade.

A morosidade do reconhecimento dos professores propostos pela Igreja, apesar de participarem nos concursos mas que depois não são incorporados, é também um dos constrangimentos apontados pelos bispos católicos.

2 MICROFINAÇAS

2.1 Camponeses esclarecidos sobre acesso ao crédito

Jornal de Angola

6 de Novembro de 2010

Camponeses filiados em diversas associações e cooperativas agrícolas da província do Cunene participaram na quinta-feira, na cidade de Ondjiva, num seminário de formação sobre as normas e procedimentos de acesso ao crédito de campanha.

A acção formativa foi promovida pelo grupo técnico do Comité de Coordenação do Crédito Agrícola em parceria com o governo provincial, e visou dotar os participantes de conhecimentos que lhes facilitem o acesso ao crédito bancário, inserindo-se nos preparativos da campanha agrícola 2010/2011.

Durante o seminário, os camponeses abordaram aspectos relacionados com o acesso ao crédito, constituição de comités locais de pilotagem a nível das comunas e municípios, condições para concessão de crédito, seus benefícios, aquisição financeira e a pre-paração da candidatura. Na sessão de abertura, o governador provincial em exercício do Cunene, Jerónimo Haleingue, sublinhou que o processo vai viabilizar o fortalecimento organizativo das associações e cooperativas agro-pecuárias, facilitando desta forma o aumento da oferta de produtos alimentares a preços baixos.

Disse ainda que apesar de existirem várias contrariedades de ordem material, financeira e estrutural, a linha de crédito agrícola veio dar um alento aos camponeses, incentivando, deste modo, o comércio rural e os programas de combate à fome e a pobreza.

2.2 Mulheres são as beneficiárias do programa nacional de crédito

Jornal de Angola

6 de Novembro de 2010

A ministra da Família e Promoção da Mulher afirmou, ontem, em Ndalatando, no encerramento do IV Fórum Nacional sobre Micro-Finanças, que as mulheres vão ser as maiores beneficiárias do Programa Nacional de Micro Crédito.

Geneviva Lino disse que o facto de o fórum ter tido um balanço positivo, leva o Ministério a concluir que deve continuar a tratar da questão do micro crédito, seu conceito, visão e resultados, de maneira a encontrar mecanismos e normas que o tomem mais inclusivo.

O programa de micro crédito, frisou, não é um processo

de caridade, mas de ajuda às famílias para poderem sair da pobreza, criarem competências de integração, aumentarem a auto estima dos elementos que as compõem e, sobretudo, ganharem esperança e dignidade humana.

“Sabemos que as mulheres nas comunidades sofrem muito e são as mais desfavorecidas em termos de formação e informação”, referiu, salientando:

“É a mulher que tem de velar pela educação dos filhos, que vai à lavra e comercializa os produtos”.

“Por isso, ter ela como prioridade em particular as mulheres, no quadro do combate à pobreza e exclusão social. E objectivo do Programa Nacional de Micro Crédito reduzir a pobreza através da criação de serviços financeiros que sirvam as populações pobres, contribuindo para o alcance dos compromissos internacionais.

Introduzir melhorias reais na vida das pessoas e das famílias, através da oferta de oportunidades e de recursos, para iniciarem pequenos negócios, promovendo o desenvolvimento equilibrado do país, é outro objectivo do programa.

Mais bancos

Muitos participantes deram “nota dez” ao fórum, mas reconheceram que ainda há muito a fazer quanto à concessão de crédito às mulheres rurais. As directoras provinciais do Ministério da Família e Promoção da Mulher, que falaram ao Jornal de Angola, são de opinião que se aumente o valor do crédito e que seja extensivo às mulheres que estão abaixo da linha da pobreza.

Maria Teresa Cardoso, directora provincial do Kwanza-Sul, disse que foi importante participar do fórum porque aprendeu temas que lhe vão facilitar o trabalho com os parceiros na província.

“Agora pretendemos trabalhar em conjunto com os bancos, precisamos de mais abertura, para podermos melhorar a vida das mulheres rurais”, frisou.

Maria Peso Cambolo, da Lunda-Sul, afirmou esperar

que tudo o que foi dito no encontro possa ser realizado: “Temos trabalhado sobre o micro crédito para que a mulher rural possa sair da situação da pobreza. As entidades têm de assumir o que dizem e escrevem porque não vimos mudança de vida das mulheres rurais”.

Esta, disse, foi uma das maiores preocupações dos participantes.

Glória Ernesto Maseca, da província do Moxico, falou da exiguidade de bancos na sua província, o que reduz as possibilidades das mulheres fazerem créditos e mudarem devida.

“Esperamos que todos possam cumprir com as recomendações saídas do IV Fórum, no sentido de mudar a vida das comunidades rurais, para alcançarmos as metas de combate à pobreza”, declarou.

Lurdes Canoca José, da Lunda-Norte, disse acreditar

que a nova modalidade de acesso ao micro crédito vai facilitar as mulheres e tirá-las rapidamente da pobreza. Lurdes José acrescentou que se os bancos forem mais acessíveis na concessão do micro crédito proporcionam- o aumento da produção no meio rural e facilitam a vida das comunidades.

Ana Manifesto, do Zaire, lamentou- que muitos bancos cobrem um valor que as comunidades não conseguem pagar: “Só as pessoas que tem a vida minimamente organizada- conseguem o micro-crédito, mas aquelas que não têm mesmo nada continuam na pobreza”.

“E necessário que olhemos para elas e que as condições que se pretendem- criar, elas sejam a prioridade”,- sublinhou.

2.3 Camponeses beneficiam de micro crédito

Jornal de Angola

7 de Novembro de 2010

Pelo menos dez cooperativas de camponeses beneficiaram de microcrédito concedido pelo Banco de Poupança e Crédito (BPC), na povoação do Cauranjamba, a 170 quilómetros da sede do município do Namibe, no âmbito do combate à pobreza.

A directora nacional de micro finanças- do BPC, Isabel Miguel, disse- à Angop que os camponeses receberam- 126 milhões de kwanzas para a aquisição de imputes agrícolas- (sementes, fertilizantes e outros produtos), no âmbito do programa de crédito campanha agrícola.

“O crédito campanha agrícola é uma orientação do Governo de Angola que visa a concessão de crédito- agrícola aos produtores do ramo, com vista à aquisição de imputes agrícolas, de forma a garantir a produção- e o aumento de produtos, assim como a redução das importações”, disse.

Por seu turno, a directora executiva- da UNACA- Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-pecuárias, Felícia- Nene, pediu aos camponeses para efectuarem o reembolso do montante financeiro adquirido.

Durante o período agrícola 2009 -2010, as cooperativas do Namibe comercializaram 284 toneladas- de produtos diversos.

A UNACA- Confederação das Associação de Camponeses e Cooperativas- Agro-pecuária, no Namibe, controla 17 cooperativas e 103 associações.

2.4 Combate à pobreza exige mobilização de todos

Jornal de Angola

7 de Novembro de 2010

As mulheres camponesas, devido- às suas responsabilidades e empenho na melhoria das condições- de vida das comunidades,- devem ocupar um lugar privilegiado- na agenda de prioridades- no programa de expansão do micro crédito, defendeu, na sexta-feira, o governador do Kwanza-Norte.

Henrique André Júnior fez a afirmação- quando intervi- nha na sessão de abertura do IV Fórum Nacional sobre Micro Finanças, que decorreu- quinta e sexta-feira, na cidade de Ndalatando, sob a égide do Ministério- da Família e Promoção da Mulher. O governador acrescen-

tuou que o Kwanza-Norte apoia, sem reservas,- a iniciativa

do Executivo no combate à fome e à pobreza:

“A pobreza coloca comunidades inteiras nos centros de decisão e, por isso, uma reflexão em torno do crédito e micro finanças, pode melhorar- a qualidade de vida das famílias- que se debatem” com ela.

Henrique André Júnior disse que uma das virtudes do micro finanças é permitir que o micro crédito coloque- pequenas sornas em dinheiro à disposição das pessoas excluídas do sector financeiro, provocando a eman- cipação das comunidades e famílias, e incentivando o empreendedorismo.

O governador apelou à sensibilidade- dos operadores formais e informais- do movimento financeiro, das ins- tituições bancárias, das agências- de desenvolvimento, as ONG, dos micro empresários e do estudantes no sentido de mobilizarem acções para urna efectiva mudança do actual cenário da pobreza.

Sob o lema “Juntos na promoção do sector financeiro inclusivo”, o fórum contempla debates à volta de temas como o desempenho em torno- dos compromissos internacionais- para a redução da pobreza, perspectiva do projecto do fundo do micro crédito para o desenvolvimento social, as micro finanças na perspectiva da juventude, a situação actual, estratégias e perspectivas de desenvolvimento do comércio em Angola. O encontro contou com a presença da titular da pasta, Genoveva Lino, de Ana Paula Sacramento, vice-ministra da Família e Promoção da Mulher, Juvelina Imperial. Vice-governadora de Luanda e a5 directoras da Família e Promoção da Mulher das 18 províncias do país, entre outras entidades do governo- do Kwanza-Norte.

Melhorias na circulação

Quanto à acção e criação de infra-estruturas de apoio social e económico,- o governador garantiu que foram melhoradas as condições de circulação- rodoviária na província: “As sedes- municipais estão ligadas por estradas- e

estamos a procurar estender esse benefício às comunas e aldeias, com o fito de estimular as trocas comerciais- entre o campo e a cidade”.

Henrique André Júnior falou do combate ao analfabetismo, afirmando tratar- se de outra frente de acção das prioridades do governo provincial,- por entender que, através do acesso à instrução académica, as mulheres adquirem competências na interpretação das informações e oportunidades com que se deparam no dia-a-dia. O incremento de acções que visam- a assistência médica e medicamentosa,- no que concerne ao combate- à mortalidade materno e infantil,- ao VIR, à tripanossomiase, à malária e outras endemias foram também preocupações apresentadas- pelo governador.

Angola precisa de mais quadros intermédios

Amadeu Amorim, ex-presos político,- do “Processo dos 50”, afirmou,- na sexta-feira, em Luanda, que Angola não precisa só de doutores,- mas de mais quadros inter- médios ou técnicos que ajudem na reconstrução social, política e económica- do país.

Amadeu Amorim falava numa palestra, no auditório do Instinto Médio Poli técnico Alda Lara, subordinada- ao tema “a proclamação da independência nacional”, enquadrada- nas festividades alusivas ao 11 de Novembro dia da independência- de Angola.

Amadeu Amorim, que lembrou que o 11 de Novembro é uma parte importante da História de Angola, disse que todos os que lutaram pela independência devem revelar aos mais jovens a verdadeira história dos feitos que per- mitiram que o país se tornasse independente.

“Esta independência, apesar de ser alcançada há 35 anos, precisa, de forma regular, de sofrer manutenções- para que os outros Estados possam, de facto, reconhecer--nos como tal e, acima de tudo, respeitar Angola como nação do ponto de vista político. Para isso, é necessá- rio que os mais jovens estudem, afim de assegurarem a independência- do nosso país”, acentuou.

O responsável das actividades extra-escolares da Direcção Provincial- da Educação, Agostinho Filho,- disse que a palestra foi realizada- com objectivo de revelar e esclarecer- os estudantes sobre todos os pormenores que levaram à luta da libertação nacional, que culminou com a independência de Angola.

Valentim leva recordações de Gbadolite ao Bié

2.5 Crédito tira camponeses da pobreza

Jornal de Angola

10 de Novembro de 2010

As famílias camponesas da província do Kwanza-Norte estão- a melhorar a sua qualidade de vida graças ao microcrédito disse, o director provincial da Agricultura

e Desenvolvimento Rural, Fernando Humberto Mesquita, no encerramento do Fórum- de Microfinanças realizado na cidade de Ndalatando, numa organização do Ministério da Família- e Promoção da Mulher.

Fernando Humberto Mesquita disse que o microcrédito permitiu solucionar vários problemas que os cam-poneses enfrentavam, particularmente- no tocante ao combate à fome e à pobreza, com a aquisição de meios para a agricultura.

O director provincial da Agricultura- e Desenvolvimento Rural referiu- que o programa de microcrédito melho-rou também as estruturas das famílias camponesas e foi uma alavanca- importante para o seu desenvolvimento,- porque permitiu adquirir- m3;is meios para aumentar as áreas de produção e criar outras formas de subsistência. Os camponeses do Kwanza-Norte- neste momento lutam contra as más condições das vias de acesso às zonas rurais. Este tem sido o maior obstáculo para o escoamento de vários produtos para os mercados. Fernando Humberto Mesquita disse que 80 por cento da popula- ção do Kwanza-Norte é camponesa e pratica uma agri-cultura de subsistência- em pequena escala.

O presidente da Unaca e Federação- de Camponeses do Kwanza -Norte, João Miguel, saudou a realização- do Fórum Nacional de Microfinanças- e disse que ele trouxe muitos- benefícios para o sector e em particular- para as mulheres rurais que são a franja mais desfavorecida das comunidades. João Miguel disse que a província do Kwanza-Norte tem 594 associações constituídas por 81.965 associados, das quais, 49.650 mulheres e 32.315 homens e 100 cooperativas de camponeses que abran-gem mais de 12 mil famílias.

Para a obtenção de microcrédito foram criados na pro- víncia grupos de associações e cooperativas, tendo- cada família a oportunidade de receber até cinco mil dólares de crédito, sem pagamento de juros.

Sob o lema “Juntos na Promoção do Sector Financeiro Inclusivo”, o fórum contou com a presença do governador- provincial do Kwanza-Norte,- Henrique André Júnior, e administradores- municipais das 18 províncias dos país, beneficiários do programa, bancos financiadores de pro-jectos de apoio a famílias desfavorecidas- e representantes de ONG.

2.6 Crédito tira camponesa da Pobreza

Jornal de Angola

10 de Novembro de 2010

As famílias camponesas da província do Kwanza-Norte estão a melhorar a sua qualidade de vida graças ao microcrédito disse, o director provincial da Agricultura e Desenvolvimento 11 Rural, Fernando Humberto Mesquita, no encerramento do Fórum de Microfinanças realizado na cidade de Ndalatando, numa organização

do Ministério da Família e Promoção da Mulher. Fernando Humberto Mesquita disse que o microcrédito permitiu solucionar vários problemas que os “camponeses enfrentavam, particularmente no tocante ao combate à fome e à pobreza, com a aquisição de meios para a agricultura.

O director provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural referiu que o programa de microcrédito melhorou também as estruturas das famílias camponesas e foi uma alavanca importante para o seu desenvolvimento, porque permitiu adquirir meios para aumentar as áreas de produção e criar outras formas de subsistência.

Os camponeses do Kwanza-Norte neste momento lutam contra as más condições das vias de acesso às zonas rurais. Este tem sido o maior obstáculo para o escoamento de vários produtos para os mercados. Fernando Humberto Mesquita disse que 80 por cento da população do Kwanza-Norte é camponesa e pratica uma agricultura de subsistência em pequena escala.

O presidente da Unaca e Federação de Camponeses do Kwanza-Norte, João Miguel, saudou a realização do Fórum Nacional de Microfinanças e disse que ele trouxe muitos benefícios para o sector e em particular para as mulheres rurais que são a franja mais desfavorecida das comunidades. João Miguel disse que a província do Kwanza-Norte tem 594 associações constituídas por 81.965 associados, das quais, 49.650 mulheres e 32.315 homens e 100 cooperativas de camponeses que abrangem mais de 12 mil famílias.

Para a obtenção de microcrédito foram criados na província grupos de associações e cooperativas, tendo cada família a oportunidade de receber até cinco mil dólares crédito, sem pagamento de juros.

Sob o lema “Juntos na Promoção Sector Financeiro Inclusivo” fórum contou com a presença do Governador provincial do Kwanza-Norte, Henrique André Júnior, administradores municipais, províncias dos países, beneficiários programa, bancos financiadores projectos de apoio a famílias desfavorecidas e representantes de ONG.

2.7 Crédito agrícola constitui um dos principais ganhos ai longo dos 35 anos

O Independente

11 de Novembro de 2010

O lançamento no primeiro semestre do ano em curso do crédito agrícola de campanha, inserido na linha de financiamento de 350 milhões de dólares norte-americanos, aprovada pelo Executivo, constituiu-se num dos principais ganhos dos camponeses filiados à Unaca-Confederação, nestes 35 anos de independência.

Segundo o vice-presidente de direcção executiva da Unaca-Confederação, Albano da Silva Lussaty, através

do crédito de campanha, cada associado receberá cinco mil dólares norte-americanos, no mínimo, com vista a fazer face aos custos anuais de exploração das áreas de cultivo.

Pelo facto dos camponeses possuírem poucas garantias para acederem ao crédito, no acto de formalização do crédito, feito a 14 de Abril transacto, esclareceu que para o crédito agrícola de campanha foi preparado um mecanismo que dispensa a apresentação de garantias, chamado “crédito solidário”, típico do microcrédito.

Sobre as vantagens do crédito agrícola de campanha, Albano Lussaty referiu que o financiamento vai permitir o alargamento das áreas de cultivo das famílias camponesas filiadas a Unaca e a obtenção de um maior rendimento.

No início, os camponeses recebiam microcrédito, em quantias mínimas de USD 100 para cada um, mas tendo em conta a grandeza da tarefa de relançar a agricultura e diversificar a economia, o Executivo decidiu aumentar substancialmente o valor para cinco mil para cada beneficiário, representando um ganho para os agricultores familiares, na óptica do responsável.

Para o antigo presidente e cooperativista da cooperativa de Lufefena (província do Huambo), a organização conseguiu igualmente, como ganho nos últimos 35 anos de independência nacional, consolidar o movimento cooperativista. Das pelo menos dez cooperativas existentes em 1997, altura em que se realizou em Luanda o primeiro seminário sobre o movimento cooperativo, a Unaca-Confederação possui actualmente cinco mil cooperativas agrícolas e sete mil associações de camponeses. Ao longo dos 35 anos da “Dipanda”, a Unaca alcançou também outros ganhos significativos, como a exploração de novas áreas de cultivo em todo o país, o acesso a zonas que distam a 200 a 300 metros da sede das comunas e dos municípios, fruto do apoio do Executivo.

Entre os outros benefícios obtidos pela associação, destaque para o processo de reestruturação da agremiação de união para Confederação-Unaca, iniciado em 1993 e concluído em Julho de 2007, o que permitiu defender melhor os direitos e interesses dos associados, bem como servir de intermediária entre os filiados e os bancos.

Na vertente social, Albano Lussaty mencionou que os membros registaram como ganhos a construção nas zonas rurais de postos médicos, escolas, casas, assim como a instalação de sistemas de captação e tratamento de água e de fontes alternativas de energia.

Doravante necessário se torna, por parte do Executivo, proporcionar aos professores, médicos e enfermeiros do campo condições de trabalho idênticas as dos técnicos nas cidades capitais, com vista a prestação cada vez mais de um melhor serviço as famílias camponesas, tendo em vista a melhoria da sua actividade e o aumento do seu rendimento, sobretudo.

2.8 Ministro das Finanças destaca dinamismo da banca

Semanário Factual

De 11 à 18 de Dezembro de 2010

Na cerimónia, o ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, realçou que “o sistema bancário em Angola tem evoluído de modo significativo, contando com 20 bancos comerciais e de investimento e com uma crescente rede de balcões, disseminada pelas 18 províncias, que proporcionam às populações mais distantes a oportunidade de inserção na vida económica do país, através do acesso ao crédito bancário e aos serviços bancários em geral”.

O ministro salientou que o “outro indicador do desempenho notável do sistema financeiro é a taxa de crescimento do PIE bancário, superior a 22 por cento nos anos recentes, segundo atestam os relatórios de auditores independentes.

Isto significa que nenhuma outra actividade económica no território nacional alcançou um desempenho mais significativo do que a intermediação financeira, pois, conseguiu preencher rapidamente a enorme lacuna de serviços bancários herdada do período anterior à conquista da paz”.

Populações devem ter acesso a finanças

“A combinação de resultados financeiros expressivos com a universalização do acesso das populações aos benefícios da intermediação bancária cria um ambiente propício para que o sistema bancário possa cumprir um dos objectivos mais nobres da política financeira do Executivo, que é intensificar o uso do crédito bancário para aumentar o emprego e o rendimento das famílias, constituindo-se num poderoso instrumento de acção para o combate à fome e redução da pobreza”, frisou.

Carlos Lopes fez saber que neste contexto ganha realce as instituições bancárias que foram pioneiras no esforço de disseminação do micro-crédito no território nacional, como é o caso do Banco Sol, que inaugurou a sua nova sede, sita na zona do Kinaxixi, em Luanda.

“O Banco Sol mostrou-se fiel ao compromisso de ser “um instrumento poderoso de combate à pobreza, ao desemprego e à exclusão social”, conforme assinalou Sua Excelência o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, ao lavrar a sua mensagem no Livro da Honra da inauguração da antiga sede, em 02 de Outubro de 2001”.

O mandatário angolano recordou que “a solidariedade é o pilar fundamental das operações de micro-crédito e que tal solidariedade é um dever que não se limita aos mutuários participantes dos avales solidários, mas estende-se a todos os entes envolvidos no processo do micro-crédito, desde o Estado como regulador e provedor de recursos para investimentos sociais, passando pelas Instituições Financeiras imbuídas do espírito de

responsabilidade social e chegando até às organizações da sociedade civil vocacionadas para a promoção do bem-estar das famílias mais necessitadas”.

Sistema Financeiro está em reestruturação

O Sistema Financeiro Angolano, está a passar por uma fase de reestruturação e modernização, destacando-se as acções em curso com vista ao estabelecimento de um melhor relacionamento entre o Ministério das Finanças e o Banco Nacional de Angola, na qualidade de banco central, e o aprimoramento das rotinas e fluxos de informações e dados entre as duas instituições.

“Na banca pública o Executivo pretende adoptar medidas tendentes a tornar os bancos públicos mais robustos e competitivos, metas que só podem ser atingidas com o aumento da sua eficiência, com a mudança de atitudes na sua gestão e organização, adoptando-se novos e modernos estilos de liderança, com a formação e superação Técnico-Profissional permanente dos recursos humanos, com a introdução e uso das novas tecnologias, sobretudo as tecnologias de informação, dentre outras acções”, frisou na altura José Eduardo dos Santos.

Angola, na qualidade de banco central, e o aprimoramento das rotinas e fluxos de informações e dados entre as duas instituições.

“Na banca pública o Executivo pretende adoptar medidas tendentes a tornar os bancos públicos mais robustos e competitivos, metas que só podem ser atingidas com o aumento da sua eficiência, com a mudança de atitudes na sua gestão e organização, adoptando-se novos e modernos estilos de liderança, com a formação e superação Técnico-Profissional permanente dos recursos humanos, com a introdução e uso das novas tecnologias, sobretudo as tecnologias de informação, dentre outras acções”, frisou na altura José Eduardo dos Santos.

O ministro Carlos Lopes ressaltou que, na ausência de um mercado de capitais, Angola tem utilizado o sistema bancário para garantir a liquidez dos activos financeiros no mercado secundário, através dos acordos de recompra dos títulos públicos e que num futuro próximo se espera que o mercado de capitais assumira este papel, através da Bolsa de Valores e de instituições financeiras não bancárias.

“Tenho a certeza de que os bancos comerciais domiciliados no país, que brilhantemente venceram as duas primeiras etapas, responderão também de forma positiva ao desafio de conviver com o mercado de capitais igualmente dinâmico que se está a perspectivar no nosso país”, afirmou.

2.9 BPC apoia camponeses

Jornal de Angola

12 de Novembro de 2010

Ao todo, um montante avaliado em 511.961.000 kwanzas foi disponibilizado pela agência do Banco de Poupança e Crédito (BPC) no Huambo,- às associações de camponeses de três municípios da província, no quadro- do Crédito Agrícola de Campanha- em curso desde Agosto último, em todo o país.

O facto foi avançado ontem, na cidade do Huambo, pelo gerente do BPC no Huambo, José Abílio Artiaca, durante um encontro que o governador da província, Fernando- Faustino Muteka, manteve com os representantes dos bancos comerciais que operam na província- e do Banco Nacional de Angola (BNA).

José Artiaga explicou que os valores- beneficiaram associações e cooperativas- agrícolas dos municípios do Huambo, Caála e Ekunha. Destes valores, 176.550.000 beneficiaram as associações de camponeses do município do Huambo, 217.574.000 da Caála e 177.537.000 do município- do Ekunha.

Em relação a outros bancos envolvidos- no programa Crédito Agrícola- da Campanha a nível da província- do Huambo, o Banco do Comércio- e Indústria (BCI), Banco Sol e BAI-MicroFinanças, todos têm os processos já preparados e aguardam a chegada, na próxima semana, ao Huambo de equipas técnicas das suas direcções centrais para dar início- aos financiamentos.

O encontro que o governador do Huambo manteve com os gerentes dos bancos comerciais que funcionam- no mercado local, incluindo o BNA, debruçou-se ainda sobre a expansão da actividade bancária a toda província para permitir as transacções bancárias, além do pagamento- dos salários dos funcionários- públicos.

Quanto ao financiamento dos projectos- de investimento aos empresários- locais, os participantes frisaram haver disponibilidades financeiras por parte de algumas agências, mas referiram problemas relacionados com a estruturação e organização da contabilidade da maior parte das empresas que solicitam financiamento,- facto que retira garantias ao banco de que este tenha aplicabilidade e retorno.

Os participantes na reunião concluíram- ser necessário realizar encontros- trimestrais entre o governador- da província, bancos comerciais- e o Banco Nacional de Angola- (BNA), para analisar situações relacionados com a sua actividade na região. O encontro foi presenciado- pelo vice-governador para a esfera económica e produtiva, David Barbosa.

2.10 Igrejas ajudam mulheres nos negócios

Jornal de Angola

17 de Novembro de 2010

O Conselho das Igrejas Cristãs em Angola (CICA), através do seu Departamento das Mulheres- concedeu ontem, em Luanda, um empréstimo de 50 mil kwanzas- a cada quitandeira para iniciar- o seu negócio.

Diavava Kutulo Jaqueline, responsável- pela Administração e Finanças- do Conselho das Igrejas Cristãs em Angola disse ontem ao Jornal de Angola, que esta foi a forma encontrada- para ajudar 80 mulheres cristãs das províncias do Huambo e de Luanda pertencentes às igrejas que fazem parte do conselho.

Diavava Kutulo Jaqueline afirmou ainda que o empréstimo vai ser reembolsado- num período de três meses sem acréscimo de juros. Lembrou ainda que o financiamento do projecto- do Conselho das Igrejas Cristãs em Angola está a ser executado em parceria com os Serviços de Igrejas Mundiais (Church World Service) com representação na cidade de Nairobi- (Quénia).

Um dos objectivos do projecto, disse Diavava Jaqueline, é de ajudar’ as quitadeiras, principalmente a que participaram no programa de alfabetização. Essas alunas do tiveram aulas de promoção de pequenos’ negócios e necessitam dessa ajuda arrancar com os seus negócios e sustentar- as famílias.

Diavava Jaqueline disse ainda que para além de Luanda e Huambo, o projecto vai estender-se a outras regiões do país de forma rotativa. Florência Namduva, ligada à Igreja Evangélica Congregacional de Angola, foi uma das beneficiárias do empréstimo.

Disse à nossa reportagem que o dinheiro que recebeu vai ser aplicado- em negócios para garantir o seu sustento e dos seus familiares.

“É importante recebermos este empréstimo de 500 dólares sem pagarmos juros”, disse. Natural do Huambo, Florência Namduva aconselhou as mulheres que beneficiaram do empréstimo para trabalharem- com honestidade devolvendo- o montante nos prazos estabelecidos- para que o Conselho das Igrejas- Cristãs em Angola ajude outras pessoas carenciadas.

2.11 Camponeses recebem créditos agrícolas

Jornal de Angola

20 de Novembro de 2010

O Banco de Poupança e Crédito,- no Kwanza-Sul, garante disponibilizar- crédito agrícola, no valor de 75 milhões de kwanzas, a várias- famílias camponesas organizadas- em cooperativas ou associações,- garantiu na quarta-feira o presidente provincial da União Nacional

dos Camponeses de Angola, David Nunes.

O responsável deu esta garantia- durante o lançamento da campanha- agrícola e adiantou que, com o crédito, o Governo perspectiva- minimizar os problemas que os camponeses enfrentam no quotidiano, fundamentalmente no combate à fome, assim como à erradicação da pobreza, com a aquisição de meios para a prática de uma actividade agro-pecuária mais rentável.

Para isso, foram criados, a nível dos municípios, comités técnicos de acompanhamento para, junto dos grupos solidários de camponeses,- proceder à recepção e análise dos processos dos interessados- a habilitarem-se ao crédito, para posteriormente se remeter ao banco credor. Cada grupo terá um número que varia entre 30 e 50 pessoas e o valor estipulado para cada pessoa- é de cinco mil dólares norteamericanos-.

David Nunes esclareceu que o crédito agrícola é extensivo a todos- os municípios, nos quais operam- os bancos comerciais seleccionados para esta actividade, designadamente- o BPC, Banco Sol, BCI e o BAI-microcrédito.

Segundo ele, a estatística da UNACA aponta para a existência- de 159 cooperativas e 659 associações de camponeses na província.

Afirmou ainda que os camponeses- lamentam a irregularidade das chuvas, especialmente no litoral,- e as más condições das estradas,- factor que tem contribuído negativamente para o escoamento dos produtos agrícolas para os principais mercados do país.

2.12 Responsável alerta os camponeses para benefícios de crédito agrícola

Jornal de Angola

21 de Novembro de 2010

O presidente do Conselho de Administração do Banco do Comércio- e Indústria (BCI), Adriano Rafael Pascoal, apelou na sexta-feira, na comuna do Egípto Praia, no Lobito, província de Benguela, aos camponeses a aproveitarem- a oportunidade que o Executivo- está a proporcionar ao aprovar- o crédito agrícola de campanha- já em curso em todo o país.

De acordo com o gestor do BCI, que falava no acto de entrega dos títulos- de créditos aos cidadãos seleccionados- pela sua instituição, Adriano- Pascoal, o crédito agrícola de campanha constitui uma oportunidade- ímpar para o combate à pobreza-. Para o bancário, é necessário que cada camponês habilitado ao crédito rentabilize os meios que vai adquirir, de modo que consiga devolver o dinheiro- que recebeu ao mesmo para melhorar as suas condições de vida. Adriano Pascoal explicou que o pro- grama do desenvolvimento do sector agrícola defendido pelo Executivo exige união de esforços de várias áreas, como bancos, comércio,- cooperativas e o próprio cam-

ponês que é o beneficiário directo. Para os responsáveis do sector da agricultura, o presidente do BCI recomenda um acompanhamento- e assessoria técnica da actividade aos camponeses, de modo que haja rendimento na sua actividade.

Aos vendedores de “inputs” agrícolas,- Adriano Rafael Pascoal pede que os mesmos sejam honestos na venda dos instrumentos agrícolas, sob pena de criarem obs-táculos na “vida” dos camponeses e consequentemente- contrariar a política do Governo. “Nesta aposta do Exe- cutivo, temos que ser todos honestos- e com pensamento único de trabalhar- para que o país tenha o excedente- de produtos e possa reduzir a pobreza”, salientou.

Os vinte e seis camponeses que tiveram acesso a títulos de créditos receberam meios materiais agrícolas- e o equi-valente a quinhentos mil kwanzas, ou seja, cinco mil dólares norte- americanos. O acto de entrega- dos títulos de crédito foi testemunhado- pelas entidades do gover- no, do Banco Nacional de Angola, do Ministério da Agricultura, autoridades- tradicionais e religiosas.

2.13 BAI Micro Finanças financia projecto no total de 15 milhões de USD

Fonte: Google

Com sete anos de existência contabilizados, a instituição bancária especializada em microcrédito no mercado nacional possui quatro balcões em Luanda e representações em seis outras províncias do país.

O crédito do banco BAI Micro Finanças atingiu os 15 milhões USD em 2010, cobrindo 90% das 1979 solicita-ções recebidas no mesmo período, revelou ao Expansão- o director comercial da instituição, Ludgero Fernandes. “Sobre o nosso balanço, ainda que seja provisório, podemos avançar que 2010 foi um bom ano a nível de crédito”, avalia o responsável do BMF, que nota alterações- no comportamento da população, face à adesão aos produtos- e serviços bancários. “A população não estava habituada a usar os bancos como parceiros; hoje, felizmente, a realidade tende- a mudar”, asseve-rou, realçando,- por outro lado, a decisão do Governo de autorizar a domiciliação- dos salários dos funcioná- rios públicos em qualquer banco a operar no mercado nacional.

Relativamente ao público-alvo- do banco, Ludgero Fernandes- refere que o BMF concede crédito, essencialmente, a pequenas- e médias empresas, a pessoas colecti-vas e particulares,- de acordo com os princípios univer-sais da banca. “Não fugimos- às regras da banca em vigor no País quanto à matéria de crédito. Os nossos princi-pais clientes,- neste mercado, são as pequenas- e médias empresas. Depois disso, vêm os clientes particulares”,- disse.

Sobre os requisitos exigidos pelo BMF, estes, segundo o responsável, consistem num estudo de viabilidade que permite ao banco fazer uma apreciação global do projecto, em termos financeiros, quando se trata de uma empresa. Já em relação aos clientes particulares, prossegue, é exigida a documentação pessoal e a do negócio que se pretende desenvolver.

Apesar de defender que o crédito concedido pelo BMF tem um mercado-alvo - as PME -, o responsável reforça, em simultâneo, que o banco detém uma filosofia que procura contemplar todos os projectos que precisam de ser financiados.

O BMF surge, no mercado nacional, em substituição do Novo Banco, cujas acções haviam sido adquiridas pelo Banco Africano de Investimentos (BAI), juntamente com a companhia petrolífera Chevron. Actualmente, com sete anos no mercado, na carteira do BMF destacam-se produtos como o Crédito Amigo, Sonho Brilhante, Jovem Empreendedor, Kit Barbearia, Crédito Casamento, Automóvel, Formação, Micropropinas. Recentemente, o banco assinou convénios com as empresas Sistec, NCR, Meditec e com o Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, no sentido de ampliar e diversificar as suas opções de crédito.

Para atendimento dos seus clientes, o BMF conta com vários balcões, nomeadamente o da Funda, Kicolo, Luanda, Panguila, além das representações o BMF surge, no mercado nacional, em substituição do Novo Banco, cujas acções haviam sido adquiridas pelo BAI em Caxito, Huambo, Benguela, Malanje, Lubango e Cabinda.

O sistema de microfinanças consiste em fornecer aos cidadãos diversos serviços financeiros, dentre os quais, destaque para os empréstimos, poupanças e seguros. Este segmento de mercado tem vindo a ganhar adeptos a cada ano, visto tratar-se de uma prática recente no País.

2.14 Fraca adesão dos camponeses pode comprometer campanha

Jornal de Angola

22 de Novembro de 2010

O director provincial do Kwanza-Norte da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, Fernando Humberto Mesquita, manifestou-se na sexta-feira, em Ndalatando, preocupado devido à fraca adesão dos camponeses da região ao “crédito agrícola de campanha 2010”, recentemente Instituído pelo Governo, pois pode comprometer a campanha agrícola.

O responsável considerou inexpressivo o número de processos remetidos até agora pelos camponeses ao Banco de Poupança e Crédito (BPC), para efeito de regulariza-

ção de financiamento da actividade agrícola. “A nível da província, apenas o município de Ngonguembom formou-se, com cinco cooperativas, a intenção de se habilitar ao crédito de campanha, solicitando um financiamento global avaliado em um 1,714 mil milhões de kwanzas”, disse à Angop.

Fernando Humberto Mesquita disse não entender ao certo as razões que estão na base desta relutância dos camponeses em aderir aos financiamentos, acreditando que a insuficiente informação por parte deles sobre as vantagens da adesão ao programa pode ser a causa.

O governo da província em parceria com o Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural e Pescas promoveu, em Setembro último, em Ndalatando, um seminário de formação destinada a informar os camponeses sobre as modalidades de acesso ao crédito agrícola de campanha 2010. O evento contou com a participação de administradores municipais e comunais, líderes de cooperativas e associações de camponeses, autoridades tradicionais e representantes de instituições bancárias que operam na província.

O crédito agrícola de campanha, consubstanciado em duas vertentes, destina-se a financiar acções de exploração durante uma época agrícola, sendo a primeira para custear despesas do ciclo produtivo de culturas alimentares, com um valor máximo equivalente a cinco mil dólares em moeda nacional, por beneficiário, a uma taxa de juros estimada em cinco por cento reembolsável dez meses.

A segunda concorre aos investimentos destinados à aquisição de meios fixos como máquinas, motobombas e outros equipamentos. O financiamento destina-se a beneficiar camponeses organizados em Associações e cooperativas agrícolas.

A acção visa dar resposta aos desafios de combate e redução da pobreza que se consubstanciam no apoio efectivo aos camponeses e na sua actividade agrícola, aumentando o rendimento familiar para melhorar a qualidade de vida no meio rural.

Para a execução do programa, de acordo com o regulamento do crédito, foram criados, a nível da província, órgãos denominados “Comités locais de pilotagem do crédito agrícola”, constituídos por representantes das associações de camponeses e da Unaca, apoiados por grupos técnicos de acompanhamento local.

2.15 Agricultores de Sanza Pombo beneficiam de microcrédito

Jornal de Angola

23 de Novembro de 2010

Ao todo, 1.500 agricultores, integrados em 39 associações de camponeses, no município de Sanza Pombo, no Uíge, vão usufruir, no próximo ano, de um microcrédito do Banco de Poupança e Crédito, anunciou no domingo o administrador municipal.

António Sequeira esclareceu que a documentação necessária está em ordem e já foi entregue ao Banco.

Em declarações ao Jornal de Angola, esclareceu que, ao longo dos oito anos de paz, a localidade passou a ter 167 salas de aula, dezenas de residências para funcionários públicos, agências bancárias e rede de telemóvel. Além disso, foi construído um mercado de referência na sede municipal e reabilitadas escolas do ensino primário nas aldeias Quimunzalanga, Quivinte e Serrador-2, na comuna da Huamba e na vila de Sanza Pombo.

Quanto à água e energia eléctrica, António Sequeira avançou que a administração municipal está a desenvolver projectos que vão melhorar estes sectores de fundamental importância “para o desenvolvimento do município”. Em relação à água, foram reparados cinco fontanários na sede municipal. “O sistema de abastecimento de água da comuna de Alfândega foi alvo de obras de restauro, enquanto nas comunas de Cuilo Pombo e Huamba estão a ser construídos novos sistemas de distribuição de água”, disse o administrador.

António Sequeira referiu que a rede eléctrica já foi estendida até às aldeias Quivinte, Serrador-2 e Pedreira e o mercado da aldeia de Panda Minanga reabilitado. A povoação passou a ter, no âmbito das festividades do 11 de Novembro, uma escola com seis salas e um posto médico. Foi ainda inaugurada outra do ensino primário, na aldeia Quicoxi Bunga, e na sede municipal um edifício para albergar as várias repartições da administração municipal.

3 MERCADO INFORMAL

3.1 Mercado da Humpata recebe vendedores de Dezembro

Jornal de Angola

3 de Novembro de 2010

Os vendedores do mercado paralelo da Tamana, no município da Humpata, província da Huíla, vão comercializar os seus produtos em melhores condições de higiene e de comodidade a partir de Dezembro, quando forem transferidos para o novo mercado municipal que tem as obras em fase de conclusão.

Com capacidade para albergar cerca de 500 vendedores, o novo mercado possui 50 compartimentos de bancadas, um balneário, um parque de estacionamento para 300 viaturas, 16 currais, 12 lojas de comércio misto e armazéns diversos.

As obras de construção do novo mercado municipal, inseridas no programa do Governo de combate à pobreza, tiveram início em Novembro do ano passado. O empreiteiro Miguel António disse na segunda-feira, na Humpata, que a obra já foi executada em 90 por cento, estando a decorrer os acabamentos na pavimentação do chão e pintura das bancadas.

As obras custaram 70 milhões de kwanzas, o que proporcionou 50 empregos directos aos jovens do município da Humpata, localidade que fica a 22 quilómetros da cidade do Lubango.

A administradora municipal, Maria do Céu, disse que além de acomodar os vendedores, a construção do mercado municipal vai permitir melhorar o controlo das taxas a favor do Estado. Assim que os trabalhos terminem, vai começar o processo de registo dos vendedores a serem transferidos do mercado paralelo de “Tamana” para o novo estabelecimento comercial, que será entregue a 11 de Novembro, explicou Maria do Céu.

3.2 Mercado deu lugar a refúgio de assaltantes

Angolense

De 6 à 13 de Novembro de 2010

O mercado Roque Santeiro acabou, mas continua a fazer notícia. Depois de ter sido transferido o pessoal que vendia naquele que era considerado o maior mercado do país, o local foi vedado com chapas tidas caras. A vedação do local, segundo alguns moradores, foi sol de pouca dura. As chapas foram tomadas de assalto por indivíduos desconhecidos e, como era de se esperar, a polícia foi chamada a intervir, mas de nada valeu. A calada da noite, garantem alguns habitantes da zona, os assaltantes roubavam às chapas.

E, como a “ocasião faz o ladrão”, os meliantes efectuavam assaltos e violações e se refugiavam no interior da referida vedação. A onda de assaltos, segundo soube este jornal, foi aumentando dia após dia, situação que obrigou a administração do Sambizanga e a polícia local acabar com a vedação. Neste momento, o local está completamente descoberto e admite-se que é uma forma da polícia manter a ordem e a segurança em volta daquele perímetro.

Relativamente ao actual mercado onde foram transferidos os vendedores, o principal problema continua a ser o acesso ao estado da via é ainda um quebra-cabeças.

Devido a este factor, de acordo com vendedores daquele mercado, o local, apesar de dispor de melhores condições que o anterior, continua às moscas. Os vendedores reclamam a falta de compradores, fundamentalmente, devido as péssimas condições da estrada.

Para os vendedores, o Governo de Luanda cometeu um erro grave, pois antes de os retirar, deveria criar condições de acesso, para que tornasse fácil a vida dos que aí deveriam ser transferidos e dos compradores.

3.3 Lubango ganha novo mercado

Jornal de Angola

14 de Novembro de 2010

Um novo mercado municipal do Lubango, localizado na área do Mutundo, arredores da cidade, com capacidade para 1.316 bancadas, foi inaugurado na quarta-feira pelo governador da Huíla, Isaac dos Anjos, no âmbito dos 35 anos da independência de Angola.

A infra-estrutura, que receberá os vendedores do maior mercado paralelo do Sul de Angola (Tchioco), zona abrangida pelo programa de requalificação da cidade, possui ainda 19 lojas, duas agências bancárias (Banco Sol e BPC), sete armazéns, seis casas de banho comunitárias, uma padaria e dois refeitórios. Construído numa área de 99 mil e metros quadrados,

o mercado do Mutundo conta igualmente com uma estação de captação de água potável e de energia eléctrica, um matadouro, uma creche, área administrativa e de lazer e um posto policial. As obras de construção tiveram a duração de 18 meses e estiveram a cargo de uma empreiteira chinesa.

No acto, o administrador, Manuel Capenda, explicou que o número de vendedores que se encontrava no mercado paralelo do Tchioco é de 5.498, por isso alguns serão colocados nos arredores do actual, num espaço de dez hectares. Manuel Capenda esclareceu que a referida área adjacente ao mercado, terá também bancadas, parques de estacionamento, contentores e um posto administrativo que será responsável pela fiscalização.

O responsável considerou que o novo mercado vai per-

mitir, em certa- medida, alcançar este desiderato, uma vez que apresenta um sistema de estruturação moderna, com condições- de higiene e salubridade condignas. Por outro lado, 40 postos- de trabalho foram criados numa nova unidade hoteleira, a “Top Chela Lodge”, localizada na comuna- da Palanca, município da Humpata,- na Huíla, inaugurada igualmente- na quarta-feira pelo governador- Isaac dos Anjos.

Com 40 quartos, seis dos quais suites, a nova unidade, orçada em cerca de quatro milhões de dólares americanos, tem uma piscina, restaurante,- sala de conferências, salão- de festas, loja de conveniência e dispõe de serviço de Internet em banda larga. Falando no acto de inauguração, Isaac dos Anjos elogiou- o empreendedor por investir na Huíla e numa área (Hotelaria e Turismo) que se enquadra bem vertente do desenvolvimento e incentivo- à prática do turismo. O proprietário- do empreendimento, Rosário- Ima Panz, disse ter escolhido a Huíla por ser uma zona de grandes- potencialidades económicas e turísticas.

3.4 Continua o «braço de ferro» entre polícias, fiscais e zungueiras

Semanário Continente

26 de Novembro de 2010

Fernando Capongo

Quem frequentemente passa pelos mercados dos Congolese e do São Paulo, vê uma enorme agitação, entre pessoas e trouxas na cabeça ou nos braços, a correr de um lado para o outro, o que já não admira ninguém, tal é a rotina das coisas e a forma como acontecem! Afinal, nestes últimos tempos, a situação tende a piorar na querela entre agentes da Polícia e fiscais, por um lado, e zungueiras, por outro. Vale ressaltar que depois da transferência do mercado Roque Santeiro para a zona do Panguila muitos vendedores e não só, preferiram desenvolver as suas actividades comerciais nos mercados mais próximos das suas residências. Muitos preferiram o lado de fora do mercado dos Congolese, onde encontram maior facilidade para comercializar os seus haveres. Nos últimos tempos, o mesmo local tem apresentado uma enchente enorme, o que torna difícil reconhecer quem é quem, além de muita mercadoria a venda.

Assim, mesmo com a forte chuva que se abateu sobre Luanda, na tarde do passado dia 17 de Novembro, o mercado dos Congolese voltou a registar algo nada abonatório, observando-se uma enchente de pessoas por tudo quanto é canto, mais lixo amontoado e muito cheiro nauseabundo “perfumando” o sítio, afectando quem circulava por aquelas bandas, deixando no ar um ambiente de miséria.

Não tardou e começou o corre-corre entre Polícias e respectivos pupilos com os seus coletes verdes, ou seja, os

fiscais, e as vendedoras. Esses fiscais ostentam os seguintes dizeres nos seus coletes: «Fiscalização, GPL, Rangel»; outros faziam- se acompanhar de um simples porrete na mão e mal as zungueiras os vêem, fogem. Até mesmo um dos carros da EDEL, que circulava por ali em alta velocidade, foi confundido com os carros dos “magalas” (agentes policiais e fiscais), deixando todos em pânico.

Muitas, para escaparem de tais fiscais, fogem para os becos e aglomeram-se num canto até a situação acalmar. Em tom de desabafo, uma zungueira chamada Ana interrogou-se: “até quando esta vida?” A cidadã trazia uma bacia de mangas, bebé ao colo, amarrado num pano roto. Mal pousou a bacia, apareceu-ram dois fiscais que levaram o seu negócio, ficando com tudo perdido, sem nada.

Outra zungueira, chorando, disse ao CONTINENTE que prefere suportar aquela vida do que ficar em casa e morrer de fome. Minutos depois outras senhoras disseram que continuam ali naquele local, por não terem conseguido espaço para vender no interior do mercado.

Além das frequentes corridas, há a desorganização dos taxistas que param e estacionam onde, quando e como querem.

Mesmo entre os vendedores não há entendimento, durante a nossa reportagem presenciamos dois jovens a brigar por um espaço, resultando da briga um ferido em consequência de uma mordedura. O pior só não aconteceu graças à intervenção da Polícia.

Aqui fica o nosso apelo, no sentido de a Administração Municipal do Rangel e a Fiscalização porem cobro àquele cenário triste, que além de pôr em risco a vida das pessoas em nada dignifica os angolanos.

Polícia balea zungueira no São Paulo

Uma mulher identificada apenas por Mingota, que se dedicava à venda ambulante, foi baleada nesta terça-feira por um agente da Polícia junto às bombas de com-bustível adjacentes ao mercado de São Paulo. Segundo apurou este jornal, o suposto criminoso já se encontra a contas com a justiça. De acordo com as colegas da vítima que testemunharam o sucedido, o agente da Polícia pertencente a 11 Divisão do Sambizanga, encontrava-se em estado de embriaguês, no momento em que praticou o crime. Elas contaram, igualmente, que o carrasco tentou apoderar-se do negócio da jovem zungueira e, por ter sido mal sucedido, devido à decisão da jovem e se ter sentido humilhado, o homem decidiu fazer gosto ao dedo, tendo atingido a vítima no membro inferior direito. Este é mais um caso em que um agente da Polícia Nacional dispara contra uma zungueira, que deixa os seus filhos sem sustento, uma vez que os esposos são desempregados. Tina António Tungaica, empre-

gada num dos armazéns situado no local onde ocorreu o facto, informou que a Policia tem sempre atacado as senhoras, «As vezes chegam mesmo a receber todo o seu negócio, é triste», lamentou a jovem. As zungueiras, denunciaram também que em várias ocasiões, são violadas sexualmente por agentes da Polícia Nacional e pelos Fiscais I do Governo Provincial, quando apreendidos os seus negócios. «Quando não tiver dinheiro para pagar, em troca, pedem relação sexual e se não quiseres, ficas mesmo a perder o produto». Informaram as zungueiras. Maria Gomes, de 30 anos de idade, zungueira há dois meses, também contou que já foi vítima de abuso sexual por parte de um agente da Policia Nacional. «Me prenderam o negócio, em casa já não tinha mais reserva, tanto que eu pedi, não fui entendida, chegando mesmo a me envolver sexualmente». A nossa interlocutora, acrescentou Que não é a única a viver tal situação, «somos muitas, mano»

Sobre o caso da senhora alvejada, um agente da Esquadra móvel de S.Paulo, informou que o agente criminoso já se encontra a contas com a justiça. A mesma fonte avança ainda, que o seu colega corre risco de ser expulso das fileiras da Polícia Nacional.

Recorda-se que a presença de zungueiras na estrada agudizou-se mais ainda com a I destruição do grande mercado Roque Santeiro e tantos outros como o do Kinaxixi e o da Estalagem.

3.5 Mais uma zungueira baleada

Angolense

De 27 de Novembro

à 4 de Dezembro de 2010

Já há algum tempo que o “currículo” da polícia está escrito a letras vermelhas, manchado de sangue, esta semana mais um agente voltou a aprontar – usou de uma arma de fogo contra uma cidadã indefesa, uma zungueira.

Estamos todos de acordo que as vendas sejam feitos em locais apropriados, as ruas, as estradas e outros não são. A venda deve ser feita nos mercados, mas que mercados? O governo da província de Luanda (GPL), na altura dirigido por uma comissão de gestão, prometeu construir 12 novos mercados que ficaram em “águas de bacalhau”, excepto se a memória não me trai “o novo Roque Santeiro”, o mercado do Panguila, cujo acesso é um calvário.

O facto de não se vender na rua ou outro lugar não permitido, não dá ao direito a um agente disparar contra uma cidadã indefesa – esta atitude é condenável e punível.

Tem que se continuar a proteger a vida, ninguém, mas ninguém mesmo, tem o direito de atentar contra o bem mais preciso – a vida. Já o tinha dito neste espaço, é um desprimor quanto a mim, ter polícias atrás de zungueiras. A polícia deve ser ocupada com outros problemas, como, por exemplo, o da delinquência, dos assaltos nos bairros, nas paragens de táxi, ou seja, manter a ordem no verdadeiro sentido da palavra. A polícia não pode andar atrás de vendedoras, mas sim, prevenir o crime para “não prender para depois investigar” como acontece entre nós.

A nossa polícia é excessivamente armada, a exposição do material bélico faz lembrar os terríveis anos de guerra que o país viveu. O uso de balas de borracha não seria uma solução para uma polícia excessivamente atiradora, arrogante e, algumas vezes, sem princípios éticos?

Sem ser advogado do diabo, não gostei de ouvir as declarações do comandante da Divisão do Sambizanga. Manuel Gonçalves defendeu a sua dama ao dizer que o polícia se viu envolvido de vendedoras, que fez recurso a arma de fogo para se defender. As nossas “heroínas”, como um governante as tratou esta semana num encontro cívico, não merecem tamanha brutalidade.

Quando a mim, é um contra senso que o angolano seja torturado, perca o negócio por vender em locais apropriados, mas o chinês o faça por tudo quanto é canto, desde medicamentos, roupas, calçados e outros bens. Qual é a explicação que se pode dar a isso? Um novo estilo de governação ou liberalismo para os cidadãos expatriados-. Já dizia um conceituado músico da nossa praça: “Angola para o chinês, para o Português, o Francês, o americano, nada para o angolano”. Não sei se andarás algum angolano a “zungar” na China? Há coisas que não se permitem e uma delas é a venda ambulante por chineses.

Para o fim da matança, da caça às zungueiras, há duas soluções: a construção de novos mercados e a promoção de feiras.

A venda ambulante, como todos nós ouvimos de vendedoras, é também uma fonte de receita para alguns polícias que estipulam um valor diário, para que a actividade ganhe o seu curso normal - não pode ser assim. A polícia não pode continuar a carregar a “imagem de assassina”, tem de se fazer um trabalho de fundo nas unidades polícias, porque como as coisas andam denotam falta de disciplina no comando da corporação.

Para fim da matança, da caça às zungueiras, há duas soluções: a construção de novos mercados e a promoção de feiras.

Limão contestado

O novo director do Instituto de Polícia, subcomissário Alberto Sebastião Mendes, está a ser contestada por alguns agentes e quadros civis. O também conhecido director “Limão” está igualmente a ser acusado de criar um “mau ambiente” onde predomina alegadamente a arrogância.

Fonte ligada ao assunto, referiu que o subcomissário grita com tudo e todos. Recentemente, revelou a fonte que pediu anonimato, o referido responsável orientou que todos os trabalhadores,- incluindo membros do conselho de direcção sejam revistados na portaria no fim de cada jornada de trabalho-. A medida, segundo a fonte, consiste em impedir que algum produto ou outros bens da instituição sejam levados para casa.

Esta medida, segundo fez saber a fonte, está a ser contestada pelos trabalhadores e fundamentalmente por alguns membros do conselho de direcção da instituição. De acordo com alguns funcionários que denunciaram o facto, uma alta funcionária ligada ao protocolo e uma outra das finanças endereçaram carta ao Comandante-geral da Polícia, Ambrósio de Lemos, mas não obtiveram qualquer resposta. “Nos corredores do instituto o director diz que ninguém lhe irá tocar porque é muito próximo do ministro do Interior e do Comandante-geral”, denunciou a fonte.

O novo director, segundo soube este jornal, está a denegrir o trabalho da antiga direcção de que era director adjunto.

Para as fontes, Alberto Sebastião Mendes não fará milagres mas procurará pôr em marcha os planos da antiga direcção que não conseguiu implementar vários projectos por falta de dinheiro associada a crise financeira mundial. “O novo director tem agora verbas tanto mais que no próximo ano o dia da Polícia será realizado no instituto”, desdramatizou a fonte.

No entanto, contactado por telefone, o Angolense não conseguiu falar com o director do instituto.

Entretanto, fonte próxima ao director, assegurou que as acusações não correspondem a verdade e que os que reclamam não se adaptaram as novas realidades. “Não há nada de novo, mas apenas rigor na base do respeito”, disse.

4 OGE INVESTIMENTOS PUBLICOS & TRANSPARENCIA

4.1 Executivo apresenta contas ao Parlamento.

Jornal de Angola
3 de Novembro de 2010

O Executivo apresenta amanhã, na Assembleia Nacional, o relatório de balanço da execução do Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2009, garantiu ao Jornal de Angola o deputado Samuel Daniel, porta-voz da Casa das Leis.

Com a apresentação do relatório, Executivo responde à exigência legal estabelecida na Lei-quadro do OGE, nos termos da qual “o Presidente da República deve apresentar ao Parlamento, até 30 de Setembro do ano seguinte, o balanço geral relativo aos resultados do exercício económico”.

Inicialmente, o OGE de 2009 teve receitas estimadas em 3.176.127 de kwanzas e despesas em igual montante. Em Julho do mesmo ano, o orçamento foi revisto em baixa, passando a comportar receitas e as despesas no valor de 2.621.282,8 de kwanzas.

De acordo com o relatório a que o Jornal de Angola teve acesso, no decorrer do exercício, foram realizadas receitas no valor de 1.464.573,3 kwanzas e despesas no valor de 2.020.352 de kwanzas, que resultaram num défice orçamental de 555.778,7 kwanzas.

O relatório de balanço já foi entregue à Assembleia Nacional para análise e aprovação e nele o Executivo aborda o contexto geral em que a gestão das finanças públicas em Angola se desenvolveu, com destaque para a conjuntura económica nacional e internacional. Revela, também, os aspectos mais importantes da execução da política e das medidas de política das finanças públicas, conforme consta no Programa Geral do Governo 2008/2009. No documento, o Executivo faz ainda um balanço do exercício económico e financeiro de 2009 e apresenta dados sobre a execução orçamental e financeira do OGE e as variações e a situação patrimonial do Estado, além de uma avaliação geral do desempenho das finanças da Administração Pública.

Outros programas

Ainda na sessão de amanhã, é apreciada, na especialidade, a Resolução sobre o Protocolo para a implementação de um programa de cooperação técnico-militar e de segurança entre Angola e a Guiné-Bissau, bem como o Memorando sobre a cooperação financeira entre os dois países. Os deputados vão também apreciar a Resolução que aprova o Acordo de Cooperação em matéria de

Segurança e Ordem Pública entre o Ministério do Interior de Angola e o do Interior e da Descentralização da República do Congo.

A Resolução que aprova a Adesão de Angola à Convenção das Nações Unidas sobre a supressão do Financiamento ao Terrorismo e os projectos de Lei dos Partidos Políticos e dos Crimes contra a Segurança do Estado são, entre outros, os documentos a serem discutidos na sessão plenária de amanhã.

Segunda-feira, a bancada parlamentar do MPLA analisou os pontos constantes da agenda a sessão legislativa da Assembleia Nacional marcada para amanhã e avaliaram o grau de implementação do orçamento, tendo em conta as competências da Parlamento.

No encontro, orientado pelo vice-presidente do MPLA, Roberto de Almeida, e com a presença de alguns membros do Executivo, a presidente da terceira comissão da Assembleia Nacional realçou que o Parlamento continua a adequar os diplomas à nova Constituição.

A porta-voz do encontro, a deputada Ângela Bragança, salientou a análise das Leis dos partidos políticos e a alteração à lei orgânica do Tribunal Constitucional, do sistema de Estatística Nacional, do Planeamento e das parcerias público-privada.

Angola e Índia assinam acordo sobre petróleo

Um memorando de entendimento para a promoção da cooperação no sector dos petróleos e gás natural foi assinado, na segunda-feira, em Nova Delhi, entre Angola e a Índia, noticiou, ontem, a Angop.

A agência noticiosa, que cita uma nota do Ministério angolano dos Petróleos, adianta que o documento foi assinado durante a sessão ministerial da 9ª exposição e conferência internacional denominada Petrotech, que se realiza em Nova Delhi.

Os Ministérios angolano dos Petróleo e de Gás Natural da Índia, refere a nota, estabeleceram um quadro institucional para facilitar e reforçar a cooperação bilateral no sector dos petróleos e gás natural, com base na igualdade e benefício mútuos.

O titular das pasta dos Petróleos de Angola, Botelho de Vasconcelos, ao intervir na sessão ministerial da Petrotech, salientou os aspectos relevantes da indústria do petróleo e do gás natural, dando ênfase à legislação relativa ao sector e B- questões ambientais relacionadas com a indústria petrolífera.

4.2 Execução do Orçamento de 2009 registou défice

Jornal de Angola
5 de Novembro de 2010

A execução do Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2009 registou um défice de 555.778,7 milhões de

kwanzas, refere o Relatório de Execução- do documento apresentado, ontem, pelo Executivo na sessão plenária do Parlamento.

De acordo com o documento, o défice justifica-se com o facto de a arrecadação de receitas, no valor de 1.464.573,3 milhões de kwanzas, ter sido inferior em relação às despesas realizadas de 2.020.353 milhões de kwanzas.

Durante a sessão, que serviu para a discussão e votação do referido OGE, o ministro das Finanças, Carlos Alberto-Lopes, que apresentou o documento,- esclareceu que este défice se deveu ao impacto “altamente negativo”- da crise financeira mundial na economia nacional. A crise, acrescentou,- afectou o principal produto de exportação e gerador de receita fiscal para o país, o petróleo, tendo reduzido- a produção em 5,1 por cento, situação- que não se verificava desde 2003. Deste modo, esclareceu, a produção- do barril de petróleo fixou-se em 1,808 milhões por dia, contra os 1,906 milhões em 2008. O preço oscilou- entre os 39 e 78 dólares, negociando--se em média em 61,40.

Facto positivo, sublinhou, foi o crescimento do sector não petrolífero,- na ordem de 8,9 por cento, apesar de menor em relação ao período anterior-. Assim, as receitas petrolíferas contribuíram apenas com 60,1 por cento do previsto, tendo-se registado,- em contrapartida, uma contribuição- positiva do nível de arrecadação das outras receitas. Em consequência,- prosseguiu Carlos Lopes, o crescimento- económico global do país, medido pelo Produto Interno Bruto (PIB), baixou para 2,7 em 2009, as contas fiscais e a Balança de Pagamentos- registaram défices, as reservas- internacionais e o crédito interno- diminuíram e a moeda nacional depreciou-se em relação ao dólar em 19 por cento nominais. Quanto à taxa de inflação, permaneceu elevada- nos 13,9 contra o objectivo estabelecido- de 12,5. Nesta conjuntura adversa à economia, uma outra nota positiva prende-se com o facto de ter sido possível conter a dívida pública, tendo, em 2009, sido efectuado a reestruturação da dívida de curto prazo- do tesouro, de oito mil milhões em 2008 para 1,8 mil milhões em 2009.

Verificou- se a redução das receitas fiscais totais em 18 por cento comparativamente- a 2008, correspondendo a 32,4 por cento do PIB, tendo o grau de execução das despesas totais atingido- 77 por cento do previsto, 20,8 inferior- à realizada em 2008. Da balança entre as receitas e despesas fiscais resultou um saldo global deficitário na óptica do compromisso- das contas da administração Pública equivalente à 9,1 por cento, indicador superior a 2008. Os números da execução do OGE de 2009 dão ainda conta de ter havido uma deterioração da Conta Corrente- da Balança de Pagamentos que passou de um excedente de cerca de 6.407,7 milhões dólares, em 2008, para um défice de 11.471,9 milhões de dólares, em 2009.

4.3 Deputados não aguentam “passada” do Executivo

Agora

6 de Novembro de 2010

A velocidade imprimida pelo Governo, desde o princípio do ano, para conformar os projectos de Lei e de Resolução à Constituição, aprovada em Fevereiro último, não está a ser acompanhada- pelos deputados- da Assembleia Nacional (An)

A constatação foi feita nesta quinta-feira, antes da discussão e votação do relatório- de execução do Orçamento Geral do Estado (Oge) de 2009, prevendo receitas e despesas na ordem de 2.621.282,8 milhões de kwanzas.

Para o líder da bancada parlamentar- da FNLA, a An deveria acelerar a elaboração dos regulamentos- e normas orçamentais para permitir que os deputados continuem com a sua acção fiscalizadora- nos termos definidos pela Constituição.

No entender de Ngola Kabangu,- o Executivo está a fazer a sua parte, com vista a assegurar o ordenamento- e eficácia no seu funcionamento-.

Até agora a Casa das Lei aprovou uma série de diplomas, estando- a maioria a carecer de regulamentação.

Antes da aprovação da Constituição- vigoraram no país muitas leis, cujos prazos para sua regulamentação- tinham terminado há muitos anos, como é o caso das leis do Património Cultural e de Imprensa, respectivamente.

Oge / 2009 entre o défice e nota positiva

O relatório do Oge de 2009 foi o principal assunto da 14a sessão plenária ordinária- da An, tendo o documento- abordado a forma como se desenrolaram as finanças públicas- num ano em que a economia- nacional se res-sentiu do impacto negativo da crise financeira- mundial. Durante o encontro os parlamentares- centralizaram as suas análises nos aspectos marcantes das políticas e medidas executadas- no âmbito do Programa Geral do Executivo, bem como no balanço- patrimonial e o no grau de cumprimento das metas orçamentais- da Administração Pública.

De acordo com o relatório do Executivo, a execução deste Oge registou um deficit de 555.778,7 milhões de kwanzas, como resultado- da arrecadação de receitas- de 1.464.573,3 milhões de kwanzas ter sido inferior em relação- às despesas realizadas de 2.020.353 milhões de kwanzas.

O ministro das Finanças, que apresentou o documento, lembrou- que o défice afectou o principal- produto de exportação e gerador de receita fiscal para o país, o petróleo, tendo reduzido a sua produção em 5,1%, situação que não se verificava desde 2003.

Carlos Lopes rememorou, igualmente, que a produção do barril de petróleo fixou-se em 1,808 milhões / dia, contra os 1,906 milhões em 2008, e o seu preço oscilado entre os 39 a 78 dólares, negociando-se em média- em 61,40 dólares.

O sector não-petrolífero cresceu- na ordem de 8,9%, apesar de ser menor em relação ao período- anterior. As receitas petrolíferas contribuíram- apenas com 60,1 %, do previsto, tendo-se registado, em contra partida, uma contribuição positiva do nível de arrecadação das outras receitas.

O crescimento económico global,- medido pelo Produto Interno- Bruto (Pib), baixou para 2,7 em 2009, as contas fiscais e a Balança- de Pagamentos registaram défice, as reservas internacionais e o crédito interno reduziram-se e o kwanza depreciou-se, em relação ao dólar, em 19% nominais.

Quanto a taxa de inflação, permaneceu elevada nos 13,9% contra o objectivo estabelecido de 12,5%.

Outra nota positiva prende-se com o facto de ter sido possível conter a dívida pública, tendo--se, efectuado a sua reestruturação- de curto prazo do tesouro, de oito mil milhões em 2008, para 1,80 mil milhões em 2009. Perante este quadro, verificou-se a redução das receitas fiscais totais em 18% comparativamente- ao ano de 2008, correspondendo- a 32,4 % do PIB, tendo o grau de execução das despesas totais atingido os 77% do previsto, 20.8 inferior à realizada- em 2008.

Da balança entre as receitas e despesas fiscais, segundo o Executivo, resultou um saldo global deficitário na óptica do compromisso das contas da Administração- Pública equivalente à 9,1 %, indicador superior ao ano de 2008. Os números da execução do Oge / 2009 dão ainda conta de que houve uma deterioração da Conta Corrente da Balança de Pagamentos que passou de um excedente de cerca de 6.407,7 milhões de dólares, em 2008, para um défice de 11.471,9 milhões- de dólares, em 2009.

Assim sendo, o stock da dívida- externa do país reduziu--se em cerca de 2,5 mil milhões de dólares, assim como o financiamento- do défice das contas correntes- e de capitais foram realizados através da redução das reservas líquidas internacionais- em 4,95 mil milhões de dólares e de uma acumulação de atrasados de 1,14 mil milhões-.

Em termos gerais, registou-se uma queda da receita total em 52 %, isto é, uma redução para mais da metade. Nas receitas correntes, que experimentaram uma queda de 52,1%, destaca--se a forte diminuição das petrolíferas em 72%. As despesas correntes foram executadas em 85,9% (69,4 das despesas totais) e registaram um ligeiro decréscimo de 3% em relação- ao ano passado, permitindo- manter funcionais as instituições do Estado.

Segundo o ministro, as despesas de capital registaram um nível de execução de 62,5% (30,5% das despesas totais), verificando-se um decréscimo acentuado de 44.2 em comparação com 2008.

Empréstimo à Guiné-Bissau não será para já

Apesar do Executivo se ter comprometido em apoiar financeiramente o Governo- guineense para financiar o seu Oge, em 12 milhões de dólares, bem como em abrir uma linha de crédito de 25 milhões de dólares para viabilizar a actividade dos empresários dos dois países, o assunto- continua a merecer um estudo- por parte das autoridades angolanas.

Diante da inquietação dos deputados,- a ministra do Planeamento,- Ana Dias Lourenço, disse tratar-se apenas de uma proposta de Bissau, devendo, em tempo oportuno, Luanda apresentar a sua contraproposta para a negociação,- tendo como base um trabalho- do Fundo Monetário Internacional do qual sairá a estrutura- e o perfil da sua dívida de um modo geral.

O dossiê e outros documentos já discutidos serão remetidos à votação do plenário, no final dos trabalhos. Bissau solicitou a Luanda ajuda financeira na ordem de 127.600.000,00 de dólares para assegurar- a estabilidade social. Deste montante 12 milhões se destinam a apoiar o financiamento do Oge para viabilizar a implementação do Programa Económico e a Execução- dos investimentos públicos.

Outros 25 milhões de dólares seriam para apoiar à actividade empresarial e o restante para projectos- específicos como a intervenção- no Porto da Guiné-Bissau (19 milhões) reabilitação das vias urbanas (65 milhões) e ao financiamento- do projecto da comunicação- social (6.6 milhões).

O Governo guineense solicitou também o tratamento da dívida externa do país para com Angola, calculada em mais de 38 milhões de dólares.

4.4 A economia acelera de novo: OGE 2011 aponta para crescimento de 7,6%

Jornal de Angola

19 de Novembro de 2010

A proposta de Orçamento geral do estado (OGE) para 2011 fixa como pressuposto um crescimento de 7,7%. Em 2012, aos dois dígitos: 15,5%

A economia angolana irá crescer no próximo- ano 7,6% (taxa de crescimento real do PIB a preços de mercado), bastante acima dos 4,5% estimados para este ano e dos 2,41 % registados em 2009. Este é um dos pressupostos do cenário macroeconómico que fundamenta a proposta de Orçamento- Geral do Estado (OGE) para

próximo ano. Mas mais: em 2012 crescimento regres-sará à casa dos dois dígitos: 15,5%. A projecção para o valor do PIB (produto interno bruto)- a preços correntes para este ano fixa -se nos USD 80,9 mil milhões (Kz 7.445,7 mil milhões), ao passo que o valor programado para 2011 ascende a USD 85 mil milhões (Kz 8.392,2 mil milhões).

O sector não mineral e, em particular- não petrolífero, da economia, registará um ritmo de evolução que se situará bastante acima. do que se espera venha a verificar-se no sector mineral, em linha, aliás, com o que vem acontecendo nos últimos anos. Em 2009, foi o sector não petrolífero a contribuir para o crescimento positivo- da economia (8,31% contra o valor negativo de 5,1 % aver-bado pelo sector petrolífero na sequência do impacto da crise internacional sobre a procura de petróleo), tendo como sectores mais dinâmicos a agricultura,- com uma taxa de crescimento real de 29%, a energia, com 21,3% e a construção, com 23,8%.

No próximo ano, enquanto a projecção- para a taxa de crescimento do PIB petrolífero é de 2,3%, a efectuada para o PIB não petrolífero atinge os 11,2%. No entanto, espera-se que, em 2011, a economia petrolífera dê um salto considerável no seu ritmo de crescimento (11,9%), o que se ficará a dever ao aumento da capacidade de pro-dução nacional e às expectativas muito positivas para a evolução dos preços do crude divulgadas por organismos- e entidades internacionais (veja-se nesta edição as previsões efectuadas pela Agência Internacional- da Energia). No Relatório de Fundamentação do OGE para 2011 o Executivo projecta- uma trajectória claramente ascendente para a produção petrolífera nacional (ver quadro): se, em 2009, a produção média se situou nos 1,809 milhões de barris dia, este ano atingirá os 1,857 milhões de barris diários (embora o OGE revisto apontasse- para uma produção petrolífera diária de 1,906 milhões de barris), em 2011 os 1,901 milhões de barris diariamente e prevê-se que em 2012 se atinja uma produção diária de um pouco mais de 2,133 milhões de barris-.

Em todo o caso, a indústria extractiva- continuará a deter a “parte de leão” na composição do produto interno:- 48,4% este ano, recuperando da quebra registada em 2009, quando- representou apenas 46,7% do PIE, decaindo, entretanto 43,1 % em 2011. De referir, a evolução muito positiva- projectada para a participação da indústria transformadora (cujo peso no PIE passará de 6,5% este ano para 8,1 % em 2011), dos serviços mercantis- (20,3% em 2010 e 21,8% em 2011), da cons-trução (6,2% em 2010 e 6,4% em 2011) e da energia eléc-trica (0,1% em 2010 e 0,2% em 2011). De realçar que o sector diamantífero e as outras indústrias extractivas estabilizaram o seu peso no produto interno (1,1 %) entre 2008 e 2010 e reduzem-no mesmo ligeiramente no próximo ano (1,0%).

A estimativa para o preço médio fiscal do petróleo bruto subjacente ao OGE para 2011 é de USO 68. Recorde-se que na revisão do OGE para este ano se verificara uma alteração dos pressupostos relativos ao preço do barril de petróleo exportado, que passara dos USO 58 constantes no orçamento- inicial para USO 65,32.

A inflação anual global, prevê-se, deverá situar -se nos 12%. Para o corrente- ano estima -se que os preços regis-tem uma variação, em termos acumulados, da ordem dos 13% (IPC referente a Luanda), o que representa um progresso em relação à taxa de inflação de 13,99% veri-ficada em 2009.

Reservas reconstituídas

Entre Dezembro de 2009 e Agosto- de 2010 as Reservas Internacionais- líquida (RIL) aumentaram em 25,83%, passando de USD 12,6 mil milhões para USD 15,7 mil milhões. Daqui decorreu que os Activos Externos- líquidos (AEL) tenham aumentado- 29,72%. Para estes resultados contribuiu, em medida decisiva, o aumento dos fluxos financeiros externos,- na sequência da recupera-ção dos preços nos mercados internacionais- de petróleo e diamantes. “Esta recuperação, acoplada com as polí-ticas governamentais, permitiram- extinguir a significa-tiva procura especulativa por divisas manifestada pelos agentes económicos em 2009”, refere o Relatório de Fundamentação da Proposta de OGE para 2011.

O OGE para 2011 prevê um excedente de 2% do produto interno

Após os percalços de 2009 e deste ano, em que as contas públicas registaram- um saldo negativo face ao impacto sobre as receitas e despesas do Estado da crise financeira internacional,- no próximo ano voltam a ser excedentárias. Com efeito, a proposta- de OGE para 2011 estima um saldo global, na óptica do compromisso, da ordem dos Kz 164,2 mil milhões (2% do PIE). Para este ano projecta-se um défice fiscal global na óptica do com- promisso de 4,8% do PIE (Kz 319,2 mil milhões) tendo, em 2009, o défice- das contas públicas ascendido a 9,1 % do PIE (Kz 515,5 mil milhões).

A receita programada situa-se nos Kz 3.394,3 mil milhões (40,4 % do PIE, contra 34 % este ano), enquanto a despesa total atingirá os Kz 3.230,1 mil milhões (38,5% do PIE, contra 38,8% em 2010).

A maior contribuição para a receita orçamental a arrecadar no próximo ano provirá dos impostos petrolíferos (Kz 2.559,9 mil milhões, o correspondente- a 30,5% do PIE, quando, este ano, os impostos petrolíferos representarão- apenas 21,8% do PIE).

A maior fatia da despesa total caberá- às despesas correntes (Kz 2.256,7 mil milhões, o equivalente a 26,9% do PIE). Entre as despesas correntes- sobressaem as remunerações de empregados (Kz 933,9 mil milhões, ou seja, 11,1^o., do PIE), designadamente- a verba afecta

a vencimentos (Kz 870,1 mil milhões), a aquisição de bens e serviços (Kz 703,4 mil milhões),- sendo que estas registam um considerável acréscimo em relação ao ano corrente (deverão situar-se nos Kz 520,6 mil milhões) e ainda as transferências correntes (que passam dos Kz 294,5 mil milhões projectados para este ano para Kz 546,9 mil milhões- em 2011).

A rubrica “aquisição de activos não financeiros” ascende a Kz 973,4 mil milhões, o correspondente a 11,6% do PIE, reduzindo ligeiramente o seu peso relativo no produto interno em relação a 2009 (13,10/0) e 2010 (12,6%, de acordo com as projecções). Os fluxos globais do OGE para 2011 cifram-se em Kz 4.290,417 mil milhões,- dos quais Kz 886,2 mil milhões se destinam ao Programa de Investimentos- Públicos

É ainda de salientar que não se prevê qualquer variação de atrasados,- quer externos quer internos, em 2011.

O saldo global de caixa deverá situar--se nos Kz 164,2 mil milhões, o equivalente a 2”10 do PIB.

No conjunto, o stock da dívida total do Governo regista uma diminuição líquida equivalente a USD 1.663,6 milhões, pelo que o stock passa a situar -se em USD 32,5 mil milhões, o equivalente a 38,2% do PIB.

Sector Social representa 31,6% da despesa

Aos sectores sociais (educação, saúde, protecção social, recreação, cultura e religião, habitação e serviços- comunitários) são consagrados- 31,6 % da despesa consignada no OGE 2011, acima do quinhão que lhes era atribuído pelo OGE do corrente ano, tanto na sua versão inicial (30,5%), como revista (30,3%). Já o sector económico reduz a sua participação no OGE, passando a absorver apenas 13,4% da despesa, ao passo que no OGE para 2010 absorvia 16,7% na versão- inicial e 16,4 % após a revisão. Também a administração reduz sensivelmente a sua quota-parte em relação ao OGE 2010 revisto (passa de 23,3% para 15,2%), mas reforça-a ligeiramente em relação ao OGE inicial para 2010 (14,5%). A Defesa, segurança e ordem pública- consomem 14,9% da despe- sa prevista no OGE para o próximo ano, o que traduz uma redução em relação à parcela que lhe era atribuída- tanto no OGE 2010 revisto (15,9%) como no OGE 2010 inicial (19,6%). Os encargos financeiros aumen- tam o respectivo peso na despesa pública, passando, em 2011, para 25,1 % do total; no OGE 2010 revisto repre- sentavam 14,1 % do total e no OGE 2010 inicial 18,7%.

No que respeita às verbas afectas aos sectores sociais, a maior fatia da despesa vai para a protecção social (com destaque para os “serviços de protecção social não especificados”, a velhice, a sobrevivência e a família e infância). A protecção social consome 12,8% da despesa orçamental. Seguem-se a Educação (8%), com relevo para as verbas afectas ao ensino primário e secundá-

rio, a habitação e serviços comunitários (4,9%), a saúde (3,8%), a recreação,- cultura e religião (1,3%) e a protec-ção ambiental (0,8%).

Já no capítulo dos assuntos económicos- destaca-se o sector dos transportes (5,8%) e os combustíveis- e energia (3 %).

4.5 Deputados querem rápido desenvolvimento

Jornal de Angola

19 de Novembro de 2010

o Presidente da bancada parlamentar- do MPLA, Virgílio de Fontes- Pereira, afirmou que no OGE, apro- vado ontem, estão reflectidas as políticas do Executivo que visam- alcançar um elevado ritmo de desenvolvi- mento económico do país e estimular o sector privado da economia.

Além disso, considerou que o Orçamento vai melhorar a qualidade- de vida e o desenvolvimento humanos- dos angolanos.

Virgílio de Fontes Pereira afirmou- que o Executivo con- tinua apostado na conclusão do processo da reforma tri- butária, na redução da taxa de inflação e no aumento do investimento do sector social e na diversificação da economia.

O Orçamento Geral do Estado recebeu os votos favorá- veis do MPLA e da Nova Democracia, tendo o deputado desta força política- Quintino de Moreira reafirmado- a disponibilidade da sua Coligação- para contribuir para a reconstrução- do país.

Os deputados da UNITA, PRS e FNLA abstiveram- se durante a votação do OGE. A UNITA, na declaração voto apresentada pelo seu vice-presidente da bancada parlamentar, Silvestre Samy, defendeu que o Orçamento deve ser equilibrado e as dívidas públicas reduzidas. O líder da bancada do PRS, Sapalo António, aproveitou a ocasião para anunciar que o seu partido completou ontem 20 anos e disse esperar que ele continue a contribuir para a democracia.

4.6 Investimento Publico

Jornal de Angola

19 de Novembro de 2010

Os deputados aprovaram ontem na Assembleia Nacional o Orçamento Geral do Estado para o próximo ano. MPLA e Nova Democracia somaram- 155 votos a favor e os restantes partido da Oposição optaram pela absten- ção, o que revela uma posição construtiva que deve ser tomada em conta.

O Executivo tem um instrumento importante para

governar e uma ampla- margem de manobra, já que não houve votos contra, ainda que algumas- intervenções no Parlamento tenham sido particularmente críticas. Mas a retórica política também faz parte do jogo democrático. A margem de manobra da Oposição, em rigor, era muito reduzida. O Executivo destinou cerca de 900 triliões de kwanzas ao Programa de Investimento- Públicos o que representa uma opção clara na dinamização da econo-mia e nos investimentos em projectos sociais. Nenhum governo do mundo ousava ir tão longe na despesa pública.

O Executivo mostra, mais uma vez, que está empenhado em cumprir o programa de governo sufragado pelos eleitores, ainda que logo após as eleições tenha estoirado uma grave crise económica e financeira internacional que levou muitos países a uma situação desesperada que passa inclusive- pela perda de soberania.

Os países da União Europeia e os EUA vivem uma situação de sufoco porque a economia destrói diariamente centenas de milhares de postos de trabalho. Os desempregados nos países ricos ou emergentes contam-se aos milhões. Para “acertar” as contas, os países desenvolvidos estão a cortar drasticamente nos investimentos públicos, descem os salários aos funcionários do Estado e aumentam os impostos. São medidas que vão somar recessão à estagnação, porque reduzem drasticamente o consumo interno e oneram com uma carga fiscal desme-surada as actividades económicas- e as famílias.

O orçamento Geral do Estado ontem aprovado na assembleia Nacional- segue um caminho inverso. As verbas afectadas ao Programa de Investimento- Público garantem o crescimento económico, a criação de postos de trabalho e promovem o emprego e a estabilidade social. E certo que estamos a partir de uma fasquia baixa em comparação com esses países-. Mas não é menos certo que temos sabido ultrapassar, com enorme sucesso, as dificuldades provocadas pela grave crise económica e financeira internacional.

E também é verdade que Angola partiu do ponto zero há apenas oito anos, altura em que foi assinada a “paz dos bravos”. Este ponto jamais poderá ser dissociado das políticas adoptadas antes e depois das eleições de 2008. Angola está a pagar uma factura muito elevada pelos anos de guerra. Ninguém intelectualmente honesto pode analisar a situação económica,- política e social, como se não existisse o passado. O fim da guerra não fez de Angola um oásis, foi apenas um ponto de partida para construirmos- um país onde todos vão ter uma vida digna e com as condições básicas asseguradas.

No dia seguinte à assinatura da paz continuavam a existir milhões de deslocados carenciados de tudo, até de comida. Os equipamentos sociais continuam destruídos e restavam poucas escolas, hospitais, pontes, barragens ou aeroportos operacionais. Os cofres do Estado conti-nuavam depauperados pelo esforço de guerra.

Ainda hoje estamos a reconstruir escolas, hospitais, pontes, estradas.

Continuamos a pagar as dívidas feitas pelo esforço de guerra. Ainda temos- milhões de compatriotas a dar os primeiros passos para o seu autosustento-. Ainda continua a desminagem em vastas áreas do país. O que foi destruído em segundos, pode levar anos a refazer.

O Orçamento Geral do Estado tem em conta esta realidade e, por isso mesmo, é um excelente instrumento de trabalho para o Executivo. E porque- é assim, a Oposição, apesar da retórica própria destes momentos; de- pois da discussão na generalidade acabou por se abster. Não tinha alternativa- porque se votasse contra, ia rejeitar um Orçamento Geral do Estado- que países desenvolvidos e que dominam a cena económica mundial gostariam de aprovar e adoptar.

Os Estados Unidos da América e os países da União Europeia se pudessem- destinar umas tão elevada verba dos seus orçamentos ao Programa de Investimentos Públicos, tinham ganha a batalha contra a crise que os afecta e tem a sua expressão mais dramática nos números maciços- do desemprego.

A aprovação do Orçamento Geral do Estado, ontem, pelos deputados da Assembleia Nacional, sem votos contra, é um sinal de maturidade política- da Oposição. Por isso, os 20 deputados que se abstiveram, acabam por ser uma espécie de garantia extra para o Executivo levar a cabo o seu trabalho.

4.7 Parlamento aprova orçamento

Jornal de Angola

19 de Novembro de 2010

A Assembleia Nacional aprovou,- ontem, o Orçamento Geral do Estado para o exercício económico- de 2011, com 155 votos a favor, 20 abstenções e nenhum voto contra.

O OGE para 2011 está avaliado em 4.290.417.663.145 kwanzas, dos quais 886.208.340.517 se destinam- ao Programa de Investimento- Públicos. As receitas fiscais foram- projectadas em cerca de 3.394,3 mil milhões e as despesas fiscais fixadas em 3.230, 1 mil milhões,- do que resulta num saldo fiscal- global na óptica de compromisso- positivo de 164, 2 mil milhões, equivalente a 2 por cento do Produto- Interno Bruto (PIE).

As projecções para o 2011 indicam- um crescimento do PIE global real de 7,6 por cento, “sendo 23 por cento para sector petrolífero e de 11 para o sector não petrolífero”. Carlos Lopes afirmou que está previsto, também, que a produção diária estimada do petróleo para 2011 se situe nos 1.901 milhões de barris.

O ministro, ao intervir na sessão parlamentar, garan-tiu que as prioridades- para o próximo ano passam pela

melhoria dos serviços hospitalares, combate às grandes endemias,- saúde-matemo infantil e à luta-contra o VIH/ Sida.

O ministro referiu que OGE para- 2011 foi elaborado, tendo em atenção as várias políticas do Executivo- com destaque para as que visam o crescimento económico e a manutenção da estabilidade. O sector social, frisou, tem um incremento- nas despesas em comparação- com 2010. As despesas no sector económico,- Defesa, Segurança e Ordem Pública,- disse, tendem a diminuir, enquanto- se procuram reduzir os encargos administrativos. Tendo em conta que 2011 é um ano de consolidação- da retoma na actividade económica, lembrou, as medidas de polí-ticas monetária e cambial visam a criação de condi-ções para o relançamento dos investimentos do sector privado.

Quanto às políticas do sector social,- declarou que o Executivo pretende- atingir vários objectivos, com realce para a redução da pobreza- e melhoria das condições de vida das populações.

A execução da política monetária,- referiu Carlos Alberto Lopes, continuou assente no princípio da esterilização da liquidez na economia,- tendo em conta a necessidade de manutenção da estabilidade dos preços e o equilíbrio das contas externas- do país.

A implementação desta política, acrescentou, esteve assente na venda de divisas e de Títulos do Banco Central.

Para o próximo ano, anunciou, o Executivo tem como prioridade garantir a sustentabilidade do desenvolvimento,- através do uso racional- dos recursos naturais e a melhoria da qualidade ambiental, além de construir um sistema de ensino equitativo de qualidade, combater a doença e assegurar a igualdade no género.

O Executivo, adiantou, vai também- dar continuidade às acções iniciadas, este ano, para a reforma tributária, com destaque para aprovação- de projectos do código geral tributário, imposto de selo e outros encargos parafiscais.

4.8 Deputados querem rápido desenvolvimento

Jornal de Angola

19 de Novembro de 2010

O Presidente da bancada parlamentar- do MPLA, Virgílio de Fontes- Pereira, afirmou que no OGE, apro-vado ontem, estão reflectidas as políticas do Executivo que visam- alcançar um elevado ritmo de desenvolvi-mento económico do país e estimular o sector privado da economia.

Além disso, considerou que o Orçamento vai melhorar a qualidade- de vida e o desenvolvimento humanos- dos angolanos.

Virgílio de Fontes Pereira afirmou- que o Executivo con-tinua apostado na conclusão do processo da reforma tri-butária, na redução da taxa de inflação e no aumento do investimento do sector social e na diversificação da economia.

O Orçamento Geral do Estado recebeu os votos favorá-veis do MPLA e da Nova Democracia, tendo o deputado desta força política- Quintino de Moreira reafirmado- a disponibilidade da sua Coligação- para contribuir para a reconstrução- do país.

Os deputados da UNITA, PRS e FNLA abstiveram-se durante a votação do OGE. A UNITA, na declaração- voto apresentada pelo seu vice-presidente da bancada parlamentar, Silvestre Samy, defendeu- que o Orçamento deve ser equilibrado e as dívidas públicas reduzidas.

O líder da bancada do PRS, Sa-palo António, aproveitou a ocasião- para anunciar que o seu partido- completou ontem 20 anos e disse esperar que ele continue a contri-buir para a democracia.

4.9 Deputados vão propor ao Governo ajustes na despesa alocada ao sector social

Expansão

26 de Novembro de 2010

Apenas a 14 de Dezembro é que se vai saber a versão final do Orçamento- Geral do Estado, quando- este voltar ao plenário para o último voto dos membros do parla-mento. Por enquanto, as expectativas- aumentam sobre onde o Executivo poderá alocar os 164 mil milhões Kz (1,7 mil milhões- USD) de excedente que o Orçamento apresenta.

Na primeira revisão do OGE 2010, ante um défice de 2,7%, os deputados sugeriram a redução de despesas, e o Governo respondeu,- cortando 280 milhões dos gastos planeados. Agora, passada a crise, o apelo dos parlamentares- tem sido no sentido de se aumentar- as verbas destinadas ao combate à pobreza.

Informações apuradas pelo Expansão junto de fontes ligadas ao processo de revisão do OGE, em curso nas comissões de especialidade,- podem responder à aspiração- dos que apelam por mais verbas para o sector social. De acordo com estas fontes, o superavit- orçamen-tal e a expectativa

O Governo alterou as suas previsões quanto ao comporta-mento da taxa de inflação, posicionando-a nos 120/0 à volta do comportamento do preço do petróleo, que se espera muito acima dos conservadores 68 USD inscritos

no OGE, estão a pressionar ajustes para cima na receita e na despesa, particularmente- a destinada ao sector social- e ao combate à pobreza.

O OGE de 2011 atesta que a economia nacional vai crescer a 7,5% no próximo ano, contrariamente- às previsões anteriores e muito recentes de 8%.

“A presente proposta está sustentada- numa visão mais promissora da economia nacional”, disse o ministro das Finanças ao apresentar o OGE perante na Assembleia-Nacional, no passado dia 18 de Novembro. E acrescentou que o OGE foi elaborado num ambiente de recuperação dos efeitos da crise financeira e económica- que desde 2008 assolou mundo.

Entre as várias “prioridades” que o Executivo angolano pretende- seguir no OGE, constam a garantia de um ritmo elevado e sustentado de desenvolvimento económico com estabilidade, a transformação e diversificação das estruturas económicas, o estímulo- ao sector privado e ao empresariado nacional e o reforço da inserção competitiva de Angola- no contexto internacional.

A OGE apresenta um valor global- de 4 triliões Kz (43,4 mil milhões- USD), despesas de 3,39 triliões- Kz (36,8 mil milhões USD). As receitas estão calculadas em 3,23 triliões Kz, o que deixa um superavit de 164 mil milhões Kz, ou seja, 1,9% sobre o Produto Interno- Bruto.

A PIE está agora calculado em 8,3 triliões Kz (90 mil milhões USD), a preços correntes.

A Estado arrecada a maior parte- de receitas na cobrança de impostos, representando 38% do OGE, seguindo-se o sector petrolífero,- com 30%. Para 2011, o Governo estima produzir diariamente- 1,9 mil milhões de barris e usa, para elaboração do OGE, o preço “conservador” de 68 USD por cada barril.

O sector petrolífero vai registar- um crescimento de apenas 2,3%, comparativamente ao do sector não-petrolífero, com 11,2%. Mas é em 2012 que o primeiro- registará maior incremento,- com 11,5%, enquanto o não--petrolífero ficará por quase 18% (ver quadro).

Quanto a despesas, o sector social- (abarcando sectores da educação,- saúde e habitação social), é o que mais recursos vão receber, com 30,3% do OGE. Individualmente, o Estado gastará maior parte de verbas em despesas correntes,- com 26,9% de todas despesas,- tais como remuneração de empregados e vencimentos.

O Governo alterou as suas previsões- quanto ao comportamento- da taxa de inflação, posicionando--a nos 12%, ao da expectativa- anterior de um dígito. O Índice- de Preços no Consumidor (o instrumento usado para medir a inflação) registou uma subida para 16% no mês de Outubro, e analistas acreditam que pode subir- mais à medida que nos aproximamos- do período festivo, geralmente- caracterizado por alta de preços. Na nova projecção incluída- no OGE, o Governo acredita- que a inflação pode chegar aos 13% até ao final do ano e baixar- um ponto percentual em 2011.

Amortização de dívidas Entretanto, o Executivo considera- realizar outras operações financeiras,- tais como o reembolso de dívidas internas. Deste modo, o Estado prevê pagar 9 mil milhões- USD aos seus credores, sendo- 6,2 milhões USD de atrasados internos. Angola vai também amortizar 989 milhões USD da sua dívida externa. Com esses pagamentos,- o stock da dívida pública- reduz para 32,5 mil milhões, o equiva-lente a 32,8% do PIE.

4.10 Cortes orçamentais complicam funcionamento de sectores vitais

Agora

27 de Novembro de 2010

Esta semana poderá ficar na história pelo facto de ter sido revelado,- pela primeira- vez em 35 anos de soberania, a fatia do Orçamento Geral do Estado (Oge) desti- nada às Forças Armadas- e não só

Segundo analistas, não deixa de ser surpreendente o montante- avançado pelo Chefe do Estado-maior General das Forças Armadas (Emg) com um enorme défice de cerca de 75% entre as necessidades e o valor cabimentado.

Sachipengo Nunda revelou que as Faa têm despesas ordinárias de, pelo menos, 15 mil milhões de dólares para resolver a maior parte dos problemas existentes, mas nos últimos dois anos receberam- apenas quatro mil milhões,- manifestamente “insuficientes” para fazer face não só às despesas de operatividade-.

Ao intervir no encontro desta semana com os deputados na Assembleia- Nacional nada disse se esta verba inclui ou não os 3 milhões- de dólares disponibilizados pontualmente pelo Ministério das Finanças para a instalação do seu gabinete ou ainda os 2 milhões- e 800 mil destinados pontualmente- todos os meses para gastos correntes. Este último valor representa o fundo de maneo, sendo apenas utilizado para aquisição de pa-pel, energia eléc-trica, reparação de viaturas, telecomunicações, viagens- e apoio social aos efectivos, conforme já noticiara em pri-meira mão o AGORA na sua edição de 16 de Outubro último.

Estes dados, porém, não chegaram a ser desmentidos nem confirmados.

Instado a concertar os números, o general Eduardo Nelumba que também esteve à frente do Emg 2004/2006 recusou-se entrar em detalhes, desembaraçando-se cal-mamente nestes trâmites: “Quanto aos dados- apresen-tados no Parlamento perguntem ao próprio general Nunda”. Este, porém, não se encontrava- em Luanda na altura em que fechávamos esta edição, conforme fez saber a nossa fonte.

“Não posso confirmar, mas para o funcionamento das nossas estruturas tem de haver dinheiro”,- disse, no entanto, um responsável- na impossibilidade de ouvirmos a versão do general Sousa, apontado como porta-voz e chefe da Direcção Principal de Operações do Emg.

“Fala-se em 15 mil milhões de dólares, é de facto muito dinheiro,- mas não se disse concretamente- em quanto tempo e em que serviços poderia ser aplicado”,- indicou um oficial superior conhecedor dos meandros da Defesa,- acrescentando que “a afectação- integral dos recursos financeiros planificados poderia resolver muitos proble-mas da tropa incluindo a habitação”.

Nunda explicou ainda aos deputados- a necessidade da melhoria- da logística “para permitir a consolidação da democracia”. Pensa-se também na melhoria da rede hos-pitalar militar.

As Faa estão ainda a trabalhar num programa para a construção de infra-estruturas, nomeadamente- escolas e quartéis para 28 brigadas. A única infra-estrutura razoavelmente em condições para a formação é a Escola Superior- de Guerra que ministra os cursos de comando e direcção, segundo o Chefe do Emg. Com o corte drás-tico no orçamento- resta saber como serão materializados todos os projectos em carteira.

Os parlamentares ouviram também a vice-ministra do Interior- para Administração e Finanças para quem a drástica redução em 40% do orçamento vai afectar “grandemente” o programa de investimentos nesta área. “Temos consciência de que com esta redução vai ficar afectado o projecto de segurança da fronteira- de Cabinda, vigilância electrónica- dos estabelecimentos prisionais, apetrechamento em meios nos quartéis dos bombeiros, criação de postos fronteiriços, construção de novas esquadras e postos policiais e o pagamento da aquisição de novas- cédulas para os passaportes”, disse Margarida de Jesus Barros.

A governante acrescentou que fica igualmente lesado o sistema de interligação das embaixadas com os serviços centrais, reconhecendo- a grande necessidade que o Ministério do Interior tem em apetrechar, erguer e equipar as esquadras para um melhor e mais adequado atendimento à população.

Por sua vez, o comandante-geral- da Polícia indicou que os recursos- destinados à corporação foram os possíveis, garantindo que o sector vai gerir as verbas para que as obrigações sejam- cumpridas.

Ambrósio de Lemos esclareceu que a Polícia faz o enquadramento- com base nas quotas que lhe são atribuídas anualmente pelo Ministério do Emprego e Segurança Social e o Ministério das Finanças,- defendendo a atribuição de um estatuto de unidades orçamentais- aos comandos provinciais,- sobretudo no concernente ao pagamento de salários.

As províncias do Uíge, Huambo,- Zaire, Bié, Namibe e Cunene não estão contempladas com novas- unidades

policiais no ordenamento- do Oge revisto.

Quem também “chorou” com os cortes foi a ministra da Justiça. Este sector tinha previsto despesas- na ordem de mais de 8 mil milhões de dólares mas deverá contentar--se com apenas 2 mil milhões no Oge de 2011. Guilha- mina Prata deu a entender que desta forma ficam ampu-tados, entre outros, os projectos para a construção dos palácios municipais- da Justiça.

Outros afectados

O oge para o próximo ano prevê receitas e despesas- estimadas em mais de 4,29 triliões de kwanzas (mais de 40 mil milhões de dólares). Contudo, o sector social deverá representar 31,6% da despesa, onde são incluídos a educação, saúde, protecção social, recreação, cultura e religião, habitação e serviços comunitários.

Neste orçamento o sector económico reduz a sua partici- pação, passando a absorver apenas- 13j~, da despesa, quando no Oge do ano anterior absorvia 16’j, após a revisão. A administração- também “emagreceu” a sua quota-parte em relação ao orçamento de 2010, passando de 23’’, para 15’’<.

A Defesa, Segurança e Ordem Interna ficam com um “bolo” de 14,9% da despesa programada o que traduz uma redução em relação- à parcela que lhe era atribu- ída tanto no orçamento de 2010 revisto (15%) como no mesmo- Oge na sua versão inicial (19,6%).

Os encargos financeiros aumentam- o respectivo peso na despesa- pública, passando em 2011 para 25% do total. No Oge revisto- de 2010 representavam 14% do total e no inicial 18,7%, segundo

Executivo

Das verbas destinadas ao sector social a maior fatia da despesa vai para a protecção social com destaque para a velhice, sobrevivência,- família e a infância. A protecção social fica com 12,8% da despesa orçamental, seguin- do-se a educação com 8%, relevando--se as verbas alo-cadas ao ensino primário e secundário, bem como a habitação e serviços comunitários na ordem de 4,9%, ao passo que a saúde deverá receber- 3,8%. Já a recreação, cultura e religião (1,3%) e a protecção ambiental (0,8%). Quanto aos assuntos económicos- destaca-se o sector dos transportes,- com 5,W;c, e os combustíveis e energia (3%).

O Oge para o próximo ano foi calculado com base na estimativa para o preço médio fiscal do petróleo bruto de 68 dólares ó barril, esperando-se que a inflação- venha a situar-se nos 12%.

5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO & CIDADANIA

5.1 Ingombota investe em programas sociais

Jornal de Angola
6 de Novembro de 2010

Mais de 200 milhões de kwanzas estão a ser investidos em projectos de impacto social, desde Outubro, pela administração municipal da Ingombota, no âmbito do Programa de Combate à Pobreza.

O valor global de 277 milhões de kwanzas foi atribuído pelo Executivo aos municípios, no sentido de melhorarem as condições de vida da população. A administradora municipal, disse à Angop que, em Setembro, foi atribuída uma dotação financeira de 97 milhões. O dinheiro está a ser aplicado na reabilitação de redes de distribuição de energia eléctrica e fornecimento de água potável em instituições escolares do ensino de base e postos de saúde.

Consta igualmente do programa, pintura de fachadas de edifícios, lancis e passeios, limpeza de valas de drenagem e sarjetas e a formação institucional de quadros da administração. A secretária para os Assuntos Sociais da Presidência da República, Rosa Pacavira, disse, na quinta-feira, num encontro alargado com membros da administração local, que está em execução um leque de programas traçados pelo Executivo, virados para os sectores da saúde, educação, habitação, reabilitação e construção de estradas e saneamento básico.

5.2 Censo populacional de dois anos

Jornal de Angola
10 de Novembro de 2010

Angola prevê realizar o censo geral da população e habitação, a 16 de Junho de 2013, disse, ontem, o vice-ministro do Planeamento para a Área Macroeconómica, Job Graça, no seminário sobre a celebração do Dia Africano da Estatística que decorreu sob o lema “Celebremos as Numerosas Realizações Estatísticas”.

Actualmente, o Instituto Nacional de Estatística (INE) está numa etapa de preparação, recolha e elaboração de dados das actividades que decorreram no ano passado e se prolongam até 2012, altura em são realizadas os textos pilotos.

Em relação ao sistema de planeamento nacional, o Executivo inscreveu, no Plano Nacional 2011/2012, o

projecto que trata do sistema estatístico nacional que pretende promover a produção e difusão de informação estatística oficial, de acordo com padrões internacionais.

O vice-ministro mencionou a contribuição que Angola fez sobre a melhoria da situação das estatísticas em África, pois concluiu o Inquérito do Bem-Estar da População (IBEP), o Inquérito à Produção Industrial (IPI) e o Inquérito ao Emprego de Angola (IEA). Job Graça lembrou também, que Angola criou condições para que, em breve, o Instituto Nacional de Estatística possa exercer o seu papel de disponibilização de dados e informações à sociedade, em geral, e para a concepção e avaliação das políticas públicas.

Job Graça destacou a aprovação da Lei do Sistema Estatístico Nacional, a apreciação do plano global dos censos, e a construção do novo edifício sede do Instituto Nacional de Estatística. Apesar da melhoria observada ao nível da oferta de informação estatística oficial nacional, reconhecida a nível interno e externo, Job Graça disse que é imperativa a revisão do enquadramento jurídico do sistema estatístico nacional, para mantê-lo actualizado e eficaz, do ponto de vista operacional. O vice-ministro do Planeamento reconhece também as possíveis falhas num ambiente de crescente descentralização e desconcentração, a elevação da eficácia e efectividade da acção governativa que requer um sistema de planeamento. “O sistema de planeamento não pode prescindir de elevada qualidade e regularidade de informação, que só podem ser disponibilizada por um sistema estatístico moderno e eficaz”, disse.

O técnico do gabinete do Censo, Pio Lucas, disse que Angola tem três anos de preparação dos trabalhos. Pio Lucas informou ainda que, para a realização do cadastro populacional, Angola foi chamada pelas Nações Unidas a realizar o censo no intervalo de 2010 a 2014. “E para que não fique fora das estatísticas gerais vamos efectuarla em 2013”, referiu.

Para fortalecer a actividade, Pio Lucas convida os organismos do Estado, as instituições internacionais e a sociedade civil, a envolverem-se neste projecto de preparação.

Segundo as Nações Unidas, todos os países devem realizar pelo menos de dez em dez anos, o censo populacional geral. Angola não realiza o censo populacional desde 1970.

5.3 Corrupção é o maior problema do país

Novo Jornal
11 de Novembro

*Concorda que o acesso à informação é um dos vários blo- queios que os angolanos ainda enfrentam?
Sem dúvida.*

Quando anda pelos meios rurais, o que é que as pessoas lhe dizem a respeito da falta de jornais, de estações de rádio diversificadas, do acesso ao mundo?

O conformismo abrange demasiadas pessoas, mas o grau de consciência política é maior do que muita gente pensa. Do mesmo modo que antes da independência nós ouvíamos a Rádio Brazzaville e outras para estarmos informados, hoje, graças a uma maior disponibilidade de bens no mercado a preços acessíveis, há muita gente que vê a televisão e tem acesso a informação que lhes é sonhada pelas autoridades.

Considera, como algumas pessoas consideram, que o controlo da informação é um dos pilares do actual partido no poder?

Não tenho igualmente qualquer dúvida nesse aspecto.

A corrupção é mesmo um dos maiores problemas do país, ou é sobretudo uma consequência de uma série de ineficiências do Estado?

É o maior problema do país, que tem as suas raízes na deficiente concepção do Estado e do desenvolvimento e tem como efeito, entre outros, a pobreza.

De que forma se deveria combater esse mal?

Primeiro que tudo, acabar com a promiscuidade entre política e negócios. Penso que nos devemos precaver em relação a possíveis situações de instabilidade e fazer aprovar uma amnistia para os crimes já cometidos, definir um novo código de conduta para os servidores públicos, moralizar a justiça e enviar para os tribunais os futuros prevaricadores. A despartidarização das instituições públicas, começando pela comunicação social, é fundamental.

Como vê a questão das lideranças políticas? Há uma geração que está a desaparecer naturalmente, mas parece que ainda está envolvida em todo o aparelho do Estado. Acha que a geração seguinte, hoje com 40/50 anos, está preparada para assumir o país?

Se tivermos em conta o que disse atrás, facilmente que se entende que só com uma mudança de visão, de perspectiva, se poderá assumir um outro tipo de desenvolvimento.

Mas quem poderá ser o agente de mudança? As novas gerações?

Não vejo as coisas em termos de gerações, mas de forças sociais capazes de viabilizarem um processo de desenvolvimento democraticamente sustentável. É evidente que para isso é necessária energia que os mais velhos já não possuem. Mas as novas gerações também incluem segmentos que estão muito atolados na corrupção.

Apesar dos problemas, o país tem estado a receber as atenções do mundo, e é quase sempre referido como um “país de futuro”, atraindo pessoas de várias latitudes. Esta ideia de “país de futuro” agrada-lhe?

Acredito que Angola será um “país de futuro”, tenha lá isso o significado que tiver. Mas só será um país bom para todos os angolanos viverem se percorrermos um caminho incluído. Aproveito para citar um conhecido teórico do neo-liberalismo, Ralf Dahrendorf: cuidado com a exclusão social, que representa um dos maiores perigos para a democracia. Eu acrescento, também para a paz e para o desenvolvimento económico e social.

5.4 “A independência trouxe-nos uma extraordinária mobilidade social”

Novo Jornal

11 Novembro de 2010

O engenheiro agrónomo Fernando Pacheco é um dos mais activos elementos da chamada sociedade civil. Depois de ter estado ligado ao MPLA, enquanto responsável pela política agrícola, e à gestão provincial do sector, em Malanje, foi um dos fundadores da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA). Sempre assertivo na forma como aborda o país, conversou por e-mail com o Novo Jornal sobre a independência e também sobre a Angola dos dias de hoje.

Olhando para trás, qual é a primeira recordação que tem da Angola independente?

A esperança de uma Angola melhor e próspera, feliz e solidária, sem injustiça social.

E hoje, que balanço faz dessa utopia (no bom sentido)? Aprendi com Eduardo Galeano, um grande pedagogo uruguaio, que a utopia é como a linha do horizonte, jamais se alcança, mas se faz algo para isso sempre se avança. Conseguimos resultados importantes em alguns domínios, mas tivemos também retrocessos. O que mais me preocupa é o abandono da preocupação com os mais desfavorecidos em favor do incremento dos privilégios, em favor de um segmento social que consome muito mais do que produz, o que expressa uma grande injustiça social.

O Fernando Pacheco é dos que mais se insurge, publicamente, contra um determinado saudosismo que vai pontuando algumas mentes. Quais foram os grandes ganhos para os angolanos saídos de um processo doloroso e de ruptura com o passado?

Acima de tudo a consciência nacional de que os angolanos hoje se orgulham e eleva a sua auto-estima. Mas também a extraordinária mobilidade social, resultante do esforço de formação dos recursos humanos, principalmente nos primeiros anos.

Quando fala de mobilidade social, refere--se exactamente a quê?

Há milhares de angolanos e angolanas- cujos ancestrais – e em alguns casos eles próprios – eram há cerca de 50 anos pessoas sem quaisquer direitos- de cidadania, anal-fabetos ou muito pouco letrados, e hoje são licenciados,- doutores, governantes, diplomatas, oficiais superiores das Forças Armadas. As oportunidades para as pessoas estudarem foram extraordinárias-. Mas se há motivos de orgulho, não podemos esquecer que as áreas rurais foram esquecidas e que este esforço foi consideravel- mente reduzido depois do início dos anos90.

Na pós-independência o país enveredou- por uma econo-mia centralizada,- apoiando-se nas experiências- e apoios vindo do leste europeu, principalmente da ex-URSS. Que marcas deixou esse prOjecto- falhado de sociedade? Do ponto de vista económico deixou--nos a ausência de um mercado e a consequente criação de uma menta- lidade de dependência e desresponsabilização-. Por outras palavras, desenvolveu--se uma cultura em que o Estado é que resolve os problemas do povo, em vez de ser o facili-tador e regulamentador- dos processos económicos-. Mas convém não menosprezar os ganhos sociais.

Que tipo de ganhos sociais?

Os principais foram a educação, que permitiu a mobili-dade social, a melhoria da condição feminina, o acesso- aos serviços de saúde por pessoas que nunca tinham tido essa possibilidade-. Mas muitas coisas poderiam ter sido melhores, pois os retrocessos posteriores na educação foram enormes- e o acesso muito limitado a água potável é algo que não nos pode orgulhar-.

Não acha que quando se “trocam” grades de cerveja por viagens internacionais- se está a vender propaganda- e a emoldurar um país insustentável?- Como perceber que o Estado se endividava no exterior para “oferecer” viagens aos seus cidadãos?

Esta foi apenas uma das distorções, um corolário da equação que disfuncionava- o sistema. Mas ainda hoje estão presentes na economia e na sociedade- paradoxos semelhantes.

Em que sentido?

São muitos os exemplos. Já não se viaja com uma grade de cerveja, mas vemos pessoas a comprarem casas e carros com valores exorbitantes sem que alguém per-gunte a origem dessas- verbas. O acesso aos negócios e ao crédito estão viciados. Diz-se que o investimento estrangeiro aumenta extraordinariamente, mas conheço muitos estrangeiros que desistiram de investir por causa do exagerado volume de “gasosa” exigida e do excesso- de burocracia. O mercado angolano- está longe de ser um mercado normal.

Uma das consequências desse tempo estará, talvez, na constante- confusão entre Estado, partidos e MPLA. Concorda?

A confusão abrange também o conceito- de bem público. Acho que só os cidadãos podem mudar esta situação-. A sociedade civil e a comunicação- social têm grandes responsabilidades- na ampliação da cidadania,

5.5 Censo populacional dentro de dois anos

Jornal de Angola

19 de Novembro de 2010

Angola prevê realizar o censo geral da população e habita-ção, a 16 de Junho de 2013, disse,- ontem, o vice-minis-tro do Planeamento para a Área Macroeconómica,- Job Graça, no seminário sobre a celebração do Dia Africano da Estatística que decorreu sob o lema “Celebremos- as Numerosas Realizações- Estatísticas”.

Actualmente, o Instituto Nacional- de Estatística (INE) está numa etapa de preparação, recolha e elaboração- de dados das actividades que decorreram no ano passado e se prolongam até 20 12, altura em são realizadas os textos pilotos.

Em relação ao sistema de planeamento- nacional, o Executivo inscreveu,- no Plano Nacional 20112012,- o projecto que trata do sistema- estatístico nacional que pretende- promover a produção e difusão de informação estatística oficial, de acordo com padrões internacionais. O vice-ministro mencionou a contribuição- que Angola fez sobre a melhoria- da situação das estatísticas em África, pois concluiu o Inquérito do Bem-Estar da População (IBEP), o Inquérito à Produção Industrial (IPI) e o Inquérito ao Emprego de Angola’ (IEA). Job Graça lembrou também) que Angola criou condições para que, em breve, o Instituto Nacional de Estatística possa exercer o seu papel de disponibilização de dados e informações à sociedade, em geral, e para a concepção e avaliação das políticas- públicas.

Job Graça destacou a aprovação da Lei do Sistema Estatístico Nacional, a apreciação do plano global dos censos, e a construção do novo edifício sede do Instituto Nacional de Estatística. Apesar da melhoria observada ao nível da oferta de informação- estatística oficial nacional,- reconhecida a nível interno e externo,- Job Graça disse que é imperativa- a revisão do enqua-dramento jurídico- do sistema estatístico nacional,- para mantê-lo actualizado e eficaz,- do ponto de vista ope-racional. O vice-ministro do Planeamento reconhece- também as possíveis falhas- num ambiente de crescente descentralização e desconcentração,- a elevação da eficá-cia e efectividade- da acção governativa que requer um sistema de planeamento-. “O sistema de planeamento não pode prescindir de elevada qualidade- regularidade

de informação,- que só podem ser disponibilizada por um sistema estatístico moderno e eficaz”, disse.

O técnico do gabinete do Censo, Pio Lucas, disse que Angola tem três anos de preparação dos trabalhos. Pio Lucas informou ainda que, para a realização do cadastro populacional,- Angola foi chamada pelas Nações- Unidas a realizar o censo no intervalo de 2010 a 2014-. “E para que não fique fora das estatísticas gerais vamos efectuar – lá em 2013”, referiu.

Para fortalecer a actividade, Pio Lucas convida os organismos do Estado,- as instituições internacionais e a sociedade civil, a envolverem-se neste projecto de preparação. Segundo as Nações Unidas, todos os países devem realizar pelo menos- de dez em dez anos, o censo populacional- geral. Angola não realiza o censo populacional desde 1970.

5.6 Administradores dos Municípios de Luanda

Semanário Continente

26 de Novembro de 2010

A semana finda, a Secretaria da Presidência para os assuntos Sociais, Dr. Rosa Pacavira, efectuou mais uma visita de campo as administrações municipais e constatou, que muitos assuntos que o cidadão comum se queixa, relacionados com procedimentos administrativo e pequenas obras como tapar buracos decorrentes das precipitações pluviométricas ou mesmo de águas que correm desordenadamente para as vias podiam ser feitas sem grandes alaridos. Contudo, eles, não fazem aguardando ordens superiores, o que não é nem correcto nem expedito, pois que por esta Luanda afora se tiver que esperar por orientações ou verbas para tapar os buracos, então a cidade poderá parar. Sabe-se que as Administrações não possuem grandes equipamentos, mais têm Dumpers e uns tractores que podiam realizar as tarefas simples mais de interesse capital para os municípios, como limpeza das ruas, terraplanar alternativas e entulhar buracos.

5.7 José Maria é o décimo sexto governador de Luanda.

Semanário Continente

28 Novembro de 2010

Por cá passaram vários governadores, desde o alcance da independência, mas os problemas acentuam-se a cada dia que passa. Será desta o fim do calvário?

Tão logo foi publicado o despacho presidencial a confirmar a sua nomeação, em substituição de Francisca do Espírito Santo, a questão que se colocou foi no sentido de se saber se o actual vice-governador do Kuando-Kubango terá “peito” para governar Luanda.

A gestão da capital do país é tida como das mais complexas devido aos problemas que a afligem, tendo-se multiplicado na sequência do conflito armado, cujo fim aconteceu em 2002, com a assinatura dos Acordos de Paz entre o Governo e as Forças Militares da UNITA.

Assistiu-se então a uma explosão demográfica, tendo as autoridades perdido o controlo da situação de uma cidade com infra-estruturas degradadas e deficiência na distribuição dos principais serviços básicos.

O lixo, a par das construções anárquicas e em zonas de risco, ocupava lugar cimeiro na lista das preocupações, tendo feito várias vítimas, entre elas Simão Paulo, que rendeu Aníbal Rocha depois deste ter sido nomeado governador em Cabinda.

Com a saída de Simão Paulo foi criado um gabinete de intervenção para a província, coordenada por Joaquim Reis Júnior, então secretário do Conselho de Ministros.

O gabinete em causa teve como objectivo coordenar o elevado número de projectos de subordinação do Governo Central no domínio das infra-estruturas, requalificação urbana e ordenamento rural. Mesmo assim, tudo não passou de mera ilusão.

Preocupado com o acentuar do estado de degradação de Luanda, o Presidente Eduardo dos Santos viria a criar a Comissão de Gestão Administrativa composta pelo antigo ministro das Obras Públicas, Higinio Carneiro, António Van-Dúnem, ex-secretário do Conselho de Ministros, e Job Capapinha, ao tempo vice-ministro da Juventude e Desportos, tendo este último sido, posteriormente, catapultado a governador.

O seu consulado ficou marcado por fortes pressões da sociedade que queria ver resolvido os problemas que a afligia, com destaque para a questão do lixo.

Em 2005, Capapinha viria a ser exonerado, alegadamente, a seu pedido. No seu lugar foi guindada Francisca do Espírito Santo, depois do fim do mandato de mais uma comissão criada pelo Chefe de Estado.

Por Luanda passaram vários governadores, desde o alcance da Independência, mas os problemas acentuam-se a cada dia que passa.

Governadores que passaram por Luanda.

Um total de 15 governadores passaram pela província de Luanda, de 1976 até a presente data, altura em que é dado como certo -o afastamento de Francisca do Espírito Santo. A governante rendeu Job Capapinha. Pedro Fortunato Luís Manuel foi o primeiro governador da província, tendo exercido a função no período de 1976 a 1977. Os três governadores que se lhe seguiram

foram, nomeadamente, Afonso Van -Dúnem “Mbinda” (1977 -1978).

Agostinho André Mendes de Carvalho (1979-1980), ex--deputado à Assembleia Nacional (AN), e o falecido Francisco Romão de Oliveira (1980-1981), antigo vice--ministro das Relações Exteriores para a Cooperação. O quinto governador de Luanda foi Evaristo Domingos “Kimba” (1981-1983), tendo sido substituído por Mariano da Costa Garcia “Puku”, o sexto, no período de 1983 a 1986.

Depois de Mariano “Puku”, a governação da província de Luanda coube a Cristóvão Francisco da Cunha (1986-1988),- ex-governador de Malanje, e, dois anos depois, a Luís Gonzaga Wawuti (1988-1991), já falecido.

O actual ministro dos antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, Kundi Paihama, foi governador de Luanda de 1991 a 1993. Rui Óscar de Carvalho, já falecido, esteve à frente dos destinos da província de 1993 a 1994 e Justino José Fernandes, actual presidente da Federação Angolana de Futebol (FAF), de 1994 à 1997. Em 120 lugar da lista dos governadores Que passaram por Luanda está José Aníbal Lopes Rocha (1997 -2002), que ocupa actualmente a cadeira de deputado na AN. Foi substituído no cargo por Simão Mateus Paulo (2002-2004). Job Pedro Castelo Capapinha, que é o décimo quarto governador de Luanda, ocupou o cargo em 2004. Foi rendido por Francisca do Espírito santo, deixando o lugar para José Maria.

O novo inquilino

As rédeas do palácio da Mutamba, a baixa de Luanda, serão tomadas por alguém cujo nome é bastante conhecido na cena política doméstica.

João Maria dos Santos, notabilizou--se na JMPLA, tendo sido eleito deputado da Assembleia Nacional, no círculo provincial do Uíge, durante as eleições gerais de 1992, tendo sido o deputado mais jovem.

Mesmo com assento no Parlamento, José Maria dedicou-se a acções de caridade aos mais desfavorecidos através da Ong Causa Solidária de que é co-fundador.

Na sequência das remodelações governamentais operadas pelo Chefe de Estado nos últimos tempos, foi guindado a vice-governador do Kuando-Kubango. Agora, entra pela porta grande no governo de Luanda, sendo o 16º governador desde a independência do país em 1975. O governante herda assim o fardo de responsabilidades deixado pelos seus antecessores.

A tarefa não será fácil tendo em conta a complexidade dos problemas que apresentam aquela que ficou apelidada lia menina dos olhos bonitos de Angola”.

6 URBANISMO & HABITAÇÃO mentos públicos, área técnica (gerador, tanque de água, lixo).

6.1 Condomínios do Talatona violam Que comentário faz sobre a construção- de condomínios no regulamento urbano bairro Talatona?

Novo Jornal

5 de Novembro de 2010

Quais são os limites, em termos arquitectónicos, da projecção de um condomínio?

Existe uma deturpação no conceito de condomínio. Um prédio pode ser um condomínio, isto é, uma associação de moradores liderados por um administrador que de forma organizada e colectiva velam pela manutenção e gestão das áreas comuns do prédio ou bairro (passeios, corredores, elevadores, jardins), excluindo as áreas privadas que são os fogos (casas ou apartamentos). Os limites em termos arquitectónicos passam por um número razoável de fogos que permitam uma eficiente gestão e manutenção das áreas comuns do imóvel colectivo, numa escala inferior a uma escala comunal

Há um número de casas determinado- limite?

Acima dos 25 hectares ou 200 fogos já se torna insustentável a gestão eficiente do condomínio.

Os condomínios que se constroem em Luanda não possuem postos médicos. Qual é a sua opinião 50breisto? Os condomínios deveriam ser planeados em função de um plano director municipal (PDM). Estes equipamentos como posto médico, creches, escolas e áreas de lazer deveriam ser construídos e servir não só os habitantes do condomínio como também a sua envolvente.

As casas devem necessariamente ser iguais?

As casas todas iguais tornam o bairro monótono e esteticamente pouco atractivo.

Deverão existir no mínimo três modelos diferentes dispostos de forma intercalada.

Explique -nos como é que se faz a rede de esgotos. E hoje já se fala também em canalização de gás butano.

As redes técnicas (água, energia e esgotos) são concebidas e dimensionadas em função do número de habitantes, com as suas conexões com as redes públicas da EDEL e EPAL.

Dada a ausências ou ineficácia destes serviços públicos muitos condomínios pagam uma fatia extra criando tanques de água, geradores em alguns casos mais uma central de gás butano, mas esta é uma opção que ainda não se adequa à nossa realidade.

Como é que se faz o orçamento de um condomínio?

Na elaboração do projecto do condomínio a sua orçamentação baseia-se nas seguintes áreas de intervenção: tipologias habitacionais e as suas repetições, infra-estruturas técnicas (água, energia, esgotos e arruamentos), paisagismo e arranjos exteriores, área de lazer e equipa-

6.2 É dinheiro público a suportar o luxo

Novo Jornal

5 de Novembro de 2010

Acha que a proliferação de condomínio- está a ajudar a encontrar ou definir a classe média no país?

É visível que os habitantes dos nossos condomínios são, em regra, pessoas de classe média. Serão funcionários públicos de grau médio ou mesmo superior, serão empresários mais ou menos bem sucedidos, serão executivos de empresas médias ou de grande dimensão, profissionais liberais, técnicos qualificados? Uma parte da classe política também se vai acomodando nos condomínios. É evidente que nem toda a classe média tem gosto pelos condomínios.

Quem seja mais exigente ou mais sofisticado e não adira a esse modelo de habitação que se caracteriza pela uniformização. Por isso, optam por outro tipo de moradia, por casas construídas a seu gosto, sem serem uma réplica da casa do vizinho. Primam, portanto, por alguma originalidade.

Qual é a leitura que faz dos preços praticados pela venda e arrendamento- daquelas moradias?

Não estou muito por dentro dos preços que são praticados, mas vou sabendo que, nalguns casos, os condomínios são postos à disposição de trabalhadores de grandes empresas que os mandam construir, depois entregam as habitações aos seus funcionários, estabelecendo com eles modalidades de amortização da dívida no longo prazo e em função do montante dos seus salários.

São preços de luxo...

Ouço dizer que os preços praticados são proibitivos, são demasiado elevados. Penso, porém, que com o aumento da concorrência, os preços irão diminuir e estabilizar

em níveis mais aceitáveis. Caso contrário, esse mercado irá falir. Julgo ainda que, num futuro não muito distante, estabelecer-se-ão até modalidades mais suaves de pagamento. O mercado encarregar-se-á de ajustar tudo isso. E só não o fez ainda, porque, neste país, há muito dinheiro a correr sem controlo. Não nos esqueçamos que alguns dos custos das moradias são depois repassados para o Estado. Na prática, é o Estado a suportar algum desse relativo luxo.

Verifica-se a compra e venda de moradias que ainda não estão erguidas- sequer. Até que ponto isto é certo?
Ainda há muito dinheiro por aí. É dinheiro do Estado, em determinados- casos. É dinheiro das empresas, noutros casos. É dinheiro dos próprios,- sob a forma de rendimentos futuros que ficam comprometidos no presente. Muitas dessas pessoas terão dificuldade em encontrar outras- opções, porque já estão endividados- para toda a vida através das amortizações a que estão obrigados. Por norma, a classe média está sempre endividada, vive para pagar a dívida.

Como é que o Estado interviria no sentido de controlar as especulações- de preços destas moradias em condomínio fechado?

Só há uma forma de controlar a especulação:- abrir o mercado, estimular- a competição, tornar os negócios mais transparentes, reduzir o impacto- da burocracia.

Concorda com a ideia de que os condomínios configuram uma forma- de exclusão social?

Realmente. Segrega as pessoas. Padroniza- os comportamentos. Retira a possibilidade de um contacto mais directo com a outra parte da sociedade-. As pessoas saem de manhã, ainda- de madrugada, no escuro. Depois entram nos seus automóveis, olham uns para os outros (ainda está noite). Caminham para os seus empregos, em filas intermináveis. E depois, novamente- de noite, lá estão eles de regresso ao seu gueto de betão (novamente- em filas intermináveis). Encafuam-se em casa, vencidos por um dia estafante. Não convivem entre 51 – são praticamente estranhos ao vizinho do lado. Cada casa é um mundo à parte, com os seus dramas, as suas dificuldades, as suas lutas para sobreviverem nesta selva urbana. A nossa classe média tende a ser uma classe de gente triste, que vive um dia-a-dia repetitivo e sem estímulo.

Como assim?

Esse modo de vida vai gerar comportamentos- específicos, e muitas vezes até doenças estranhas do foro psicológico. As crianças que estão a ser criadas nessas condições terão dificuldade de socializarem. Se não fosse a escola, elas ficariam isoladas do mundo, ficariam apenas entregues- ao computador e à solidão, porque- os pais passam mais de metade do tempo longe deles. E, quando regressam,

não têm tempo nem disposição- para eles, muito menos para si próprio. Os casais quase que se cruzam em casa, e já extenuados.

“É uma forma de exclusão social”

A PROLIFERAÇÃO de construções de condomínios fechados constitui uma forma de exclusão social. Segundo- o psicólogo Carlinhos Zassala,- esta prática a não ser travada poderá trazer consequências no seio dos angolanos.

“Tanto a psicologia social como a antropologia cultural estudam a produção humana e o seu impacto no factor sociocultural de cada povo. Hora o sistema de condomínio- fechados e prédios não se adaptam- à realidade do africano, porque tendo em conta a sua vida de solidariedade,- tem preferência em viver numa casa rés--do-chão, onde pode ter um quintal para poder receber pessoas em casos de problemas familiares,- como casa-mentos, divórcios ou óbitos”, disse o também professor- universitário.

“Repare que os que estão a aderir aos condomínios fechados, quando têm problemas familiares, como óbito, são obrigados a alugar salão para a realização das celebrações fúnebres e ultimamente está na moda alugar o quintal dos bombeiros para estes eventos. Está a ver as mudanças?”, interrogou- se o psicólogo. Para ele, os preços altos praticados nas vendas das moradias é dos sinais- mais visíveis de que este modelo- de habitação promove a exclusão social.

“Os preços são tão altos, que nem indivíduos da classe média conseguem- comprar aí uma casa. Porque o indivíduo da classe média é aquele- que ganha um salário que lhe permita fazer os gastos diários ou correntes e fazer poupanças. Portanto,- este modelo de habitação começa por fazer exclusão social a partir já dos preços”, atirou o entrevistado-. “A vida de condomínios fechados cor- responde à realidade sociocultural do europeu, onde é cada um por si e Deus por todos, o africano não é assim. O africano- privilegia a vida comunitária”, concluiu o entrevistado.

6.3 Cacuaco ganha parque empresarial e residencial

O Independente

6 de Novembro de 2010

Com um investimento de cerca de 120 milhões de dólares, a SID, Sociedade Imobiliária de Desenvolvimento, afirmou-se com o projecto denominado “KAOP PARK”, cuja construção já se encontra em curso no município de Cacuaco, bairro Caope Velha.

Numa altura em que o país desponta nas mais variadas áreas e há a necessidade de se incentivar a produção nacional, este projecto tem como objectivo incentivar os

jovens empresários, cedendo lugares apropriados para a construção de empresas.

Serve não apenas para fomentar o empresariado, mas também para dar condições condignas de habitabilidade para as pessoas que, eventualmente, procuram um lugar agradável para morar.

O residencial KAOP PARK contará com 9 edifícios, contabilizando ao todo 216 apartamentos³.

Os valores rondam os quatrocentos mil dólares para a venda e três mil dólares o aluguer.

Os contratos de arrendamento para os armazéns e escritórios serão efectuados até cinco anos.

A área empresarial contará com 40 armazéns.

Ambas áreas funcionarão em regime de condomínio fechado, num perímetro de 16 quilómetros, podendo albergar até duzentas mil pessoas.

No que toca à distribuição de água, o mesmo encontra-se devidamente apetrechado com dois tanques de filtração da água que sai do rio Bengo, e que passa por um processo de purificação.

Além da segurança e hospitalidade do local, o Parque apresenta também a zona residencial que terá piscinas, um campo de futebol, uma pista de atletismo, pistas de mini-golfe, campo polidesportivo, campo de ténis envolvendo assim, de maneira significativa, as actividades de desporto e diversão.

Na área comercial conta com uma incubadora de empresas, anfiteatro, bancos, salas de formação, restaurantes, boutiques, e um laboratório da Universidade Metodista. O mesmo contará também com uma gráfica para fazer suporte a publicação de livros académicos.

Com o condomínio, cujo alvo principal são as empresas que começam no mercado, fazendo assim afirmar o empresariado angolano, e até estrangeiro, estará em aberto um verdadeiro campo de concentração de empresas com o objectivo de tornar os produtos nacionais mais acessíveis aos consumidores.

6.4 Requalificação urbana do Cazenga começa hoje

Jornal de angola

8 de Novembro de 2010

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, procede hoje à colocação da primeira pedra do projecto de requalificação urbana do Cazenga.

Projectado durante cerca de dois anos, com financiamento externo, a primeira fase foi concebida para cerca de 20 mil habitações.

A urbanização começa num espaço livre com a construção de habitações sociais para onde, posteriormente, a população de uma determinada zona é enviada, sem que os residentes abandonem o município.

Quando terminar a construção das casas, quem mora,

por exemplo, no Tala Hady, na zona da Frescangolou no bairro que está por detrás das instalações da FILDA, vai mudar-se temporariamente para as habitações que estão a ser erguidas no Campo das Antenas, na rua da Gamek e depois regressar para o seu local de origem completamente recuperado.

Dois locais foram criteriosamente seleccionados para o lançamento do modelo pioneiro em Angola de transformação de uma área suburbana em zona urbana, com serviços e habitações sociais condignas. O Sítio 1 é um terreno baldio localizado no Campo das Antenas, rua da Gamek, no limite com o município de Viana, onde serão construídas as primeiras habitações sociais, inicialmente para dez mil famílias.

A requalificação do Cazenga vai dotar o município mais populoso de Luanda de novas habitações sociais, estradas, espaços verdes, áreas de comércio, lazer e infra-estruturas de saneamento básico. O projecto foi lançado com o nome de “Estratégia inovadora de renovação do Cazenga”.

O projecto de requalificação vai garantir o reassentamento das comunidades nos seus locais de proveniência, permitir uma rápida provisão de habitação e serviços com infra-estruturas e evitar especulações. A coordenação do projecto pretende fornecer às pessoas melhores condições de vida nos bairros sem descaracterizar o seu aspecto histórico.

As zonas escolhidas para a execução do projecto são musseques, actualmente ocupados por construções horizontais, com ausência de infra-estruturas de saneamento básico. Segundo a coordenação do projecto, as casas a serem erguidas são vivendas e edifícios económicos, mas com um padrão de qualidade aceitável.

Por ocasião do lançamento do projecto, há cerca de dois anos, o Presidente da República defendeu a necessidade de uma coordenação eficaz e um ritmo de implementação do projecto que satisfizesse as expectativas da população. José Eduardo dos Santos anunciou que a execução do projecto ia assentar numa parceria pública, privada

e organizações da sociedade civil. O Presidente pediu a colaboração dos munícipes para a execução do projecto. Ontem, o administrador do Cazenga, Victor Nataniel “Tany” Narciso, percorreu alguns bairros do município para se inteirar das obras em curso, desde a recolha de lixo à eliminação de locais de venda ambulante na via pública.

“Tany” Narciso garantiu que hoje o Cazenga vai acordar alegre e com a população expectante para ver o pontapé de saída para o projecto. “Há muito que a população estava” ávida de saber quando o projecto iria começar de facto”, justificou.

Saneamento básico

Manuel Pembe, um dos moradores- do município, tem memória do recente episódio que aconteceu consigo. A esposa concebida estava- à beira de dar a luz. O posto médico- do bairro fica próximo de casa,- mas a chuva que caiu recentemente- em Luanda inundou o centro- de saúde situado nas proximidades- da rotunda da Cuca. A solução- foi percorrer um caminho mais longo à procura de um outro local, no centro da cidade. Entre os pro-blemas que o crescimento da população e a construção desordenada- provoca naquele município- está a rede de saneamento básico que se degradou de forma acentuada no município. Muitas ruas ficam intransitáveis.

A requalificação está a ser projectada- para inverter o quadro actual-. Esta requalificação, segundo- “Tany” Narciso, vai permitir um reordenamento do município, que está em curso.

“Vamos ter três tipos de requalificação-. Primeiro é a execução do projecto- de saneamento básico que está ligado à abertura das vias estruturantes nas ruas dos Comandos, no Hojiya--Henda, N’gola Kiluanje, 7a Avenida- e na Deolinda Rodrigues, três grandes vias que permitem o maior fluxo de viatillas no município”, disse-. A adminis-tração municipal do Cazenga- suspendeu a atribuição de direitos- de superfície sobre terrenos aos cidadãos inte-ressados em erguer habitações naquela municipalidade em função do projecto de requalificação-. Entretanto, está a autorizar a recuperação de habitações mediante- o modelo enquadrado no projecto de requalificação do município. O administrador municipal alertou- os cidadãos que estão a fazer obras de construção civil sem licença- correm o risco de perder os seus investimentos, devido à requalificação- que vai ser levada a cabo no município-.

Afirmou que os cidadãos interessados- na construção de prédios ou vivendas devem, previamente, solicitar- a devida licença à administração,- por ser a única entidade de direito-. “Quem não obedecer às orientações- da admi-nistração local pode perder o seu dinheiro e ver o seu projecto- demolido”, advertiu.

Cazenga está no ponto mais alto da capital. O terreno é argiloso e não filtra facilmente as águas. A lagoa de São Pedro, as cacimbas da Catumbela- e do Tunga N’ gó é bacias hidrográficas- que justificam o velho problema do município. -

Dados da administração municipal- indicam que o Cazenga está perto de atingir os dois milhões de habitantes. O administrador “Tany”- Narciso anunciou a apresentação- em breve do “Perfil do município”, um estudo que vai apresentar cerca de duas centenas de indicadores- sobre a realidade da municipalidade,- entre os quais a confirmação- do crescimento da população. No perfil está uma inventariação sobre o número médio de famílias, como são alimentadas, quem são chefes de

famílias, registo de crianças,- crianças fora do sistema de ensino,- médicos por habitante, etc.

Outro tipo de requalificação é o que está a ser feito no Cariango, onde- as estradas estão a ser recuperadas-. A ligação domiciliar de água canalizada,- fornecimento de luz eléctrica- e redes técnicas estão em curso.

As casas antigas estão a ser recuperadas no âmbito doutra fase de requalificação urbana. No bairro Hoji-ya-Henda, a administração vai corrigir muitas alterações feitas- em residências, onde os munícipes- transformaram casas em armazéns- de vendas de mercadorias. Estes represen-tam uma autêntica confusão, porque muitos deles estão- implantados mesmo ao longo das vias. Segundo “Tany” Narciso, o processo de encerramento começa- em breve. A retirada de pessoas que estão junto de estradas já sal- vanguardou o realojamento.

Mesmo com os problemas de saneamento- básico, acres-cido ao do lixo, o administrador do Cazenga diz que a saúde pública vai bem. “Tany” Narciso justifica este argumento- com a ausência de surtos de grandes epide-mias. A questão do lixo- enfrenta resistência dos muníci- pes, que ainda insistem em depositar- resíduos sólidos na estrada, mesmo com os contentores colocados- nos últimos tempos ao longo das vias. Tany Narciso reco-nhece que depois de muitos anos a depositar- o lixo no chão a população desaprendeu,- mas defende já a mudança- de mentalidade enquanto o município está a ser requalificado.

“Não podemos transformar o município- sem isso. Senão o que estamos- a fazer vai ser sol de pouca dura. Atirar águas nas ruas asfaltadas, depositar- o lixo nos conten-tores e evitar- atear fogo nos contentores deve ser um desafio a combater”, disse.

O fornecimento de energia eléctrica é igualmente um problema no município. Bairros como Canivete, Cortume, Bairro Angolano, Terra Vermelha, Mabor-Sonef ainda não têm luz, mas está perto, segundo Tany Narciso. A luz já está até a 6ª Avenida a descer para lá, no âmbito de um projecto com a distribuidora de energia eléctrica EDEL. O município precisa mais duas subestações porque a produção actual ainda é insuficiente. Estas subestações estão a ser erguidas, uma na FILDA e outra no Grafanil.

6.5 Construção apresenta taxa de crescimento

Jornal de Economia e Finanças

9 de Novembro de 2010

O sector da construção apresentou- uma taxa de crescimento mais visível em Angola- durante os últimos anos. Com grande parte das suas infra- estruturas destruídas, como resultado dos vários anos de conflito armado interno,- o Governo lançou mão a um ambicioso pro-

grama de reconstrução do país, que marcha em passo acelerado.

Os investimentos anunciados- com vista a debelar o défice habitacional apontam para indicadores bastante animadores.

Por isso, o Governo orientou- para a reconstrução nacional e a recuperação de infra-estruturas destruídas numa visão de longo prazo e de estratégia- que contribui para a diversificação da economia.

Um dos grandes ganhos conseguidos desde a Independência de Angola foi o sector da construção ter conseguido representar 7,6 por cento do PIB em 2009, o que corresponde- a um aumento de mais de três pontos percentuais face ao peso na produção de riquezas- em 2006. O Governo em 35 anos de Angola livre conseguiu que o sector, apesar da crise económica- mundial e retracção dos investimentos internacionais, progredisse em termos de importância- no seio da economia não petrolífera e representa-se 12,4 por cento do produto gerado fora do petróleo, face aos 9,7 por cento de 2006, assumindo- o terceiro lugar entre- os sectores não petrolíferos- mais importantes a seguir à agricultura e ao comércio.

Estima-se que só em 2010 proporcionou cerca de 300 mil empregos contra os 270 mil de 2008, com uma previsão- de duplicar estes números nos próximos tempos.

O Governo através de projectos- de construção em curso, sobretudo desde 2002' calcula- que mais de um milhão de pessoas conseguirão empregos- directos e indirectos.

Obras Públicas

Face à autonomia de Angola- como Nação, do ponto de vista de financiamento e ó sucessivo aumento do crédito concedido pelas instituições financeiras, o sector da construção- atingiu cerca de 8,5 por cento do crédito total em 2009 face aos 4 por cento alcançados- até o ano de 2005.

O investimento local foi propiciado pela estabilização económica e política, pelo crescimento da actividade de construção e a melhoria do clima económico, sob estímulo- directo do Governo.

Através da Agência Nacional- para o Investimento Privado (ANIP), o Executivo dá conta que só em 2006 teve projectos na ordem de 238 milhões de dólares, correspondendo- a 30 por cento dos 794 milhões de dólares de investimento- privado previsto.

No final de 2009, dos mil milhões de investimentos total,- cerca de 18 por cento eram afectos à construção. Em 2010, o Orçamento Geral do Estado (OGE) previu um investimento total de 452,6 mil milhões de Kwanzas para o sector de construção.

Habitação

Depois de 35 anos de Independência,- o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação do Governo, definido para o período 2009-20012, avançou um valor

de cinco mil milhões de dólares para a construção de um milhão de casas nas 18 províncias do país. Tudo na tentativa de debelar o défice habitacional deixado pelo colonialismo- calculado em 1,8 milhões de casas. Por isso, nos 35 anos da existência do país, o Governo pretende disponibilizar- uma série de condições para que existam habitações dignas para seis milhões de pessoas. Para tal, existe um recurso significativo à modalidade- de autoconstrução fruto do alcance da independência- nacional

Caminho-de-ferro

A reabilitação da linha ferroviária- constituiu uma vitória- indiscutível do Governo- nos últimos 35 anos. Esta infra-estrutura permite uma circulação mais rápida e o carregamento de grandes quantidades de meios e bens.

Por exemplo, depois de muito tempo paralisada, o Governo através de parcerias está a reabilitar a linha- fér-rea entre Luanda e Malanje, onde 424 quilómetros estão praticamente- concluídos. As estações- e apeadeiros de Catete, Barraca, Zenza do Itombe, Ndalalui, Luinha, Canhoca, Ndalatando, Lucala, Cacuso e Matala estão já reabilitados.

Na linha de Moçâmedes estão concluídas as obras de reabilitação da via entre o município da Matala (Huíla) e Menongue (Kundo-Kubango)-. A segunda fase do projecto,- que prevê a recuperação Namibe-Lubango-Matala, deverá iniciar-se ainda este ano. O investimento público na reabilitação total da linha está orçado em cerca de 90 milhões de dólares.

O Caminho-de-Ferro de Benguela que passa pela pro- víncia do Huambo, Bié, Moxico e atinge a fronteira sul também Já está muito avançado. Tudo resultado de uma Angola livre há 35 anos.

Estradas

O programa de reabilitação de Estradas permitiu recuperar 5600 quilómetros de extensão e foram igualmente construídas 246 pontes metálicas e 121 pontes em betão. Estão ainda em curso a reabilitação de cerca de 240 pontes e prevê-se que mais de 7500 km da rede rodovia sejam recuperadas entre 2011 e 2013. Este projecto- já proporcionou 40.000 empregos- directos e indirectos.

Aeroportos

A Empresa Nacional de Navegação Aérea (ENANA) está levar a cabo a modernização e ampliação de 30 aeroportos de grande, média e pequena dimensão em todo o país. De- pois de ter investido na reestruturação- do Aeroporto Internacional”4- de Fevereiro”.

A ENANA está a investir também na construção de um terminal alternativo na Catumbela- por forma a melhor servir Luanda, Lobito e Benguela-. Antes da independên- cia, o país possuía pouco mais de dez aeroportos e pistas de aterragem em terra batida.

Portos

Neste capítulo, mais de 350 milhões de dólares é o valor previsto para a reabilitação ao Porto de águas profundas de Luanda. Além dos quatro terminais, estão a ser desenvolvidas infra-estruturas de apoio adicionais aos 55 mil metros quadrados dos 18 armazéns. Já na modernização e extensão do Porto do Lobito, o Governo vai investir 1,2 mil milhões de dólares, ao passo que Namibe e Cabinda assistem a reabilitação dos seus portos.

6.6 Centralidades que ao mudar a cara de Luanda

O país

11 de Novembro de 2010

Trinta e cinco anos depois da Independência Nacional, Luanda começa a dar os primeiros passos visando a mudança da sua imagem do ponto de vista urbanístico, habitacional, ou seja, começa a desenhar os caminhos para um verdadeiro Plano Director de Desenvolvimento Urbano.

Bairros míticos como Rangel, Sarmbizanga, Cazenga, Catambor, Golfe, Palanca, entre outros, encontram-se de tal forma degradados, sem arruamentos, energia eléctrica, água canalizada, saneamento básico, situação que se agudiza principalmente em época de chuva.

Não foi em vão que o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, no seu discurso sobre o Estado da Nação, proferido em Outubro último, referiu-se ao sector da habitação como sendo aquele que se encontra numa situação má.

José Eduardo dos Santos disse na ocasião que mais de 70% das famílias angolanas não têm casa condigna, augurando fazer um esforço gigantesco para reverter a actual situação.

No entanto, esse esforço começou já a ser conjugado, nos últimos dois anos, com a edificação de novas centralidades do Kilamba Kiaxi, Zango e Cacuaco, em Luanda, bem como em Cabinda, Lunda-Norte e Kuando Kubango.

As novas centralidades são um modelo, com os serviços necessários para que seja útil ao desenvolvimento do país, com espaços administrativos e sociais condignos.

O problema habitacional em Luanda é de tal maneira grave que levou o Presidente da República a anunciar o lançamento, dentro em breve, de novos projectos de construção de habitação social em quase todos os municípios do país. José Eduardo dos Santos disse à imprensa que o programa é muito vasto. “O programa de habitação social abrange quase todos os municípios do país e, dentro de pouco tempo, terão mais notícias, porque serão lançados projectos noutras partes do território nacional”.

A construção de novas cidades devem estar subjacentes aos conceitos como o da inclusão social, participação e

respeito pelos interesses daqueles para quem se constrói. As novas centralidades urbanas, erguidas no âmbito do Programa Nacional de Habitação, reflectem a determinação do Executivo de implementar políticas que promovam os direitos fundamentais.

“As novas urbanizações que estão a surgir, em resultado da implementação do Programa Nacional de Habitação, devem ter em conta estes aspectos básicos, sem os quais os cidadãos não vão sentir realizada a aspiração básica de ter uma habitação onde se sintam bem”, disse recentemente o ministro do Urbanismo e Construção

José Ferreira disse que o Executivo tem a noção dos elevados custos da requalificação, que pretende dar maior dignidade às pessoas.

A requalificação dos bairros míticos

No Cazenga, com 1,8 milhões de habitantes e uma área de 38,8 mil metros quadrados, começou a ser implementado um projecto de requalificação faseada, no quadro da “Estratégia de Renovação Urbana”

O projecto vai ser concretizado em quatro fases. Na primeira, com duração de dois anos, está prevista a construção, de 20 mil casas.

São prédios de até quatro andares e vivendas geminadas de dois a quatro quartos, num bairro onde praticamente não existem abastecimento de água, energia eléctrica, drenagem de águas pluviais e residuais.

Quando a primeira fase estiver concluída, os habitantes do Cazenga terão novas residências, com saneamento e infra-estruturas adequadas, na mesma área do município mas com a eliminação das áreas actualmente ocupadas de forma desordenada.

O propósito do projecto é manter a população afectada pela requalificação nos locais de origem, permitindo assim que prossigam as suas actividades laborais e de sustento em condições adequadas.

As zonas actualmente ocupadas de forma desordenada, sem serviços e infra-estruturas apropriadas, vão ser substituídas por urbanizações estruturadas, sem a necessidade do realojamento das suas populações fora das áreas de proveniência.

O arquitecto António Gameiro referiu que a grande vantagem do projecto é a requalificação decorrer sem necessidade de os municípios deixarem as áreas.

Sambizanga para o Século XXI A requalificação do Sambizanga, está estimada em mais de 30 milhões de dólares. E vai ser implementada, de forma faseada, numa área de 1.010 hectares.

Numa primeira fase, o projecto abarca apenas 60 hectares, estendendo-se, posteriormente, num prazo de dez anos, para 570, para alojar 210 mil famílias. A nova urbanização vai ser composta por casas de diferentes tipologias e edifícios residenciais, entre cinco e nove andares.

Os edifícios mistos comerciais e de negócios residenciais ficam localizados ao longo das vias principais, especialmente defronte da auto-estrada Boa Vista-Miramar, com vista para o mar.

O projecto compreende escolas, creches, esquadras de Polícia, instalações há médicas, desportivas e recreativas. A área do projecto é actualmente ocupada por construções informais construídas de forma desorganizada devido à ausência de estradas e de infra-estruturas sociais adequadas.

A nova rede rodoviária proposta para o Sambizanga está concebida para interligar todas as partes do desenvolvimento urbano com as redes rodoviárias principais, designadamente a Via Expresso Luanda - Kifangondo, Avenida Ngola Kiluanji e a 7ª Avenida. Já Quatro novas subestações de 60/15 Kv, 16 quilómetros de linhas aéreas e uma rede de baixa tensão, para atender à carga do projecto, devem ser igualmente construídas para garantir o fornecimento ininterrupto de energia eléctrica à nova urbanização do Sambizanga.

Novas zonas vista por dentro

Kilamba Kiayi: É a primeira cidade construída de raiz no país desde a independência. Vai alojar cerca de 350 mil habitantes, em 80 mil habitações sociais condignas, erguidas em padrão urbano, com serviços públicos integrados, como escolas, hospitais, instituições financeiras, esquadras policiais, cemitérios e igrejas.

As primeiras famílias beneficiárias, de seis membros por agregado familiar, começam a morar no projecto a partir de Julho próximo, quando 3.200 apartamentos estiverem concluídos.

Entre Abril e Julho de 2012 ficam concluídos outros 20.002 apartamentos, incluídos na primeira fase, sendo de média e alta renda, com suite. O projecto de construção da “Nova cidade do Kilamba Kiayi”, designação adoptada, tem três fases.

Quando estiverem concluídas as três fases, contará com 60 mil apartamentos e 20 mil vivendas. A “Nova cidade do Kilamba Kiayi” resulta de uma parceria público-privada. As obras compreendem a construção de edifícios, infra-estruturas viárias, hidráulicas eléctricas e comunicações.

A primeira fase tem uma área de 906 hectares e contempla a construção de 20.002 apartamentos, 24 creches e jardins-de-infância, nove escolas primárias e oito escolas secundárias.

Possui ainda uma reserva de espaço para a construção de um hospital, quatro clínicas, 12 centros de saúde, três instituições financeiras, estações de correios, postos de combustível, unidades e esquadras policiais, quartéis de bombeiros, parques de estacionamento, igrejas, cemitério e outras estruturas.

Zango: Na localidade do Zango III, também estão a ser erguidas infra-estruturas como rede viária, água e

electricidade, iluminação pública e domiciliar, esgotos e passeios para duas mil casas.

Os primeiros 500 lotes já estão definidos, com as bases, nalguns casos, já implantadas, e noutros as residências já começaram a ser erguidas.

As primeiras casas devem ser entregues até finais de Julho. Os primeiros lotes são para as populações sinistradas pelas chuvas, incêndios da ilha de Luanda e de localidades

O Programa Habitacional do Zango tem 8.300 unidades habitacionais, construídas para 58.100 famílias e vários equipamentos sociais, com destaque para escolas, Postos de Saúde, instalações desportivas, Centro Cultural e Bancos.

“Pretendemos continuar a construção de mais 20.000 unidades residenciais, melhorando as infra-estruturas na área do Zango, para o contínuo apoio ao aumento da oferta de habitação de custos controlados”, referiu o vice-governador.

O Programa de Desenvolvimento Urbano do Zango afirmou - está a permitir que a localidade deixe de ser um bairro para adquirir a dimensão de pequena cidade, com mais de 26.600 unidades habitacionais para 160.000 pessoas.

O vice-governador recordou que no âmbito do programa de realojamento das populações, em 2002 e 2003, o Governo elaborou um projecto compreendendo os planos urbanísticos e detalhes construtivos das casas para abrigar 3.000 famílias na área de Viana e Zango.

6.7 Democracia e o ordenamento urbanístico angolano

Jornal de Angola

13 de Novembro

As dinâmicas da democracia participativa na dimensão dos processos de ordenamento urbanístico e habitacional pressupõem ordem, disciplina e respeito pelas autoridades no exercício das suas funções. Angola, no actual contexto internacional, está a ombrear com países de referência num quadro de estabilidade macroeconómica - que se traduz por elevados indicadores de crescimento, condição que permite às instituições internacionais reconhecerem o esforço do Estado.

No que diz respeito ao ordenamento urbanístico e habitacional, o país tem suporte financeiro para os projectos em curso. Foram criadas as zonas fundiárias que são autênticas bolsas de terrenos com capacidade construtiva, essenciais para impedir a especulação imobiliária. Só falta mesmo respeitar a autoridade do Estado e acabar com as construções anárquicas, sobretudo em locais onde os moradores estão em risco de catástrofe.

Acabar com as construções anárquicas, em zonas de risco ou não, é também uma questão de saúde pública.

E se formos capazes de ordenar- o território, estamos ao mesmo tempo a elevar o nível de vida das populações. As novas centralidades que vão nascer em todos os municípios do país vão acabar com as construções anárquicas mas exigem medidas que permitam a mobilidade das populações- em conformidade com os planos estratégicos estruturantes no desenvolvimento e planeamento- local. Mas tudo passa pelo respeito- aos órgãos instituí-dos e sobretudo o respeito pelas suas decisões-. E não se trata de submissão, pelo contrário: respeitar os órgãos de soberania é também um grande desafio de cidadania.

O Estado tem projectos importantes- para concretizar a política nacional de habitação em todo o país. Os cidadãos só têm que respeitar- as regras e colaborar com as autoridades locais. Mas estamos a ver organizações a iludirem as pessoas- no que diz respeito à utilização- de espaços urbanizados. Para criarem dificuldades, vendem a ilusão- de que as reservas fundiárias, as novas centralidades e os lotes para construção podem ser usados de qualquer maneira, sem regras, sem projectos e sem res-peito pelo conjunto- urbanístico.

Andam a promover uma postura individualista sob a capa de uma hipotética autoconstrução. Mas essa vertente está bem definida pelas- autoridades responsáveis e até existem programas de apoio à autoconstrução com fornecimento de materiais e disponibilidade de crédito. Tudo o resto é mesmo só ilusão e uma tentativa de mais uma vez levar os cidadãos a não respeitarem- a autoridade do Estado que redunde em graves prejuízos para os pró-prios e para a sociedade no seu todo. A autoconstrução não é um slogan- nem pode servir de arma demagógica-. E uma realidade em marcha- por todo o país. Mas na autoconstrução- queremos habita-ções seguras e com todas as condições de habitabilidade humana no contexto- dos padrões universalmente aceitáveis. Quem não respeitar esses- padrões, incorre em contravenções administrativas e criminais.

Para garantir o respeito pelas regras- do ordenamento urbanístico, as autoridades têm de trabalhar arduamente- na integração sociocultural dos beneficiários, numa interacção activa dos agentes do Estado com as autoridades tradicionais e os restantes- parceiros. Julgamos ser oportuno- que todas as áreas de superfície cadastradas para fins estratégicos definidas ou delimitadas como reservas- do Estado sejam sinalizadas e amplamente divulgado nos diferentes- níveis da administração em colaboração com as autoridades- tradicionais e comissões de moradores- pressuposto que representará- uma ferramenta ideal conferida nas doutrinas e princípios do ordenamento urbanístico e habitacional.

6.8 Centralidades que ao mudar a cara de Luanda

O país

11 de Novembro de 2010

Trinta e cinco anos depois da Independência Nacional, Luanda começa a dar os primeiros passos visando- a mudança da sua imagem- do ponto de vista urbanístico, habitacional,- ou seja, começa a desenhar os caminhos para um verdadeiro Plano Director de Desenvolvimento Urbano.

Bairros míticos como Rangel, Sarmbizanga,- Cazenga, Catambor, Golfe, Palanca, entre outros, encontram-se de tal forma degradados, sem arruamentos,- energia eléctrica, água canalizada,- saneamento básico, situação que se agudiza principalmente em época de chuva.

Não foi em vão que o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, no seu discurso sobre o Estado da Nação, proferido em Outubro último, referiu-se ao sector da habitação como sendo aquele que se encontra numa situação má.

José Eduardo dos Santos disse na ocasião que mais de 70% das famílias angolanas não têm casa condigna, augurando- fazer um esforço gigantesco para reverter a actual situação.

No entanto, esse esforço começou já a ser conjugado, nos últimos dois anos, com a edificação de novas centralidades do Kilamba Kiaxi, zango e Cacucaco,- em Luanda, bem como em Cabinda,- Lunda-Norte e Kuando Kubango.

As novas centralidades são um modelo,- com os serviços necessários para que seja útil ao desenvolvimento do país, com espaços administrativos e sociais condignos.

O problema habitacional em Luanda é de tal maneira grave que levou o Presidente- da República a anunciar o lançamento,- dentro em breve, de novos projectos de construção de habitação social em quase todos os municípios do país. José Eduardo dos Santos disse- à imprensa que o programa é muito vasto. “O programa de habitação social abrange quase todos os municípios do país e, dentro de pouco tempo, terão mais notícias, porque serão lançados projectos noutras partes do território nacional”.

A construção de novas cidades devem- estar subjacentes aos conceitos como o da inclusão social, participação- e respeito pelos interesses daqueles para quem se constrói. As novas centralidades urbanas, erguidas- no âmbito do Programa Nacional- de Habitação, reflectem a determinação do Executivo de implementar políticas que promovam os direitos fundamentais.

“As novas urbanizações que estão a surgir, em resultado da implementação- do Programa Nacional de Habitação, devem ter em conta estes aspectos básicos, sem os quais os cidadãos não vão sentir realizada a aspiração básica de ter uma habitação onde se sintam bem”, disse recen-

temente o ministro do Urbanismo e Construção José Ferreira disse que o Executivo tem a noção dos elevados custos da requalificação, - que pretende dar maior dignidade às pessoas.

A requalificação dos bairros míticos

No Cazenga, com 1,8 milhões de habitantes - e uma área de 38,8 mil metros quadrados, começou a ser implementado um projecto de requalificação faseada, no quadro da “Estratégia de Renovação Urbana”

O projecto vai ser concretizado em quatro fases. Na primeira, com duração de dois anos, está prevista a construção, de 20 mil casas.

São prédios de até quatro andares e vivendas geminadas de dois a quatro quartos, num bairro onde praticamente não existem abastecimento de água, energia eléctrica, drenagem de águas pluviais e residuais.

Quando a primeira fase estiver concluída, - os habitantes do Cazenga terão novas residências, com saneamento e infra-estruturas adequadas, na mesma área do município mas com a eliminação - das áreas actualmente ocupadas de forma desordenada.

O propósito do projecto é manter a população afectada pela requalificação nos locais de origem, permitindo assim - que prossigam as suas actividades laborais e de sustento em condições adequadas.

As zonas actualmente ocupadas de forma desordenada, sem serviços e infra-estruturas apropriadas, vão ser substituídas por urbanizações estruturadas, - sem a necessidade do realojamento das suas populações fora das áreas de proveniência.

O arquitecto António Gameiro referiu que a grande vantagem do projecto é a requalificação decorrer sem necessidade - de os municípios deixarem as áreas.

Sambizanga para o Século XXI A requalificação do Sambizanga, está estimada em mais de 30 milhões de dólares. E vai ser implementada, de forma faseada, numa área de 1.010 hectares.

Numa primeira fase, o projecto abarca - apenas 60 hectares, estendendo-se, posteriormente, num prazo de dez anos, para 570, para alojar 210 mil famílias.

A nova urbanização vai ser composta por casas de diferentes tipologias e edifícios - residenciais, entre cinco e nove andares.

Os edifícios mistos comerciais e de negócios residenciais ficam localizados ao longo das vias principais, especialmente defronte da auto-estrada Boa Vista-Miramar, com vista para o mar.

O projecto compreende escolas, creches, esquadras de Polícia, instalações às médicas, desportivas e recreativas. A área do projecto é actualmente ocupada por construções informais construídas de forma desorganizada devido à ausência de estradas e de infra-estruturas sociais adequadas.

A nova rede rodoviária proposta para o Sambizanga está concebida para interligar todas as partes do desenvolvimento urbano com as redes rodoviárias principais, designadamente a Via Expresso - Luanda - Kifangondo, Avenida Ngola Kiluanji e a 7ª Avenida. Já há quatro novas subestações de 60/15 Kv, 16 quilómetros de linhas aéreas e uma rede de baixa tensão, para atender à carga do projecto, devem ser igualmente construídas para garantir o fornecimento ininterrupto de energia eléctrica à nova urbanização do Sambizanga.

Novas zonas vista por dentro

Kilamba Kiaxi: É a primeira cidade construída de raiz no país desde a independência. Vai alojar cerca de 350 mil habitantes, em 80 mil habitações sociais condignas, erguidas em padrão - urbano, com serviços públicos integrados, como escolas, hospitais, instituições financeiras, esquadras policiais, cemitérios e igrejas.

As primeiras famílias beneficiárias, de seis membros por agregado familiar, - começam a morar no projecto a partir de Julho próximo, quando 3.200 apartamentos estiverem concluídos.

Entre Abril e Julho de 2012 ficam concluídos outros 20.002 apartamentos, - incluídos na primeira fase, sendo de média e alta renda, com suite. O projecto de construção da “Nova cidade do Kilamba Kiaxi”, designação - adoptada, tem três fases.

Quando estiverem concluídas as três fases, contará com 60 mil apartamentos - e 20 mil vivendas. A “Nova cidade do Kilamba Kiaxi” resulta de uma parceria público-privada. As obras compreendem a construção de edifícios, infra-estruturas viárias, hidráulicas eléctricas e comunicações.

A primeira fase tem uma área de 906 hectares e contempla a construção - de 20.002 apartamentos, 24 creches e jardins-de-infância, nove escolas primárias e oito escolas secundárias.

Possui ainda uma reserva de espaço - para a construção de um hospital, quatro clínicas, 12 centros de saúde, três instituições financeiras, estações de correios, postos de combustível, unidades e esquadras policiais, quartéis de bombeiros, parques de estacionamento igrejas, cemitério e outras - estruturas.

Zango: Na localidade do Zango III, também estão a ser erguidas infra-estruturas como rede viária, água e electricidade, iluminação pública e domiciliar, esgotos e passeios para duas mil casas.

Os primeiros 500 lotes já estão definidos, - com as bases, nalguns casos, já implantadas, e noutros as residências - já começaram a ser erguidas.

As primeiras casas devem ser entregues - até finais de Julho. Os primeiros - lotes são para as populações sinistradas pelas chuvas, incêndios da ilha de Luanda e de localidades.

O Programa Habitacional do Zango- tem 8.300 unidades habitacionais, construídas para 58.100 famílias e vários equipamentos sociais, com destaque para escolas, Postos de Saúde,- instalações desportivas, Centro Cultural e Bancos.

“Pretendemos continuar a construção- de mais 20.000 unidades residenciais, melhorando as infra-estruturas na área do Zango, para o contínuo apoio ao aumento da oferta de habitação de custos controlados”, referiu o vice-governador.

O Programa de Desenvolvimento Urbano do Zango - afirmou - está a permitir que a localidade deixe de ser um bairro para adquirir a dimensão- de pequena cidade, com mais de 26.600 unidades habitacionais para 160.000 pessoas.

O vice-governador recordou que no âmbito do programa de realojamento- das populações, em 2002 e 2003, o Governo elaborou um projecto compreendendo os planos urbanísticos e detalhes construtivos das casas para abrigar 3.000 famílias na área de Viana e Zango.

6.9 Trinta e cinco anos da independência Chefe de Estado lança pedra para a requalificação dos municípios

Semanário factual

De 13 a 20 de Novembro de 2010

A implementação do grande projecto de construção faz parte das actividades do 35º aniversário da independência de Angola, assinalada dia 11 de Novembro-.

O programa será implementado- num espaço de cerca de 10 hectares no bairro Marconi, na comuna- do Ngola Kiluanje, onde serão erguidas infra-estruturas habitacio-nais e sociais num período de 18 meses.

A área está localizada na parte norte da cidade de Luanda e a sul do Porto de Luanda e é delimitada por uma rede de vias estruturantes em fase de reabilitação e que per- mitem um fácil acesso ao local

A nova urbanização será composta por uma variedade de lotes e casas de diferentes tipologias, bem como edifí-cios residenciais- com cinco e nove andares.

Outro município que poderá também ser afectado- pelo plano de requalificação- é o Cazenga. Já o administrador municipal,- Tany Narciso, fala da disposição para o cum-primento da empreitada-.

O programa de requalificação- urbana do município- do Cazenga será implementado em quatro fases. Na primeira fase está prevista a construção, em dois anos, de cerca de 20 mil casas num espaço livre próximo ao centro de emissores do RNA, na zona- do Gamek.

Máquinas e variado material de construção estão- já con-centradas no local, onde deverão ser construídos prédios

de até quatro andares e vivendas geminadas de dois a quatro quartos.

As actuais construções do município, com uma área de 38,8 quilómetros quadrados, encontram-se em condições de higiene consideradas precárias e abaixo dos padrões de vida- aceitáveis devido à falta de redes de infra-estruturas- o projecto tem por objectivo imple-mentar uma estratégia de substituição- das construções desordenadas existentes por bairros residenciais com instalações comunitárias- apropriadas.

Visa ainda eliminar as áreas ocupadas de forma desor-denada e disponibilizar- aos seus habitantes,- na mesma área, novas residências com saneamento e infra-estrutu-ras adequadas, oferecer terrenos para novas habitações e evitar- ocupações ilegais de espaços.

O programa de requalificação- prevê que 55 por- cento dos terrenos sejam utilizados para a construção- de habi-tações, 30 por cento- para vias e 15 por cento- para a edifi-cação de equipamentos sociais.

Está ainda programada a construção de mais um centro de distribuição de água, com capacidade de dez mil metros cúbicos, numa primeira fase, com a possibili-dade de atingir os 40 mil metros cúbicos, para atender a demanda das novas habitações.

Um novo sistema de abastecimento de energia deverá ser também implementado,- por fases, no quadro do pro-grama para atender a procura de energia-eléctrica. Está igualmente- projectada uma rede- de esgotos com colec- tores ao longo das vias, com dimensões entre os 300 a 600 milímetros.

Assistiram à cerimónia de lançamento da primeira pedra o vice-presidente da República, Fernando da Piedade Dias dos Santos, a governadora provincial, Francisca do Espírito Santo,- membros do Executivo,- da administra-ção e organizações locais

6.10 Novas casas na comuna da Catumbela começam a ser construídas em Janeiro

Jornal de Angola

24 de Novembro de 2010

O administrador municipal da Catumbela anunciou, na segunda--feira, que vão ser construídas na região, a partir de 2011, mais de três mil casas.

Amaro Segunda Ricardo, que falava no acto comemora-tivo do Dia do Educador, afirmou que a nova centrali-zação, a ser construída- na povoação de Luongo, vai dar prioridade a infra-estruturas sociais e desportivas.

A nova centralidade urbana, frisou,- vai dispor de infra--estruturas sanitárias- e escolares, sobretudo do ensino-primário e secundário para evitar- que as crianças tenham

de percorrer- grandes distâncias à procura de serviços de educação ou de saúde.

A povoação do Luongo tem um instituto de administração e gestão,- um centro de formação de construção civil e sete escolas do ensino primário.

O administrador municipal mostrou-se optimista quanto ao ritmo acelerado que o processo da construção de novas centralizações- pode registar a partir de Janeiro,- a julgar pelos preparativos já realizados neste sentido.

Para cumprir com a dinâmica que se pretende na edificação de novas- urbanizações, Amaro Ricardo pediu aos munícipes que cumpram as orientações, evitando construir- em locais não autorizados pelo Governo. Para o cumprimento- do programa de construção de novas habitações, gizado pelo Executivo, o município do Lobito- tem preparado três reservas fundiárias.

7 TERRA

7.1 Demolições na agenda dos partidos

Novo Jornal

5 de Novembro de 2010

A LÍDER DA BANCADA parlamentar- da UNITA, Alda Sachiambo, solicitou- ao Executivo que leve em consideração a resolução 37/09, da Assembleia Nacional sobre as demolições, para que se criem todas- as condições necessárias ao realojamento,- antes que sejam efec- tuadas as demolições.

Alda Sachiambo, que falava na abertura da 14^o sessão plenária da Assembleia Nacional, acusou ainda- o Presidente da República de use ter esquecido de dizer o que pensa fazer para resolver o problema- de Cabinda, quando há um mês passado discursou à Nação”.

Para a líder da bancada parlamentar- do Galo Negro, o Presidente esqueceu-se igualmente de fazer alusão a corrupção, que medidas práticas, concretas estão a ser tornadas- depois da aprovação da Lei da Proibidade Pública e da Lei do Branqueamento de Capitais”.

“Na prática, a corrupção continua a fazer parte do dia- a-dia do cidadão;- encare os serviços de atendimento- público e não dignifica nem os sectores respectivos, muito menos- os funcionários que se vêm obrigados, for- çados pela carência,- a fazer recurso a essas práticas- frau- dulentas”, alertou Alda Sachiambo-.

A subida dos preços dos combustíveis,- em cerca de 50%, e para aonde- irão as verbas decorrentes dos cortes da subvenção, são pontos que, segundo Alda Sachiambo, o Presidente da República terá esquecido- de esclarecer ao país. “Não ouvimos que medidas práticas- se vão tornar para baixar os elevados índices de criminalidade- bem corno o uso de drogas, o consumo excessivo de álcool, para- além da prostituição no seio de uma juventude em auto destruição”,- acusou a deputada.

Já a bancada do MPLA reconheceu- a actuação do Executivo que, segundo o presidente em exercício- do Grupo Parlamentar, Carlos Alberto Ferreira Pinto, em tempo oportuno, tornou medidas que conduziram ao crescimento do sector não petrolífero para contrapor- as consequências da crise financeira- mundial, na economia nacional.

‘Isso foi possível, apesar do forte abalo sobre a nossa eco- nomia, em consequência da crise financeira mundial”, salientou Carlos Alberto Ferreira Pinto, quando lia, na 14a sessão plenária, a declaração política- dos deputados do partido governamental-.

Assegurou que a sua bancada continuará- a apoiar o Executivo na política- de diversificação da economia- e nos processos de reforma da gestão pública, consubstan- ciada na modernização da administração- das finanças

públicas, e as reformas- fiscal e da administração local- do Estado.

Quintino Moreira, líder da Nova Democracia,- afirmou no seu discurso- ao Parlamento que o “caso BNA” é um daqueles paradigmáticos em que o executivo deve sancionar com toda a força da lei todos os que defraudaram- os cofres do Estado inde- pendentemente da sua condi- ção. “Muito recentemente tornamos conhecimento,- por informação divulgadas- na média nacional, que ainda se fazem demolições de residências de cidadãos sem as devidas garantias- de acomodação. Isto repugna a nossa coligação Nova Democracia,- pelo facto de aqui mesmo nesta casa das leis ter sido aprovada urna resolução que proibia este tipo de práticas”, criticou.

Por último, a tentativa de assassino- do jornalista da Rádio Despertar António Manuel “Jojó” mereceu o repúdio da bancada parlamentar da FNLA, que apeli- dou o acto de “hediondo- e incívico” de que foi vítima, o radialista.

7.2 À vista focos de tensão social

Angolense

De 06 à 13 de Novembro de 2010

Directamente ligada ao aumento do preço- dos combustí- veis, a paralisação de taxistas de Benguela, há sensivel- mente três semanas, deu lugar a um cenário de mani- festações que traduzem sinais- de alguma tensão social, controverso aos vários discursos- políticos direccionados- à estabilidade e à promoção- do bem-estar. Ao diferendo- que opôs taxistas às autoridades- de Benguela juntam- se críticas motivadas pela segunda vaga de desalojamentos- forçados na província- da Huíla, ouvidas dias antes do alvoroço verificado nas imediações do Palácio da Praia Morena, a um palmo da sede do executivo de Armando- da Cruz Neto. Se é verdade que a greve dos homens- do volante colocou em sentido as principais cidades da província, como facilmente- se pôde observar, também é certo que ela trouxe- à liça o fiasco na estratégia de reforço da rede de transportes- públicos, engendrada, coincidência ou não, em vésperas do tiro de largada para a campanha eleitoral de 2008.

Grande parte dos autocarros- importados, em relação aos quais o director provincial dos Transportes em Benguela, António Valongo,- prefere não falar, está fora de serviço há já algum tempo. Operadores a quem foi concedido o direito de exploração queixavam-se de insu- ficiências técnicas próprias- de meios de ocasião. Agora, com o cruzar de braços- dos taxistas a levantar a ponti- nha do véu que encobre- (ou encobria?) o embuste,- fica claro que se pretende abafar tudo e mais alguma coisa

O Angolense soube que ordens superiores travaram o debate à volta da posição dos manifestantes na Rádio Benguela, por sinal o órgão que começou a abordar p assunto. A sequência noticiosa, que deveria ter incluído o ponto rebuçado da manifestação- no Palácio acabou diluída nas já mencionadas ordens superiores, para o desalento- de profissionais que muito se batem pela inde- pendência editorial.

A palestra- subordinada ao tema

“O Estado da habitação em Angola”, orientada pelo Engenheiro- Luís Araújo, não foi tida nem achada na comunicação social pública, sem que isso signifique, contrariamente- ao sucedido em relação à “manifestação azul e branca”, reflexo de “ordens superiores”. Nesta conferência,- realizada precisamente na altura em que o martelo demolidor voltava a fazer das suas na provín- cia da Huíla, o projectista de arquitectura, um acér-rimo defensor dos direitos humanos, declarou que o silêncio do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, começa a ser tão preocupante como os desa- lojamentos forçados que ocorrem em vários pontos do país, podendo, inclusivamente,- ser incorporado no artigo 129 da Constituição, referente à destituição do Chefe de Estado. Em linhas gerais, recordamos, passou a mensagem de que a solução pode ser a destituição do detentor- do poder político, ainda que por intermédio do voto. “Vamos ter de escolher outros”, resumiu o acti-vista, depois de ter chamado atenção- para necessidade de políticas- que promovam o desenvolvimento- e o fim da pobreza.

7.3 Novo partido promete lutar contra demolições

Angolense

De 6 à 13 de Novembro de 2010

O Bloco Democrático surge em consequência- da dissolução- da Frente para Democracia- (FpD) por delibe-ração dos seus integrantes em convenção- extraordinária realizada- em 5/10/2008 por não terem atingido 0,5% dos votos validamente expresso nas eleições legislativas- de 2008.

Em declarações feitas aos órgãos de comunicação, Luís do Nascimento afirmou que o Bloco Democrático é um partido político que se assume- como herdeiro do património- filosófico e político da “FpD” mais não só, é também herdeiro do pensamento- democrático e liberal do nacionalismo civil do nosso país, é um partido que surge com o propósito de dar continuidade aos pensa- mentos e acções desses entes de que são herdeiros no aspecto- político nacional, lutando- contra todas as formas de opressão e a favor da justiça- social.

Segundo soube-se no local, Bloco Democrático assume- como compromisso fundamentais a defesa da democra- cia participativa e do desenvolvimento social, fundados num estado social de direito que tem como objectivo- maior fazer de Angola uma potencia económica- de dimensão Atlântica, para enriquecer os angolanos, ou seja uma potência regional com economia diversificada- e capaz de alimentar os cidadãos e exportar. “Este objec- tivo é cristalizado nas palavras de ordem, liberdade, modernidade e cidadania”,- disse Luís do Nascimento-.

De acordo com aquele político, o Bloco Democrático- vai defender a boa governação,- a democracia e o estado- de direito, as liberdades clássicas, a integridade de jorna- listas e democratas presos- por deito de opinião.

Segundo ainda Luís do Nascimento, um dos principais- desafios daquela formação- política é a defesa dos direi- tos a habitação, educação,- saúde e ao primeiro emprego. “Vamos nos opor aos esbulho de terra, das famosas- demolições e apoiar as reivindicações de associações estudantis e sindicatos de professores”, disse.

Sobre o que o partido pretende ser, o antigo líder da “FpD” referiu que o Bloco- Democrático vai ser uma pla-taforma de diálogo e permitir- a livre opinião de todos cidadãos, quer militantes ou não. “Pretendemos também contribuir para definição do espaço de uma identidade política progressiva e solidária,- em contra ponto com outras que perfilam na paisagem- política nacional e que são defensora do ultra-liberalismo,- do acerbo individu- alismo, e de formas arcaicas, nomeadamente de relação entre o trabalho e o capital de organização social e inter- venção do cidadão no espaço público”, garantiu.

Luís do Nascimento acrescentou que o Bloco Democrático- vai assumir-se como a forma organiza- tiva concreta do movimento progressivo- nacional e desempenhará- um papel de federação de vontades pela mudança- política do país a todos os níveis do estado, da economia, e da sociedade, porém, de congregar o anti- regime ao mobilizar a irreverência e a criatividade das mulheres, jovens, e homens inconformados e activos o nosso partido assumiu a tarefa de responder aos senti- mentos profundos dos angolanos- e as grandes ques- tões da nossa época. Face a tentativa de hegemonização do espaço político nacional e a marginalização de todas as forças que não alinham com essa visão totalitária da política. O Bloco Democrático tem a obrigação de federar em torno de um projecto político, económico e social alternativo de todas as forças da sociedade civil e políticas que não se reconhecem no continuíssimo constituindo uma base social de apoio alargada que lhe permite- ser um obstáculo as pretensões- de restauração autoritária”, salientou.

O Bloco Democrático, segundo ainda Luís do Nascimento, defende a liberdade da criatividade e do empreendimento, a igualdade real, e o reconhecimento

de todos os cidadãos, a valorização do trabalho e a soberania efectiva.

Para o político, o Bloco Democrático vai continuar a defender o reforço do espaço público e para capacidade dos seus intervenientes. “Internamente- o retomar do processo de democratização e o alargar dos espaços de intervenção dos cidadãos tendo em consideração- que a democracia contrariamente- a ditadura, é um sistema que implica uma renovação- constante”, notou. O novo partido, que não deixou de abordar o investimento nos ideais democráticos e na defesa dos direitos humanos e respeito do meio ambiente, defende a necessidade de se repensar o papel- das instituições, do Parlamento,- do espaço público, da imprensa livre, das organizações- da sociedade civil, da igualdade do género, da autonomia e da autodeterminação.

“Construir o estado social do direito implica colocá-lo na nossa realidade nacional através da luta por um sistema sólido de portação social, de promoção- de enriquecimento dos angolanos numa sociedade de trabalho através dos lugares e modos concretos de realização de cidadania que são fundamentalmente- a família, escola, empresa e a comunidade. Os modos desta realização não são directos em abstractos nas coisas da vida real como o acesso- a água, luz, ao saneamento básico, habitação, merenda escolar,- a saúde e ao desporto escolar,- ao emprego entre outros”, acrescentou Luís Nascimento-.

7.4 Vamos demolir Angola

Folha 8

6 de Novembro de 2010

E o líder em plena campanha eleitoral aborda um eleitor: «Vai com toda a certeza votar em mim, não é?!» e o eleitor aterrorizado: «Sim, senhor presidente, mas por favor não mande mais demolir a minha casa!»

De uma coisa adquirir a certeza: este tempo está tão irreal, perdido num sonho, latente pesadelo onde me sinto como um viajante perdido no tempo. Custa-me acreditar na ferocidade do ser humano, é sem dúvida um facto incontestável- o seu instinto tão destruidor. O destino do humano é a selvajaria.

Não desisti, jamais desistirei dos meus sonhos, eles fortalecem a minha alma. São a esperança da minha perseverança-. Lutar é sonhar, é amar. Sem sonhos o amor perder-se-ia. Nascemos, vivemos na ânsia permanente de o encontrar, e encontrando-o não o perder. Não, não é e tudo o vento levou, mas e tudo o vento deixou.

Apesar destas noites cada vez mais intensamente-turbulentas, ainda consigo escutar os seus silêncios. Se tivéssemos coragem de expor todos os nossos sentimentos íntimos, decerto aconteceria uma revolução social. Os costumes nunca mais seriam os mesmos-.

Vamos Demolir Angola

Sob o lema, Vamos Demolir Angola, o nosso glorioso Politburo com a desfaçatez- que o caracteriza, encetou uma grandiosa campanha de requalificação de Angola em geral, e de deita abaixo tudo onde hajam seres humanos em particular. A viverem em pardieiros ou não, a que majestosa mente as correntes mais conservadoras da eliminação física e moral ultrajaram com a introdução nos espoliados do petróleo do acervo. casebres.

Ora, os detentores dos lucros do petróleo- habitam em luxuosos palácios, os que não têm acesso nem a um mililitro de petróleo vivem em casebres, mesmo que a sua habitação seja valorizada neste inferno da imolação imobiliária. Este ainda é o povo que não se pode aproximar destes novos senhores feudais-. Este povo tem apenas o direito reservado de viver em campos de extermínio,- às estrelas das noites que os contemplam têm muitas histórias de terror para narrarem, se entretanto o conseguirem porque da maneira que as coisas andam, nem imprensa teremos, também a vão demolir. O Politburo já conseguiu abolir a família angolana que simplesmente deixou de existir, demoliram-na.

Os bancos logo acorreram em massa esporeados pela angolanidade do lucro- fácil, não trabalhoso, obrigados a sustentarem no seu capital social a inutilidade- dos eternos habituais bajuladores- e o apoio incondicional da Igreja do Deus local. Pudera, sem ela que seria de Angola?! E os bajuladores são os únicos- que sabem governar, mais ninguém está habilitado para isso. Porque são detentores dos mais insignes diplomas passados pelas mais famosas universidades marxistas-leninistas.

O que dá trabalho, como a agricultura, que se dane. Bastam alguns pós de conversa:- que daqui a alguns anos teremos os nossos campos inchados de produtos,- e as nossas populações finalmente libertas da fome. E que o fim da miséria do nosso povo é uma batalha antecipa- padamente ganha, aliás como todas as outras, pelo nosso famosíssimo Politburo-.

De imediato os bancos lançaram-se ao assalto da reconstrução nacional sob as ordens da divina chefia, com o lema:

PARTIR, É DEMOUR!

Antes era o inimigo principal que destruía as habitações com bombas, como se eles fossem os únicos que destruíram Angola. Agora em paz (?) na imprensa escrita, falada e muda, (censurada)- somos informados a todo o momento- que o bairro tal vai ser demolido, que o mercado tal vai ser demolido - é incrível notar que estes demolidores não constroem mercados municipais, é tudo para arrasar - que as casas da rua tal vão ser demolidas, que o campo de futebol vai dar mais um shoooping, que a seguir todos os bairros também serão demolidos... só se houve falar de demolições. Parece que ainda ninguém notou que eles querem demolir integralmente- a cidade (?) de Luanda para investirem na especulação imobiliária

e a população desaparecer, varrerem-na do mapa?
E as crianças aprenderam uma brincadeira- nova:
vamos brincar de demolir Angola! Também lhe
podemos chamar muito adequadamente, República dos

Tês, a saber: T1, T2, T3, e T4

A delinquência em Luanda tal como a corrupção, para acabar, antes que Angola- se volatilize definitivamente, com esse ninho de cobras, há que começa por cima. Mas não, começa-se sempre por baixo, sempre ao contrário. Está quase, falta apenas um pouco para a sua total demolição. As chuvas actuais dão o mote, não há construções feitas- a correr, logo atabalhoadas que as suportem.

A questão é: como será o desenlace- final de milhões de espo- liados que aguardam o Juízo Final do ajuste de contas com os seus captosres?

Até a Bíblia já profetizava que o Politburo- tomaria o poder e com o apoio dos nossos bispos governaria eternamente Angola. E o Senhor abençoou, inspirou e conduziu Angola para um estado de direito, onde todos são iguais e gozam de todos os direitos conforme as leis divinas. E veio uma época de paz, de harmonia social e desenvolvi-mento sustentado- sob o patrocínio do Altíssimo. E todos viveram felizes, muito longe do neocolonialismo e da escravidão. A água e a energia eléctrica jorravam como cascatas- perenes. As famílias oravam incessantemente- ao seu Senhor, e quando os seus pedidos não eram aten-didos, devia-se a que não eram bem queridos aos olhos do Senhor. E lá vinha um sacerdote- muito experimen-tado que elucidava- que o pedido ao Altíssimo não fora convincente. E que deviam continuar as orações muito fervorosamente até dilacerarem- os joelhos, porque a boa reza deve ser feita com o crente ajoelhado.

E devido ao trabalho incansável de Deus - Ele é como a nossa policia, nunca dorme - o Vaticano foi indu-triado para beneficiar a paradisíaca Angola com dezoito santuários, porque o povo era tão temente, e de igual modo tão supersticioso- - devido ao trabalho abnegado dos sacerdotes - e o petróleo ainda dava, jorrava e enchia barris até fartar vilanagem. E Angola e o seu povo foram irremediavelmente tomados, assaltados pelo seu Deus. E em cada canto e esquinas- habituais somavam-se inumeráveis igrejas servidas por imensos séquitos- sacerdotais. E o Senhor rejubilava porque o dízimo a prelatura sustentava. O povo bem estupificado oferecendava-- lhes as suas poupanças e a sua pobreza de espírito. E o céu enriquecia-se com O maná da idiotice fácil. E o fausto sacerdotal- enchia-se de tesouros terrenos, e os camelos abasteciam-no regularmente-. Em nome de Deus tudo é possível-. Mas a feitiçaria espreitava e os bancos também. E criminosos e aventureiros- famosos pelas suas actividades acorreram em massa beneficiados pelo eterno poder civil assumido e tragicamente- insti-tuído. Proporcionava-se o enriquecimento fácil, lucros

fraudulentos,- logo astronómicos vindos do clero petro-lífero. E logo, logo se iniciou a espoliação de tudo o que era autóctone,- e nos paços episcopais as cartas pastorais obrigavam os fiéis a rezarem com força inaudita porque Deus estava muito zangado, e daí as calamidades que assolavam a bela, rica, apetecível, avidamente cobiçada angolana. E os púlpitos azafamados não tinham bolsos a medir perante tantas oferendas aos dignos representan-tes eleitos por Deus na terra de Angola. Toa analfabeta, de povo tão incauto, tão dócil, tão fácil de dominar e subjugar.

Os mosquitos são como as igrejas, quando entram já não saem. E tudo ficou, restou partidarizado, incrivelmente arruinado. E quando a aristocracia se recusa- perempto-riamente sanar a miséria dos plebeus, a justiça popular triunfa.

E o Vaticano, cumprindo um sonho profético, enviou um cardeal tarefeiro a Angola na missão solene de mais uma graça - desgraça - divina: a santa prospecção do petróleo angolano. As vaticanas finanças do banco Vaticano urgem por remodelação. E conseguir uns barris de petróleo bem abastecidos made in Angola, o dinheiro novamente brilhará de intenso fulgor, de brilho matizado, barbaramente dourado estigmatizado-. E às novenas e procissões não bastarão os andores

E a luta de libertação libertava mais alguns poços de petróleo, e a energia eléctrica, a água e tudo o mais, oprimia-se,- espoliava-se. E a arma secreta de qualquer governo para dominar os seus povos é o futebol.

O que é necessário percorrer para que as ditaduras são me persigam?

É que cresci e vivi debaixo de uma, e ao longo da vida elas sucedem-me como tempestades VIolentas, daque-las aterradoras devidamente- acompanhadas de perigosas faíscas da morte.

Já repararam com toda a certeza que Luanda- - é Angola pois claro - destruíram-lhe- todos os mercados constru-ídos pela população. Bom, Luanda não tem mercados- municipais porque os terrenos são utilizados para a prós-pera especulação- imobiliária.

E o terror reinstalou-se sob o disfarce dos deuses dos bancos brancos

E selvaticamente gritaram-nos possessos:- «você vão morrer intoxicados!» Como a injustiça funciona em força e os demónios voam sanguinolentos, resta--nos aguardar que a justiça prometida, tal como a verdade nesta terra, retome audaz porque assim como estamos a justiça popular não deve tardar, não vai faltar. Os crimes da actividade bancária inspiram a onda de assaltos da apátrida juventude espoliada, órfã de país. Bancos Khmer chegados a Luanda e logo desatinados na louca correria ao ouro petrolífero. Catapultados de

poder, espoliam terrenos nas traseiras dos prédios que são legalmente condomínios,- têm dono. Instalam a anarquia de potentes geradores que nos assassinam- com gases tóxicos e o barulho 24 sobre 24 horas. De portas e janelas fechadas porque o cancro espreita, são três crimes sempre na teimosia de que tudo em Luanda nasce impune. Poluição sonora, veneno ambiental e espoliação de terrenos. E assim que chumbado ao poder factura o Banco Millenium Angola,- na rua Rei Katyavala 109, Luanda. Mas afinal ainda não descobriram quem são os selvagens?! Tudo parece a postos para tumultuar porque não dá mais para os aturar. A indemnização será muito choruda, as perdas e danos demasiados.

O reinventar da Luta clandestina

As obras clandestinas continuam sob o olhar cúmplice da Nova Constituição e de El-rei. Este esconderijo clandestino afronta-nos porque a flagrante ilegalidade destas obras revela que só a destruição dos casebres é legal. Porque não praticam a demolição nas obras ilegais- da nomenclatura?! Isto acontece já há pelo menos três anos nas traseiras da Pomobel, junto ao Largo Zé Pirão, em Luanda. Actualmente, brasileiros contrataram- escravos chineses para gáudio da nomenclatura. São três prédios que estão a destruir. Até nas traseiras deles já funciona um estaleiro. Sempre em nome do livre-arbítrio, isto é, sem direito- a indemnizações porque o estado de facto e de jure... rasgaram-no.

Convém salientar que para acabar com a criminalidade e a corrupção, é imperioso,- fundamental, começarmos por ama. Enquanto tal não acontecer os criminosos e os crimes jamais terminarão-. Não haverá polícia que chegue. O elenco policial combate criminosos e não miseráveis ou esfomeados.

O futuro perdeu-se, foi-se, deixou de existir. Está tudo muito sombrio, incerto,- sem saber o que vai acontecer. Nada de bom não será com certeza. Há a intenção obscura de destruir Angola?! Então que decretem a sua destruição. Ó bendita República Popular das Demolições!

7.5 Novos Bairros deve incluir serviços básicos

Jornal de Angola

10 de Novembro de 2010

Os novos aglomerados habitacionais- a construir em Luanda, assim como no resto do país, vão dispor de equipamentos sociais básicos, de forma- a garantir o bem-estar da população, afirmou na quinta-feira, à Angop,- o director provincial de Urbanismo- e Construção, Torres Bunga.

O Governo Provincial de Luanda- tem estado a ordenar reservas fundiárias para responder às metas- do Executivo, no que diz respeito- à construção de habitações, disse o responsável.

Torres Bunga afirmou ser objectivo- do Governo pôr fim aos bairros irregulares,- conhecidos como muceques,- pelo que os novos conglomerados- devem possuir postos e centros de saúde, escolas, creches.

7.6 Municípios do Sambizanga satisfeitos com o início das obras de requalificação

O Independente

11 de Novembro de 2010

Os municípios do Sambizanga aguardam com expectativa o início das obras de requalificação- da circunscrição, previsto para acontecer este mês, com vista a melhorar a imagem e as condições de vida dos mais de 800 mil habitantes da localidade.

Abordados pelo Semanário *O Independente*, alguns moradores consideraram que a implementação- do projecto será benéfica em muitos domínios porque o seu escopo assenta no reordenamento habitacional e sanitário do bairro Operário e na urbanização da zona do Mota, onde existem muitas construções anárquicas.

Segundo o arquitecto Filipe João Pique, o quadro urbano actual da área é caracterizado por vários bairros de lata e acessos precários, pelo que a sua modernização dará maior facilidade à assistência social à população.

O Sambizanga é um município histórico de Luanda porque nele nasceram e cresceram muitos intelectuais que hoje ocupam cargos de destaque na vida política e social do país e a sua requalificação vai alegrar a todos, principalmente os naturais da zona”, disse.

Marcos Amado, professor do ensino primário, disse esperar pela implementação do projecto que contribuirá na melhoria da vida da população local e na imagem da capital do país. Penso que a ideia é boa e isso demonstra a vontade- do governo de melhorar as condições de habitabilidade- da população. Devemos nos orgulhar destas- iniciativas porque quem sai a ganhar é a sociedade”, acrescentou. Marta Matoso, peixeira e moradora do Sambizanga- há mais de 30 anos, disse estar satisfeita com a iniciativa do governo e espera poder ver um Sambizanga moderno e com novas infra-estruturas sociais.

O programa de requalificação do Sambizanga, que possui as comunas Sambizanga (sede), Bairro Operário e Ngola Kiluanje, foi projectado pelo governo- em 2004, para melhorar as condições de vida e habitação dos moradores destas áreas.

Contactado a proposto pelo *O Independente*, o administrador municipal do Sambizanga, José Tavares, confirmou o arranque dos trabalhos ainda este ano Penso ser preocupação do governo prestar total apoio social aos cidadãos e dar-lhes segurança. Pedimos desculpas antecipadas, calma e serenidade à população, pelos futuros transtornos decorrentes destes trabalhos”, disse.

O responsável indicou que a iniciativa contempla a edificação de edifícios com até cinco andares e apartamentos do tipo T2, T3 e T4.

Já ministro do Urbanismo e Construção, José Ferreira, garantiu a disponibilidade do Executivo cumprir com o que está definido no cronograma de acções de requalificação dos municípios do Sambizanga- e Cazenga. O governante avançou esta garantia no termo da cerimónia do lançamento da primeira pedra do programa de requalificação urbana do município do Sambizanga.

“O primeiro passo está dado, e a partir de hoje começa a actividade. Vamos cumprir com aquilo que está assinalado e definido, para que no prazo de 24 meses tenhamos aqui as primeiras casas para o pessoal do município do Sambizanga” -disse.

Segundo afirmou, o programa de requalificação vai ser benéfico para a população porque serão melhoradas as condições e a qualidade de habitabilidade das populações da circunscrição.

Fez saber que o programa de requalificação é um projecto de âmbito nacional, não se resume apenas aos municípios do Sambizanga e Cazenga. De acordo com o ministro, o programa vai estender-se-á a todos municípios e províncias do país.

O administrador municipal do Sambizanga, José Tavares Ferreira, considerou oportuna e louvável a iniciativa do executivo em requalificar os municípios e garantir melhores condições de vida aos cidadãos. José Tavares proferiu estas palavras ao Independente, à margem do lançamento da primeira pedra para a requalificação do Sambizanga,- efectuado pelo Presidente da Republica, José Eduardo dos Santos.

De acordo com o administrador, os municípios devem sentir-se felizes porque terão um município com todos os serviços sociais, garantido- desta forma melhores condições de vida aos cidadãos.

Esclareceu que nenhum município será transferido para fora do Sambizanga, garantido haver espaço suficiente para os realojar. Os primeiros edifícios, disse, começarão a ser edificados a partir de hoje, após o lançamento da primeira pedra, num espaço baldio, no “campo da Marconi”, comuna do Ngola Kiluanje.

7.7 Justiça precisa-se

Semanário Continente

26 de Novembro de 2010

De acordo com os responsáveis da associação, os camponeses apenas querem justiça. “Nós sabemos que a terra é do Estado, mas somos nós, o povo, que a trabalha, queremos que o Governo nos diga qual será o nosso

Muro, porque trabalhamos ali há muitos e muitos anos, sempre pagamos quotas a UNACA e hoje ninguém nos defende, nem as

Administrações Municipais, nem a UNACA e muito menos o GPL, todos nos enganam, mandam fazer registos que não levam a lado nenhum, gastamos dinheiro com documentos, pedem croquis, declarações, etc., e nós estamos na miséria, já não podemos trabalhar, I nem sequer podemos colher o que já semeamos, aonde vamos buscar dinheiro para essas despesas que depois não dão resultado? Queremos que o Governo seja justo e nos esclareça porque nos fazem isso”, disse agastado o senhor Adão Moniz.

O senhor Cristóvão João Diogo, presidente interino da associação, vai mais longe e acrescenta: “Há dois ou três meses atrás quando alguns camponeses detectaram um indivíduo de raça branca que terraplanava com um tractor algumas lavras no Rio Seco no lado de Viana, o mesmo disse que fora mandado pela Administração Municipal de Viana. No dia seguinte ele deu o dito pelo não dito e acusaram alguns supostos moradores, desses que invadiram os nossos terrenos, de serem os mandantes e prenderam alguns deles, mas nós acabamos por saber que aquilo não passou de uma simulação porque os indivíduos foram soltos depois. Aliás, onde é que aqueles indivíduos teriam poder para contratar um tractorista daqueles para trabalhar os terrenos? Aquilo é coisa de gente grande. Mas o chefe da Fiscalização de Viana disse à Zimbo que aquela área do Rio Seco estava reservada para a agricultura e que em breve se reuni-ria com os camponeses para um esclarecimento e nunca vimos nada até hoje”.

Cristóvão Diogo disse ainda que embora as Administrações de Cacucaco e Viana, digam não ter nada a haver com a invasão dos terrenos ou com a venda dos mesmos e quando aparece a Comunicação Social afirmam que a área está reservada para a agricultura, “não é verdade, porque nós temos provas de que a Administração do Cacucaco, por exemplo, vendeu ao banco BIC um espaço de vinte hectares por oito milhões de Kwanzas na área do 8equale que é parte do Rio Seco, apesar das lavras e camponeses que lá trabalham. Aquilo agora está no Projecto de Urbanização Vila Verde, mas nunca notificaram os camponeses, nunca disseram que deviam deixar de lavar ali, simplesmente ignoraram as pessoas e estragaram os produtos do seu árduo trabalho, afinal que dirigentes temos nós? Todos queremos desenvolvimento, mas não se pode passar por cima das pessoas, do seu próprio povo, senão para quem será esse desenvolvimento? Para os estrangeiros? É para isso que estamos independentes?”. O dirigente associativo confirmou a decisão p de todos os camponeses filiados na asso-

ciação em processar o Governo ai Provincial de Luanda por temerem ficar sem nada em favor do que considerou ser A “dirigentes sem escrúpulos, que passam a vida a enganar o Camarada Presidente e o povo. Estamos cansados de contactar esses dirigentes quer a nível do partido como do Governo. Estamos a. Contactar pessoas abalizadas para podermos levar a cabo a l nossa pretensão. Somos velhos, vamos é morrer e não deixa-remos nada para os nossos filhos depois de toda uma vida de trabalho. Somos pessoas sem meios e de pouca sabedoria, por isso pede ajuda as pessoas de boa vontade, idóneas, honestas, que nos ajudem e façam chegarem este nosso grito de desespero ao Camarada Presidente para que olhe por nós. Somos angolanos, da terra, temos que sofrer assim?”, lamentou o ancião.

As quotas continuam a ser pagas.

O Rio Seco estende-se por dois municípios: Cacuaco e Viana. Todos os camponeses têm os seus espaços de cultivo devidamente definidos, uns mais que outros, conforme a capacidade de cada um. Sempre foram acompanhados pela UNACA de que são filiados com os respectivos cartões de membro e pagam quotas anuais. A UNACA foi constituída como União Nacional dos Camponeses Angolanos e evoluiu posteriormente para União Nacional das Associações de Camponeses Angolanos, controlando e ajudando os camponeses organizados em associações ou cooperativas.

Os camponeses afectos ao Rio seco, à semelhança de outros pelo país, para melhor organização e defesa dos seus interesses, constituíram uma associação que denominaram “Associação dos Camponeses do Rio Seco Antigo (de Cacuaco e Viana)” em 25 de Outubro de 1997 e tinha como presidente o senhor José Nascimento, falecido em meados do corrente ano. A associação tem actualmente como presidente interino, o senhor Cristóvão João Diogo, assessorado pelo membro da direcção, senhor Adão Moniz, que estão a conduzir os destinos da organização até à próxima assembleia-geral. Entretanto, os camponeses continuam a pagar as quotas à UNACA que, em relação a destruição e ocupação dos seus espaços de cultivo não se pronuncia, nem os defende, o que os deixa estupefactos.

Este semanário conta trazer proximamente as reacções do Governo Provincial de Luanda e da UNACA em relação ao assunto.

7.8 Burburinho e satisfação na mudança para o Panguila

Novo Jornal
26 de Novembro

COMO SEMPRE acontece não faltaram- as «buldozers», os Polícias e os governantes da cidade. Estes representa-

dos pelo seu vice, que, de megafone em riste, conduziu a operação de transferência dos moradores- da favela da Praia do Bispo, que durante anos conviveram com um dos braços de mar, junto à nova marginal, paredes meias com uma arquitectura moderna, de fino bom gosto.

Depois de sofrimentos incontáveis e do convívio com a tragédia das calemas que, ano após ano, tiraram-sono e haveres, os moradores sentiram-se regozijados com a promessa feita, depois de catalogadas as casas e identifi-cados os seus locatários-.

Para os que estavam legais, o mesmo- é dizer, os «ocupas», que, desde- sempre, escolheram como única opção aquele incómodo lugar para viver, a transferência decorreu de forma pacífica. E nem o facto de as casas que estavam à sua espera, no Panguila, terem o rótulo de provisórias- e serem destinadas a mais do que uma família por unidade lhes tolheu a alegria. A favela era um sítio mau de mais para se viver.

Mas, enquanto uns junto aos autocarros- aguardavam o transporte para a nova morada, depois de colocarem- os seus parques pertences em camiões postos à disposi-ção, outros esganiçavam-se em escaramuçãs por causa dos direitos de propriedade,- pois, os supostos proprietá-rios, surgiram a reivindicar o direito a nova habitação. Gerou-se um enorme- burburinho, ao qual nem a Polícia- estava a conseguir pôr cobro. De repente, Bento Soito, vice da edilidade- luandense e responsável pela mudança, teve uma ideia brilhante, mas perigosa: convidou os moradores a denunciarem os falsos proprietários.

Foi o bom e o bonito... Apontados a dedo, os pretensos titulares de espaços alugados a nul kwanzas por mês, tiveram de ser escoltados pelas autoridades. Saíram do local e voltou a ordem- e boa disposição a quem sempre ansiou- por uma moradia digna.

Segundo promessa de Bento Soito, as moradias do Panguila serão provisórias,- pois, asseverou, o Governo vai distribuir terrenos para a construção-dirigida a todos os ex-moradores da favela que, em segunda triagem, provem ser detentores desse direito.

7.9 Requalificação do Sambizanga começou nos lotes da Marconi

Jornal de Angola
30 de Novembro de 2010

A zona da Marconi, comuna do Ngola Kiluanje, que vai albergar- 9.300 pessoas no âmbito- da requalificação do município- do Sambizanga, começa a ser nivelada e compactada soube- a Angop da administração municipal local.

O administrador municipal adjunto,- Agostinho da Silva, disse que estão contemplados, numa primeira-fase, 20 hectares de áreas disponíveis- para a promoção de habitação- social.

Consta igualmente do projecto, lançado oficialmente este mês pelo- Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, a construção de escolas,- creches, infra-estruturas comerciais- e administrativas, postos de polícia, instalações médicas, desportivas- e recreativas, armamentos, redes eléctricas, de abastecimento- de água e valas de drenagem de águas residuais.

Agostinho da Silva reafirmou que o principal objectivo da modernização- urbana do município é melhorar as condições de habitabilidade,- com a introdução de comunidades- devidamente planeadas,- com densidades apropriadas, respeitando os padrões urbanos e paisagísticos.

A requalificação do Sambizanga abrange as comunas Sambizanga, Bairro Operário e Ngola Kiluanje, foi elaborada em 2004, para melhorar- as condições de vida dos moradores- das áreas.

8 SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Banga volta a ter água canalizada

Jornal de Angola

3 de Novembro de 2010

Foram também construídos chafarizes e lavandarias comunitárias

Os habitantes dos bairros periféricos da vila municipal da Banga têm, desde segunda-feira, água canalizada graças à instalação de um novo sistema de captação e distribuição.

O administrador municipal da Banga, Cristóvão Kieza, disse, à Angop, que o novo sistema de abastecimento de água vai beneficiar cerca de 1.500 habitantes dos bairros Quimamone, Kiova, Cabanga, Igreja e Caculo-Cahui. As obras, que se estenderam por um ano, envolveram a substituição completa da antiga canalização, construção de chafarizes e lavandarias comunitárias.

Cristóvão Kieza adiantou que a aposta da administração municipal na resolução do problema de abastecimento visa também a redução dos casos de doenças infecciosas resultantes do consumo de água imprópria.

A nova infra-estrutura, que tem um sistema de captação instalado a partir de uma nascente a três quilómetros da sede municipal, permite fornecer água em sistema de gravidade ininterruptamente.

8.2 Limpeza de valas de drenagem entregue a uma empresa mista

Jornal de Angola

5 de Novembro de 2010

Uma empresa pública/privada especializada na limpeza e manutenção de valas de drenagem foi criada a semana passada, em Luanda, por despacho do Chefe de Estado, lembrou, ontem, em Luanda, a secretária para os Assuntos Sociais da Presidência da República.

Rosa Pacavira, que falava num encontro com elementos da administração municipal da Ingombota e da sociedade civil, disse que a “Beltron”, é resultado da fusão entre a Brigada Especial de Limpeza da Casa Militar e uma empresa chinesa.

A secretária para os Assuntos Sociais da Presidência da República anunciou que está a ser criado tem capacidade de limpar todas as valas de Luanda, principalmente no período de chuva.

Face a situação criada pelas chuvas, acrescentou, a empresa trabalha já na limpeza das valas de drenagem da Samba, Boavista, Soroca e Senado da Câmara. Esta semana vai fazer intervenções nas valas do município da Ingombota, que, devido às últimas chuvas, ficaram totalmente obstruídas, causando grandes inundações.

Em relação também ao município da Ingombota, referiu que o problema das operadoras de limpeza é crónico, pois não conseguem exercer com eficiência o papel que lhes está destinado, fazendo com que a cidade esteja sempre suja, com os contentores a abarrotar de lixo.

Programa sobre saúde para prevenir as doenças

O programa escolar “Esquadrão da Prevenção”, que prevê reduzir as causas de mortes em crianças, com menos de 5 anos, é apresentado, hoje, em Luanda, no município do Cazenga, pela ONG Serviço Internacional pela População (PSI).

O programa escolar integra um grupo de “super heróis” infantis comandante Seguro e Salvo, capitão Certeza e tenente Sabonete com especialidades singulares em malária e doenças diarreicas, sob orientação de um médico.

Numa primeira fase, os especialistas em prevenção da malária e doenças diarreicas vão criar jornais murais escolas e creches de Luanda e em algumas províncias para chamarem atenção e despertarem o interesse das crianças em relação aos perigos destas doenças. O acto de lançamento do programa prevê a declamação de poesias, exibição de peças teatrais e concurso de dança entre grupos de várias escolas. Vão ser premia-das também as melhores classificadas no concurso de redacção infantil subordinada ao tema “A Importância da Prevenção da Malária”.

A actividade realiza-se no âmbito dos projectos da PSI, em parceria com os Ministérios da Educação e da Saúde, com o objectivo de informar, esclarecer e capacitar alunos e professores sobre questões relacionadas com a malária, doenças diarreicas, formas de transmissão e consequências. A PSI trabalha em Angola, desde 2000, na prevenção do VIH, malária e doenças diarreicas.

Para combater as doenças do coração, os governos devem controlar o conteúdo de sal nos alimentos, ao invés de deixar que os produtores regulem os níveis, defende um estudo realizado por pesquisadores australianos. O consumo elevado de sal aumenta a pressão arterial e eleva o risco de problemas de saúde, como derrames, doenças cardíacas e crónicas, que absorvem muitos recursos da saúde pública.

“Se as empresas reduzissem o teor de sal voluntariamente, haveria alguma vantagem. Porém, o benefício após a redução obrigatória seria 20 vezes maior”, disse Linda Cobiac, da Escola de saúde Pública na Universidade de Queensland.

Na Austrália, 94 por cento dos homens e 64 por cento das mulheres comem mais sal do que é recomendado, disse a pesquisadora, enquanto um estudo recente mostrou que nove em cada dez americanos ingerem muito sal. “Quando o consumo é excessivo, o governo deve intervir e agir”, disse Cobiac. “A economia de custos para o

Governo pode, a longo prazo, conduzir à decisão de um controlo do sal nos alimentos”.

De acordo com o estudo publicado- na terça-feira na revista “Heart”, do British Medical Journal, quando as empresas de alimentos controlaram- o teor de sal, os índices de doenças- cardíacas e derrames caíram cerca- de um por cento. No entanto, quando o Governo impôs as regras, essas taxas caíram 18 por cento.

Esperar que as pessoas exerçam a autodisciplina foi o método menos- eficaz

8.3 UCAN sugere aumento da tarifa da electricidade

O País

5 de Novembro de 2010

O relatório do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade- Católica de Angola (UCAN) propõe ao Executivo- a reformulação das tarifas de elec- tricidade cobradas no país, tidas como uma das mais baixas quando comparadas com os outros países africa- nos, incluindo os da região austral-.

Os pesquisadores da referida Universidade,- afecta à Igreja Católica, acreditam que o possível incremento permitirá o retorno dos investimentos- feitos pelas empresas ligadas ao sector.

A pesquisa revela que as tarifas de energia eléc- trica pra- ticadas não obedecem- ao princípio de tarifas calculadas- com base nos custos marginais de longo prazo, porque não cobrem os custos efectivos. Segundo o documento,- o subsídio que o Estado atribui- às empresas é insufi- ciente para cobrir os custos envolvidos, algo que difi- culta e limita as empresas na realização- de investimentos com recursos- próprios.

Emílio Londa, investigador do Centro de Estudos e Investigação Científica da UCAN, disse a O PAÍS que esta ideia é partilhada tanto pelos- técnicos e quadros do Ministério da Energia e Águas, como pelos próprios- autores do documento, que estão- ligados à primeira Universidade privada instalada no país.

“O próprio sistema de concessão de subsídio está a pre- judicar o desempenho- do sector. As tarefas são baixas e o Ministério da energia e Águas tem dificuldades em expandir os seus serviços, que as famílias não pagam porque os serviços têm baixa qualidade”, disse Emílio Londa.

Diminuindo os subsídios e aumentando- as tarifas, segundo a fonte da Universidade Católica, as empresas poderão cobrir os custos de produção- e dos serviços. “Cobramos muito abaixo em relação aos demais países africanos, onde além da produção as pessoas pagam um imposto de consumo”,- acrescentou Londa.

A tarifa de electricidade sofreu alterações há quatro- anos, quando o Ministério das Finanças passou o preço

de venda do Kwh em baixa tensão para o consumo doméstico para 3, 3S Kwanzas, o consumo doméstico- social para 1, 16 Kwanzas, o consumo doméstico tarifa especial para 4, 40 Kwanzas, igual valor para o consumo para a indústria e o consumo- comércio e serviços.

Na mesma altura, o Ministério das Finanças determi- nou que a tarifa social é aplicada aos primeiros 50 Kwh/ mês de consumo doméstico e somente para os clientes cujo consumo- mensal do período a facturar não seja superior a 200 Kwh, enquanto que a tarifa especial é aplicada para consumo doméstico com potência contra- tada igualou superior a 9, 9 kVA.

Os pesquisadores concluíram que a subvenção em geral promove o esbanjamento,- a ineficiência e, de uma forma geral, são os que têm posses e negócios que beneficiam das tarifas baixas.

Entre as consequências causadas pelos baixos preços estão as grandes- perdas técnicas e não técnicas ou comerciais. O documento aponta as infra-estruturas que carecem de investimentos e outros constrangimen- tos na medição, contagem, processamento, facturação e cobranças, assim como as fraudes e ligações anárquicas.

EDEL apoia revisão da tarifa

Contactado por este jornal, o porta- -voz da Empresa de Distribuição de Electricidade de Luanda (EDEL), Carlos Gil, confirmou que as “tarifas cobradas actual- mente estão desajustadas,- porque não cobrem os custos de produção, distribuição e comercialização”-.

Carlos Gil considera que o estabelecimento- de uma tarifa justa de pende de uma análise e concertação de uma estrutura de preços. Caso se pagasse mais, a sua empresa poderia investir mais e suportar outros encargos-.

“Quanto mais dinheiro houver, melhor é o serviço. Se tivéssemos uma tarifa melhor, podíamos montar- mais postos de transformação de energia”, garantiu o porta- -voz da EDEL, acrescentando que “é preciso- que perce- bam que a energia que a EDEL distribui é gerada pela Empresa- Nacional de Energia (ENE). A EDEL compra para distribuí- la. É o que mais encargo provoca à nossa empresa”.

Angola: 3º classificado nos preços mais baixos

O preço da tarifa de electricidade- praticado no país é 45 por cento abaixo do nível médio das tarifas dos países que realizaram reformas tarifárias- imparciais, segundo o relatório-. A regra na região austral é que o preço médio da tarifa deve ser entre os 8 e os 10 cêntimos do dólar americano por kWh.

Angola só perde para a Zâmbia (2º) e Zimbabué (1º) que cobram os valores mais baixos. “Muito embora- um aumento tão elevado da tarifa- seja um acto bastante

violento para os consumidores, é importante ter essa meta em perspectiva. Um agregado familiar médio com uma receita mensal de 30.000 a 50.000 Kwanzas e um consumo mensal de 75 kWh teria um aumento de cerca de 820 Kwanzas na sua factura, o que significaria uma redução do seu rendimento- disponível entre 1 a 4 por cento”, lê-se no documento da Universidade- Católica..

Acredita-se que países como Angola- têm tarifas baixas para os consumidores- de pouca energia eléctrica, para acomodar os mais necessitados do custo total da geração, transporte- e distribuição de electricidade. As pessoas de baixa renda que consomem- cerca de 75 kWh mensalmente- pagam aproximadamente 61 por cento dos que consomem 500 kWh.

A equipa de pesquisa ressalta que se as tarifas entre 2005 e 2006 fossem aumentadas, reduziriam os subsídios do Estado em valores que poderiam variar entre os 4 e 5 biliões de Kwanzas (cerca de quatro e cinco milhões de dólares).

Eles garantem que a continuação da redução dos subsídios entre 2006 e 2010 iria compensar as perdas na transmissão e na distribuição e dariam- lugar a melhorias substanciais.

“De qualquer modo, é importante referir que para que a inflação seja ajustada, tendo 2003 como ano referênciao”, garante o documento, “o Governo despenderá cerca de 100 biliões de Kwanzas no sector, caso não haja reforma, mas esse valor poderá- ser reduzido a 40 biliões se as tarifas forem aumentadas de modo a reflectirem os custos reais, com e devida margem para a manutenção salutar da indústria”.

8.4 Cacucaco : entre a água e a lama

Semanário A Capital
27 de Novembro de 2010

No bairro do Paraíso, na comuna do Kikolo, a chuva deixou a sua marca. Charcos espalhados por todo o lado, ruas intransitáveis banhadas por enormes lagoas, residências inundadas, enfim, um longo rasto molhado. É o que nos foi dado a ver naquela área onde decidimos começar a avaliar a dimensão dos estragos que as chuvas do último Domingo, 28, causaram no município de Cacucaco, em Luanda.

O vento levava, para todo o bairro, as histórias das tragédias- que por ali se registaram. Beatriz Paulo, moradora há mais de cinco anos, disse, abordada- por este semanário, ter conhecimento- de pelo menos três vítimas mortais. Disse ter visto os corpos dos menores, resgatados pela família depois de terem- desaparecido por várias

horas, pelo menos enquanto durou- o temporal.

Conta que os pequenos, com idades entre os nove e 10 anos, banhavam- se à chuva, mesmo na vala de drenagem que conduz as águas pluviais directamente para o mar. Desapareceram- em seguida. Passaram- algumas horas até à família dar com eles já sem vida.

Mas de vítimas mortais não é tudo. Mesmo depois de advertido- sobre o perigo da vala, um motoqueiro decidiu atravessá--la, indiferente face às indústrias,- sobre a morte dos rapazes, que tinha acabado de acontecer. Foi, ele próprio, arrastado pela força das correntes-. O seu cadáver foi encontrado,- momentos depois, na outra extremidade da vala e a motorizada- um pouco mais adiante.

Não há terra à vista

O cenário não era agradável,- mas havia a esperança de que, noutros bairros do município,- fossem encontrar um ambiente menos molhado. Debalde-. Na Boa Esperança tudo era igual ao primeiro bairro visitado. Circular, a pé, só mesmo- com o recurso às galochas, vulgarizadas, pelo povo, como mata cobras. É o recurso dos populares face ao estado alagado- do bairro, onde “terra à vista”- é uma espécie de expressão proibida.

Mas, quase sempre, as botas- só não chegam. Há que reforçar a sua impermeabilidade com sacos de plásticos, aqueles pretos, a fazerem de meias. Felizmente,- não há relatos de mortes decorrentes das chuvas na Boa Esperança.

Na Cerâmica, um outro bairro de Cacucaco, há muito se fala da vala de drenagem que separa os sectores. Já em edições- anteriores, tínhamos alertado- para o perigo que a vala representa, sobretudo face à possibilidade separação, definitiva,- dos quatro sectores do bairro. Recebemos, então, a garantia- da comissão de moradores- de que tal seria solucionado “brevemente”.

Porém, veio a chuva e o quadro, temido, aconteceu. Depois das chuvas, os sectores- ficaram, mesmo, separados. Para aceder ao centro do município, por exemplo, os moradores têm de rumar. para a comuna do Kikolo para, depois, acederem à vila de Cacucaco. É a essa rotina que estão confinados- todos os moradores do bairro- da Cerâmica, nomeadamente,- dos sectores quatro e cinco que para o trabalho ou para tratarem- de documentos precisam de se deslocar ao centro do município-.

Visitante indesejado

No bairro dos Embondeiros, a água não se contentou em ficar do lado de fora. Invadiu, mesmo, o interior das residências-. Januário, um morador, retirava a contragosto a água de dentro da sua casa com recurso a uma moto bomba. Ele que aí reside, há muito tempo, queixase,- no entanto, que nem sempre foi assim. No passado, disse, sempre que chovesse a “água corria para a estrada”. Porém, desde que as obras na estrada come-

çaram, ela (a água) vai direitinho- para o interior das resi- dências. “Já não corre para baixo- como antes”. E quando assim acontece, os transtornos multiplicam- se. As crianças passam a noite acordadas, já que os haveres, incluindo os colchões, têm de ser acomodados em zonas mais altas. A água, no interior, era tanta que só mesmo urna electrobomba- ajudava a expulsá-la para a rua. Com baldes, banheiras- ou alguidares, retirar a água seria uma missão impossível.

Um intruso no Forno do Cal

No Forno do Cal, a excepção- não fugiu à regra. A vala da Quinanga transbordou e a água ocupou-se, igual-mente, das residências- nas cercanias. Sabemos,- porém, que numa reunião recente, entre os moradores e o exe-cutivo de Carlos Cavuquila, negociou-se a transferência dos moradores para outra zona, para evitar os riscos que estes enfrentam face à proximidade com a vale. Porém, o desalojamento- não foi a tempo de evitar que a história se repetisse.

Mar de lama no panguila

Por fim, fomos ao bairro do Panguila, talvez, no muni- cípio do Cacucaco, aquele que tenha sido mais afectado pela força da água da chuva. Não há, por ali, o cenário de charcos e lagos-. Mas há um bem pior, lama espalhada por todo o lado, dificultando,- de tão, espessa que é, a circulação de pessoas e de automóveis,- sobretudo.

Mesmo com estas dificuldades,- «rasgamos o bairro» em direcção ao sector oito, onde estão alojadas as pessoas vindas- da zona da Favela, na Chicala-. Vimos coisas dignas de espantar qualquer mortal. Residências- sem janelas, inacabadas- albergam, apesar disso, aquela popu-lação, entretanto proibida de falar para a comunicação- social. Constatou- se, no entretanto, que as pessoas pro-curavam proteger, como podiam, os seus haveres, já que a água, quando choveu, penetrou pelas janelas inexis- tentes e inundou algumas residências-.

8.5 Água corre nas torneiras de Ndalatando no próximo ano

Jornal de Angola

30 de Novembro de 2010

A população da cidade de Ndalatando só em Março do próximo ano vai contar com abastecimento- de água potável ao domicílio. A inauguração do sistema estava- marcado para final de Dezembro- mas a data foi adiada, segundo- informações prestadas pelos responsáveis do “Projecto “Mucari”.

A estação de captação e tratamento- de água está locali- zada a 17 quilómetros de Ndalatando e quando- entrar em funcionamento tem capacidade para produzir 96 litros por segundo.

O Governo Provincial está preocupado- os sucessi- vos adiamentos da conclusão dos trabalhos e o vice- governador para Organização e Serviços Técnicos, José Alberto Kipungo, reuniu com responsáveis- da empresa Abrantina Construtora- encarregada dos trabalhos, para saber os motivos da demora na conclusão da empreitada. Elaborado em 2006, o projecto começou apenas em 2008. Ficou previsto concluir a obra em 18 meses-. De acordo como representante- da Abrantina Construtora, Nuno Gaspar, surgiram inúmeras situações- que atrasa-ram o projecto nem sequer faziam parte do caderno de encargos. Esses factores provocaram- o adiamento.

Foi preciso construir uma passagem- de nível do comboio que antes- não estava prevista., As passagens- na zona do rio Muembeje tiveram- de ser alteradas para passagens- aéreas quando estavam previstas- passagens subterrâneas. A adenda aos trabalhos a mais só foi assinada este mês de Novembro. As obras contratadas para além do projecto inicial exigem materiais que não existem no mercado angolano-. Foram importados mas só chegam- a Ndalatando em Janeiro.

“Houve situações, nomeadamente a travessia do rio Muembeje em que a conduta metálica não estava pre- vista no projecto. Foi um trabalho- completamente novo e esperamos- o resto do material apenas em Janeiro. Essa é uma das razões da prorrogação da conclusão dos tra- balhos de Dezembro de 2010 para Março de 20 11 “, disse.

Os trabalhos estão a decorrer simultaneamente- com os de uma empresa que está a asfaltar as ruas, melhorar os passeios e os esgotos. Nuno Gaspar garantiu que a sua empresa vai repor as ruas e passeios como se encontra- vam antes das escavações para colocar tubagens da rede de água e os esgotos das águas pluviais.

Obra bem executada

Nuno Gaspar informou que a empreitada- custa 9,5 milhões de dólares- ao Estado. A rede de distribuição- de água ao domicílio tem mais de 42 quilómetros de tubagem, 96 fontanários e 1.600 ligações domiciliaries,- num total de 34 quilómetros- na cidade e na área suburbana.

De acordo com o fiscal da obra, Marques Brumo, da empresa “Louis Berger Group”, a empresa aceitou a pror- rogação dos trabalhos, uma vez que a construtora no devido momento- apresentou os motivos dos atrasos, que depois de analisados foram aceites e foi dada uma mora- tória até ao fim do primeiro trimestre- do próximo ano.

“Os trabalhos estão a ser bem executados e dentro das normas internacionais”, disse Marques Brumo. O repre- sentante da empresa- de fiscalização informou que depois da conclusão dos trabalhos,- a empresa construtora tem pelo menos mais um ano para- efectuar trabalhos de ope- ração e manutenção, para além da instrução- aos técni- cos locais que posteriormente vão manusear o sistema.

“Caso o prazo previsto para entrega não seja cumprido, deve ser descontado diariamente um valor não acima de cinco por cento em relação ao montante do contrato”, disse. A primeira fase do projecto consistiu- na implantação do novo sistema de abastecimento de água, que incluiu a reabilitação de 7,5 quilómetros- de tubagem em “PVC” e ferragem- em 9,3 quilómetros, para além da nova captação, conduta adutora- e estação de tratamento, que está orçada em 10,3 milhões de dólares.

Novo reservatório

Nesta fase foi igualmente construído um reservatório de distribuição- semienterrado com capacidade de cinco mil metros cúbicos de água.

Nas regiões rurais mais distantes está a ser prestada uma atenção especial- às aldeias e comunas com sistemas- próprios e que servem também- o regadio na agricultura. Em várias localidades estão a ser implantados- sistemas de abastecimento- com o apoio das Administrações Municipais e em parceria com a Direcção da Agricultura que montou pontos de apoio aos agricultores.

No âmbito do Projecto Agua Para- Todos, várias comunidades da província beneficiam de água potável- e o programa continua com o propósito de beneficiar as restantes- áreas. Os bairros considerados mais críticos em termos de distribuição- de água potável, no município de Cazengo (Ndalatando), embora de forma irregular, continuam a ser abastecidos por camiões cisternas adquiridos pelo Governo Provincial,- visando atenuar as carências das populações e contribuir para a prevenção de doenças causadas pelo- consumo de água imprópria.

9 AMBIENTE

9.1 Chuvas desalojam famílias em vilas do Moxico e Bengo

Jornal de Angola

3 de Novembro de 2010

Pelo menos, 830 pessoas foram desalojadas pelas fortes chuvas que caíram no fim-de-semana na Vila de Lumeji, sede municipal da Cameia

Uma nota do Centro de Documentação e Informação do Governo local, citada pela Angop, refere que a chuva, acompanhada por ventos fortes, destruiu 160 casas e uma escola primária, de construção provisória. A chuva destruiu igualmente postes de luz eléctrica, deixando muitas casas sem energia eléctrica. O município da Cameia está localizado a 102 quilómetros da capital do Moxico.

No município da Quissama, província do Bengo, 45 casas, na maioria de pau-a-pique, ficaram sem telhados, devido às fortes chuvas que, no fim-de-semana, caíram naquela circunscrição.

O chefe da secretaria da administração municipal afirmou, à Angop, que a chuva destruiu o telhado das casas dos bairros periféricos da vila da Muxima, provocando o desalojamento de 45 famílias. Gastão Kuvukila referiu que a chuva provocou avultados danos materiais, entre os quais electrodomésticos.

9.2 Angola e Portugal enfrentam alterações climáticas

Agora

6 de Novembro

Os projectos a realizar em conjunto vão contribuir para o acesso a água potável e energia limpa

Os dois países concordaram, esta semana, em trabalhar em conjunto para enfrentar os desafios decorrentes das alterações climáticas através do desenvolvimento de projectos, troca de informação e do acesso a tecnologias.

No memorando de entendimento, rubricado em Lisboa pelas ministras do Ambiente de Portugal e de Angola, Dulce Pássaro e Fátima Jardim, respectivamente, está definido o objectivo de estabelecer cooperação a curto e médio prazos no domínio das alterações climáticas.

Em vigor até Dezembro de 2012, o documento descreve actividades como a formação e capacitação de técnicos angolanos em várias áreas, elaboração de projectos de adaptação e mitigação que possam concorrer a financiamentos internacionais, visitas de intercâmbio de cientistas e de peritos ambientais ou organização de seminários. Será promovida a capacidade das instituições com

incidência nas políticas climáticas, a identificação de projectos geradores de créditos de carbono e a “mobilização de investimento privado e de outras fontes de co-financiamento”.

Os projectos a realizar em conjunto vão contribuir para o acesso a água potável e energia limpa, recuperação de zonas áridas, aumento da capacidade de gestão das bacias hidrográficas, protecção da orla costeira e das florestas nativas e os seus biomas.

O financiamento das actividades definidas será da responsabilidade dos dois países. O documento especifica ainda que o financiamento rápido para o apoio à concretização de programas, projectos e acções para adaptação e mitigação, desenvolvimento e transferência de tecnologias e capacitação institucional em Angola irá envolver recursos na ordem de três milhões de euros por ano, até 2012.

9.3 Chuva destrói casas em Cabinda

Jornal de Angola

30 de Novembro de 2010

Ao todo, 216 pessoas do bairro 4 de Fevereiro, na zona de “Papá Ngomá” em Cabinda, perderam, na quinta-feira, bens domésticos devido à forte chuva que se abateu sobre a cidade e arredores.

Além da perda dos haveres, a chuva destruiu parcialmente três casas, causou fissuras em 17 e inundou totalmente 34.

A maioria das casas atingidas pela enxurrada foi construída próximo da vala de drenagem, o que facilitou a ocorrência de estragos em diversas habitações. Teresa Lelo de 33 anos, mãe de três filhos, foi uma das vítimas. Perdeu todos os haveres.

“Fiquei sem nada, tudo o que consegui durante tantos anos de trabalho ficou por baixo de escombros”, lamentou.

“A porta principal da minha casa foi destruída pela pressão da água e tive de retirar as crianças pela janela” referiu.

O chefe do Centro de Documentação e Informação da Administração Municipal de Cabinda, Sefate Matoco, revelou que as três famílias mais afectadas vão receber do governo da província, através do Comando da Protecção Civil e da Secretária Provincial da Assistência e Reinserção Social (MINARS), assistência alimentar e tendas para se alojarem provisoriamente.

9.4 Luanda inundada com mais um temporal Candongueiros aproveitaram a ocasião para dobrar o preço da corrida

Jornal de Angola

29 de Novembro de 2010

Ontem voltou a chover em Luanda- durante três horas, das 11 hOO às 14hOO. Os autocarros e táxis tiveram Inúmeras dificuldades para- circular em Luanda devido às Inundações nas ruas. A normalização- dos transpor-tes só foi possível- ao Início da tarde, quando a chuva abrandou.

Os candongueiros aproveitaram para cobrar o dobro pelas corridas e para encurtarem as rotas. As vítimas,- como constatou a reportagem do Jornal de Angola, foram fiéis que regressavam dos cultos e pessoas- que passeavam ou regressavam- das praias. Até ao fecho dessa edição, o Corpo- do Serviço de Bombeiros e Protecção- Civil ainda não tinha um balanço- das enxurradas.

Várias actividades culturais que estavam programadas para ontem foram adiadas para a próxima semana-. Mas enquanto a chuva não apareceu, foram vendidos discos, no Parque da Independência, da cantora Claudeht Tchizongo, que apresentou a sua segunda obra “Nosso- Sermba.

Cruz pesada para Pedro

Nas artérias da capital houve engarrafamentos- apesar de ser domingo-. Nas zonas suburbanas, as águas volta-ram a “invadir” as humildes- casas e muitas ruas ficaram intransitáveis.

As ruas do Rangel ficaram praticamente- todas inunda-das. Pedro da Cruz, morador no bairro da Terra Nova, viu o seu “rabo de pato” engolido- por uma cratera aberta pelas águas na Rua do Minho, Terra Nova-. A viatura ficou submersa. Teve de abandonar rapidamente a viatu- ra com as suas filhas menores. O destino da família era a igreja.

“Estava a levar a minha família para a igreja e de repente fui surpreendido- com a corrente forte da água. Tentei regressar a casa mas já não fui a tempo. O carro come- çou a ser engolido no buraco aberto- pela chuva. Ernesto Miguel Ventura, morador na Terra Nova, disse que as obras de melhoramento do bairro deveriam começar no tempo seco e não numa época de chuvas. “Não compreendo- como em tempo de chuva a adminis- tração pensou arrancar comas obras”.

No bairro do Sambizanga, os moradores- foram obriga-dos a trepar’ para os quintais dos vizinhos porque- as ruas estavam inundadas.

Lixo arrastado

No Bairro Popular, o lixo que se encontrava na Rua Machado Saldanha- à espera da recolha, foi arrastado- pelas águas. O lixo acumulado- nas bermas foi para os esgotos- então permitiu o escoamento das águas.

As picaretas e enxadas dos moradores- foram insufi- cientes para abrir caminho ao escoamento das águas. Os esforços de alguns moradores para limpar as sarje-tas entupidas não serviram para muita coisa, porque- a força das águas arrastava tudo o que encontrava pelo caminho. No ‘ Rangel, na Rua do “sangue fúria” houve casas inundadas e muitas ficaram- sem chapas no tecto devido ao forte vento que se fez sentir antes, e durante as chuvas.

9.5 Terra angolana

De 11 à 27 de Novembro de 2010

CINTURA VERDE. O Gabinete- de Desenvolvimento e Aproveitamento Hidráulico do Kikuxi, GADAHKI, promete levar a cabo- nos próximos dias uma acção de demolição de residências construídas- no perímetro agrí-cola do Kikuxi.

O director daquele gabinete, Salomão- Manuel Caumba, visitou esta terça feira 1 de Novembro o local- e constatou que o terreno está a ser invadido por pessoas que dizem- pertencer as Forças Armadas Angolanas. O responsável, diz que a área foi reservada para a produção agrícola, pelo que não terá mãos a medir na hora das demolições. Pelo menos cerca de 20 hectares de solo arável foram indevidamente ocupados nos últimos tempos.

CHUVAS. As chuvas, que caíram no passado fim-de- semana- causaram vários estragos em todo o país. Elas são de facto o grande fiscal de obras, ou seja, o fiscal mais incorruptível que alguma- vez passou por Angola. a província de Luanda, por exemplo,- a chuva que se fazia acompanhar- de fortes ventos causou inun- dações nos municípios da Samba, Rangel e Cacucaco, impossibilitando- a circulação rodoviária durante a semana finda. As províncias do Kwanza-Sul, Uíge, Malange, também- não foram poupadas pela fúria da natureza, tendo as autoridades- locais contabilizado a destruição de várias residências e outras estruturas físicas. Segundo o corpo de bombeiros e protecção- civil há ainda a ter em conta- a morte de dez pessoas e 20 feridos e muitas desaparecidas.

O morro do Binda na província do Kwanza-Norte encontra-se em perigo máximo devido ao mau estado da via. Anualmente a Polícia assinala acidentes naquela região alcantilada.

9.6 Angola tem ainda muito trabalho pela frente para superar efeitos das alterações climáticas

O País

30 de Novembro de 2010

O ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais de São Tomé e Príncipe, Carlos Vila Nova, afirmou que Angola ainda tem muito trabalho pela frente para resolver e superar os efeitos da transformação climática, mas diz que o Executivo tem todas as condições e recursos para superar as dificuldades.

“Angola tem muito a fazer relativamente à situação climática, mas acredito que está num bom caminho e vai encontrar caminhos para fazer face a esta situação, porque tem todos os recursos para ultrapassar os problemas relativos às alterações climáticas”, disse o ministro são-tomense, depois de participar na II Conferência sobre Saúde e Ambiente, que decorreu de 23 a 26 deste mês em Luanda.

Carlos Vila Nova considerou que a Conferência de Luanda foi uma oportunidade única para a reflexão e procura de acções que visem a criação de plataformas de troca de informação, para que o continente possa agir em bloco na defesa da sua posição.

Referiu que São Tomé e Príncipe têm também situações climáticas preocupantes. “Estamos sujeitos a alterações climáticas graves. Hoje é um dado concreto que isso afecta todos os países.” Infelizmente, nos países africanos ainda não temos o domínio ou informações suficientes que nos permitam, a médio prazo, prever as próximas consequências das alterações climáticas”, disse o ministro. Carlos Vila Nova apontou a subida das águas do mar, a erosão costeira, as secas prolongadas, chuvas torrenciais e desabamento de terras como os maiores problemas de alterações climáticas em África no momento.

“Isso tudo tem afectado e trazido consequências graves às nossas populações que se vêm forçadas a sair dos locais onde vivem”, disse. O ministro reconheceu que a saúde está directamente ligada ao ambiente. “Se o ambiente não for salutar os casos de doenças são mais frequentes. Se tivermos um ambiente impróprio em termos de poluição, é claro que as populações são afectadas e vamos ter mais casos de doenças respiratórias. Se os recursos hídricos estiverem contaminados as doenças aumentam e podem absorver mais recursos do Estado, que podiam ser utilizados em outras áreas”, exemplificou Carlos Vila Nova. A Declaração de Luanda sobre as alterações climáticas em África vai ser submetida a apreciação na 16ª Conferência Internacional sobre Mudanças Climáticas, que decorre, desde ontem e até dez de Dezembro, em Cancun, no México. Angola está representada por uma delegação chefiada pela ministra do Ambiente, Fátima Jardim.

Declaração de Luanda é abordada no México o documento, assinado na sexta-feira passada em Luanda, durante a na Conferência Interministerial sobre Saúde e Ambiente em África, vai servir de análise dos conferencistas.

Na Declaração de Luanda, os responsáveis da Saúde em África pediram a criação de um mecanismo que facilite o acesso dos países aos recursos da saúde e ambiente, sobretudo fundos para as alterações climáticas.

A conferência de Luanda, com duração de quatro dias, foi a sequência de uma outra realizada em Agosto de 2008, em Libreville, Gabão. Na ocasião, representantes de 52 países africanos comprometeram-se a empreender 11 acções prioritárias para fazer face aos desafios relativos à saúde e ambiente em África.

10 GÊNERO / VIOLÊNCIA

10.1 Cuidado com o que se vê

Angolense

De 30 de Outubro à 6 de Novembro

As desigualdades sociais, filmes, drogas e álcool são causas do aumento da delinquência- juvenil, segundo o psicólogo Félix Mizé. “Os pais devem ser exemplos. ara os pais pobres, não devem invejar os vizinhos, nem passar o tempo todo a lamentar-se da pouca sorte, porque tudo que nós vamos falando, as criança pode interpretar- erroneamente. Para os pais que têm muito dinheiro devem ter cuidado com a arrogância, porque se começar a humilhar os trabalhadores, os próprios filhos também vão desenvolver este espírito de arrogância”, aconselhou. Analisando a questão, o Psicólogo realçou que as desi- gualdades sociais são perigosas.

“Nas escolas há pessoas de todo tipo. Há pais que levam os seus filhos numa Limosine, outros numa bicicleta e outros a pé. Uns trazem merenda agradável, outros razo-ável e outros- não trazem, isso, com o passar do tempo fomenta certas práticas anormais. Há muita pobreza, isso também contribui muito, porque numa escola onde todas as crianças são do mesmo nível social, não têm absolutamente nada, acho que dificilmente vamos encontrar assaltos, porque muitas vezes não há nada para assaltar”, esclareceu.

Para o psicólogo e docente universitário Félix Mizé, quando se fala em delinquência juvenil refere-se a uma infracção que é cometida por um jovem e não propria-mente de criminal idade, tendo realçado que os menores de idade não podem responder criminalmente- pelos seus actos.

“São vários factores psicológicos que podem fazer os jovens incorrer por esse caminho.

É preciso saber quem são os pais, que ambiente familiar têm, se há harmonia, depois vamos ver as interligações, que são os colegas das escolas, as amigas”, considerou. O Psicólogo realçou que os agressores, em casos como os descritos, gostam de ver o sofrimento das suas vítimas e que muitos se envolvem em conflitos para ganhar fama dentre- os colegas.

O álcool e o consumo de drogas foram apontados como estimulantes a delinquência.

“A tendência de poder praticar algum desporto para poder agredir as pessoas também é frequente entre os jovens, muitos gostam que outros miúdos dependam dele.... Porque tem muita força, daí cria a prepotência de começar a tirar as coisas, de começar a se apoderar daquilo que não lhe pertence e granjear o respeito e o medo dos seus colegas”, salientou.

O psicólogo chamou atenção dos filmes que as crianças e adolescentes assistem. “O ser humano pode ser tão fle-xível que só por começar a assistir filmes melancólicos, filmes de tragédia a tendência é também se comportar assim.

Quanto aos docentes, o psicólogo disse que podem contribuir como podem fomentar este mal. “Nem todo docente acha que o seu aluno tem alguma capacidade de assimilação, há aqui docentes que acha que o seu estudante não sabe nada, destratam os estudantes e isso pode ter um retorno”, considerou.

10.2 Escolas do Rangel e Kilamba Kiayi registam maior índice de delinquência

Angolense

De 30 de Outubro à 6 de Novembro

Segundo o Superintendente Chefe Jorge Bengue, portavoz da Polícia Nacional em Luanda, no II trimestre de 2010 a Brigada Escolar registou um total de trinta e quatro- crimes, sendo os municípios do Rangel e Kilamba Kiayi os mais afectados. “No Rangel registaram-se um total de dez crimes, furtos, agressões físicas e ofensas morais foram os mais frequentes. Os crimes foram praticados no IMIL e nas escolas 5007,5033 e 5004. Já no Kilamba Kiayi houve um total de seis crimes, praticados nos colégios particulares Ilumba e Ana Carolina, bem como nas escolas 6014 e 6020”, informou. O Oficial Superior da Polícia Nacional acrescentou que, mai9ri- tariamente, estão envolvidos jovens dos 10 a 16 anos.

Jorge Bengue falou, por outro lado, que a Brigada escolar foi criada em 2003, quando se verificava muita violência nos estabelecimentos escolares, que envolviam os estudantes e as escolas. Uma violência que acontecia da porta para dentro, bem como nas circunscrição da escola.

A Brigada Escolar desenvolve um trabalho em parceria coma Direcção Provincial da Educação, numa perspec- tiva de prevenção do crime, realizando acções de sensibi- lização da população estudantil. “Naquela altura havia alunos que levavam- facas, armas, consumiam de forma descontrolada álcool nos recintos escolares, utilizavam isso para ameaçar os colegas”, sublinhou. Jorge Bengue informou, em seguida, que depois da Brigada começar a funcionar, a situação inverteu-se, os jovens passaram a ganhar uma consciência diferente, no sentido de que sabiam que estava a ser controlados e optaram pelos bons comportamentos e passamos a ter escolas com menos violência, devido a um policiamento bem direcionado-. A Brigada escolar, segundo a fonte que temos vindo a citar, prima pelo aconselhamento. “Os pequenos casos são encaminhados- para o nosso gabinete que é especiali- zado para o aconselhamento,- onde são chamado os pais.

Se considerarmos uma situação mais grave, canalizamos o caso para o Julgado de Menores, desde que se trate de um menor de dezasseis anos. Os casos envolvendo jovens com idade igual ou superior aos dezasseis anos são tratados no fórum comum, desde que os factos sejam qualificados na lei como crime, visto que é a partir dos dezasseis que ganhamos a maioridade criminal”, explicou.

No final, o Comandante aconselhou os pais a prestarem mais atenção aos filhos. “Há pouco acompanhamento dos pais, da ideia que a escola é um depósito. Os pais devem arranjar tempo para conversar com os filhos e inteirar-se sobre o comportamento do filho nas escolas, isso por procurar os professores. Teremos mais segurança se tivermos maior envolvimento dos pais”, concluiu.

10.3 Cidadãos marcham por uma lei contra violência doméstica

Angolense

De 6 à 13 de Novembro de 2010

ANGOLENSE (ANG): *Que objectivos persegue a Plataforma com a realização da marcha?*

Verónica Sapalo (V.S.): A marcha se enquadra no âmbito dos 16 dias de activismos de luta contra a violência sobre a mulher, que está a ser realizada, a nível internacional e tem como objectivo a criação de um movimento feminino para a celebração da aprovação do anteprojecto de luta contra a violência doméstica e intra-familiar

ANG: *Qual é a importância de que o país tenha uma lei específica para o combate a violência doméstica?*

V.S.: Uma lei específica ajudará a regular uma situação concreta, especificamente sobre o tipo de crime e em função daquilo que estiver tipificado como crime de violência, a lei toma medidas de correcção ou punição em função da gravidade do crime.

ANG: A marcha acontece numa altura em que o Conselho de Ministros já aprovou o documento. A presença agora é para que seja rapidamente aprovado pelo Parlamento?

V.S.: Correcto, a pressão é, de facto, para o Parlamento, ANG: Quem a Plataforma quer reunir para a marcha?

V.S.: Todos os elementos da sociedade, homens e mulheres de todos os extractos sociais que se revêem na luta contra este mal que afecta a sociedade (a violência). Os homens também são chamados, com certeza. Não podemos continuar a jogar imparcialmente numa sociedade que é constituída por homens e mulheres. Por isso, chamamos homens e mulheres a partilharem conosco a preocupação em relação às pessoas vítimas da violência, isso faz parte das questões de género, no qual homens e mulheres participam no processo de desenvolvimento social.

ANG: *Com que parceiros contam?*

V.S.: Até ao preciso momento dos vários contactos feitos com a Coca Cola, empresas petrolíferas e agentes privados tivemos apenas o apoio financeiro da Fundação Open Society e Ministério do Comércio, que se prontificou a apoiar no que toca a meios consumíveis, pelo que aguardamos o parecer final. Isso mostra que a sociedade ainda não está preparada para apoiar acções de âmbito social, sobretudo aquilo que não gera rendimentos mas que ajuda a contribuir para a mudança de consciência.

ANG: *Onde os cidadãos interessados devem concentrar-se para partir?*

V.S.: A marcha está prevista a ser realizada no dia 08 de Novembro, a próxima segunda-feira, no período compreendido das 10 as 12 horas. O local de concentração é o largo primeiro de Maio, daí partiremos para o Parlamento.

Salientamos que teremos transporte da TURA e Macon, que irá apoiar as comunidades de Cacuaco, com a previsão de 450 mulheres, Viana com 300, Cazenga com 200 e Kilamba-kiaxi com 100 mulheres, no qual em cada localidade haverá transporte público para a recolha do pessoal até ao largo das escolas, daí as pessoas descerão dos autocarros e caminharão a pé, até nas imediações da universidade Lusíada, para, posteriormente, uma equipa levar a petição ao Parlamento. Estamos a fazer agenda dos locais onde os autocarros estarão em cada município. Da Mutamba vai haver transporte para o pessoal para as suas áreas de jurisdição municipal.

ANG: *Para além da aprovação de uma lei, normalmente, em Angola, o grande problema é a aplicação da lei. Já estão a pensar nesta questão?*

V.S.: Sim, estamos também a envidar esforços para mobilizar as instituições públicas como os órgãos judiciais, instituições privadas, organizações da sociedade civil que trabalham no sector e possam, de facto, partilhar as suas experiências e contribuir para a efectivação de todo este processo legal, que deve ser aplicado.

ANG: *Países como o Brasil e Moçambique têm lei específica sobre a questão, este facto vos incentiva, também, a clamar por uma lei para Angola?*

V.S.: Com certeza, para que os casos não sejam vistos apenas pelo código penal que trata, de forma genérica, as questões do crime. Pensamos que deve haver uma particularidade para com as vítimas de violência, é uma forma de ajudar a dirimir conflitos.

ANG: *O que diria, particularmente, a cada cidadão angolano, neste momento, para incentiva-los a participar da marcha?*

V.S.: Lute e participe você também como cidadão, partilhando esta campanha de advocacia social a favor

da aprovação do ante-projecto de lei sobre a violência doméstica- e intra-familiar que poderá ajudar muitas famílias- que vivem em conflito.

10.4 Fórum aborda papel da mulher rural na economia familiar

O Independente

6 de Novembro de 2010

O vice-governador do Zaire para área económica e social, Francisco Komba, enalteceu em Mbanza Kongo, o papel desempenhado pela mulher rural na economia familiar, contribuindo- desta feita para o combate à pobreza nas comunidades.

Ao intervir no VI fórum provincial da mulher rural, o governante disse esperar que as conclusões deste evento contribuam para as acções que o executivo-provincial espera implementar nos próximos tempos em prol desta franja da sociedade.

“Os temas aqui discutidos são de momento aqueles que mobilizam fundamentalmente a mulher rural para a gigantesca tarefa da reconstrução- nacional, sobretudo, para o combate à miséria e à pobreza”, sublinhou.

Por isso, Francisco Komba encorajou- a mulher rural para o seu maior engajamento nas tarefas que dizem respeito ao associativismo e cooperativas- agrícolas, bem como nas tarefas da alfabetização.

Durante dois dias, as participantes vão abordar matérias relacionadas ao associativismo e participação, o acesso aos serviços sociais básicos, o acesso aos recursos, produção, comercialização- e transformação.

Participam no evento que decorre sob lema “investir na mulher rural para desenvolver as suas comunidades” administradores municipais adjuntos, camponesas filiadas em associações- e cooperativas agrícolas e repre-sentantes municipais da direcção-provincial da família e promoção da mulher.

10.5 Cidadãos marcham por uma lei contra violência doméstica

Angolense

De 6 à 13 de Novembro de 2010

ANGOLENSE (ANG): *Que objectivos persegue a Plataforma com a realização da marcha?*

Verónica Sapalo (Y.S.): A marcha se enquadra no âmbito dos 16 dias de activismos- de luta contra a violência- sobre a mulher, que está a ser realizada, a nível internacional- e tem como objectivo a criação de um movimento femi-nino para a congratulação- da aprovação do anteprojecto- de luta contra a violência- doméstica e intrafamiliar-

ANG: *Qual é a importância de que o país tenha uma lei específica para o combate a violência doméstica?*

V.S.: Uma lei específica ajudará- a regular uma situação concreta, especificamente sobre o tipo de crime e em função daquilo que estiver tipificado como crime de violência, a lei toma medidas de correcção ou punição em função da gravidade do crime-.

ANG: *A marcha acontece numa altura em que o Conselho-de Ministros já aprovou o documento. A pressão- agora é para que seja rapidamente- aprovado pelo Parlamento?*

V.S.: Correcto, a pressão é, de facto, para o Parlamento,

ANG: *Quem a Plataforma quer reunir para a marcha?*

V.S.: Todos os elementos da sociedade, homens e mulheres de todos os extractos sociais- que se revêem na luta contra este mal que afecta a sociedade (a violência). Os homens também são chamados,- com certeza. Não podemos- continuar a jogar imparcialmente- - numa sociedade- que é constituída por homens e mulheres. Por isso, chamamos homens e mulheres- a partilharem connosco- a preocupação em relação- as pessoas vítimas da violência, isso faz parte das questões de género, no qual homens e mulheres participam- no processo de desenvolvimento social.

ANG: *Com que parceiros contam?*

V.S.: Até ao preciso momento- dos vários contactos feitos com a Coca Cola, empresas petrolíferas e agentes privados tivemos apenas o apoio financeiro da Fundação Open Society e Ministério do Comércio, que se prouti- ficou a apoiar no que toca a meios consumíveis, pelo que aguardamos o parecer final. Isso mostra que a sociedade ainda não está preparada para- apoiar acções de âmbito social, sobretudo aquilo que não gera rendimentos mas que ajuda a contribuir para a mudança de consciência.

ANG: *Onde os cidadãos interessados- devem concentrar--se para partir?*

V.S.: A marcha está prevista a ser realizada no dia 08 de Novembro, a próxima segunda-feira, no período compreendido das 10 as 12 horas. O local de concentração é o largo primeiro de Maio, daí partiremos para o Parlamento. Salientamos que teremos transporte da TURA e Macon,- que irá apoiar as comunidades- de Cacucaco, com a previsão de 450 mulheres, Viana com 300, Cazenga com 200 e Kilamba-kiaxi com 100 mulhe-res, no qual em cada localidade haverá transporte público para a recolha do pessoal até ao largo das escolas, daí as pessoas-descerão dos autocarros e caminharão a pé, até nas imediações da universidade Lusíada, para, posteriormente, uma equipa levar a petição ao Parlamento. Estamos a fazer agenda dos locais onde os autocarros estarão em cada município. Da Mutamba- vai haver transporte para o pessoal para as suas áreas de jurisdição municipal-

ANG: *Para além da aprovação de uma lei, normalmente,- em Angola, o grande problema é a aplicação da lei. Já estão a pensar nesta questão?*

V.S.: Sim, estamos também a envidar esforços para mobilizar as instituições públicas como os órgãos judiciais, instituições privadas, organizações- da sociedade civil que trabalham no sector e possam,- de facto, partilhar as suas experiências e contribuir- para a efectivação de todo- este processo legal, que deve ser aplicado.

ANG: *Países como o Brasil e Moçambique têm lei espe- cífica sobre a questão, este facto vos incentiva, também,- a clamar por uma lei para Angola?*

V.S.: Com certeza, para que os casos não sejam vistos apenas pelo código penal que trata, de forma genérica, as questões do crime. Pensamos- que deve haver uma particularidade para com as vítimas de violência, é uma forma de ajudar a dirimir conflitos.

ANG: *O que diria, particularmente,- a cada cidadão angolano, neste momento, para incentiva-los a participar- da marcha?*

V.S.: Lute e participe você também como cidadão, par- tilhando esta campanha de advocacia social a favor da aprovação do ante-projecto de lei sobre a violência doméstica- e intra-familiar que poderá ajudar muitas famílias- que vivem em conflito.

10.6 Aberta campanha par mobilizar activistas contra violência no género na vila do Andulo

Jornal de Angola

26 de Novembro de 2010

Palestras, acções de limpeza e saneamento básico em várias regiões- do Andulo marcam a campanha- dos 16 dias de activismo contra- a violência no género, iniciada, ontem, naquele município, por iniciativa- da Organização da Mulher Angolana (OMA).

A campanha, a decorrer sob o lema- “Direitos da mulher, direitos humanos- para todos”, disse Antónia Arão, responsável da Família e Promoção- da Mulher na administração municipal, é dirigida a toda a comunidade, mas especialmente às mulheres- das Forças Armadas Angolanas- e da Polícia Nacional. A importância- da mulher na sociedade e a violência no género são temas predominantes- nas mensagens a serem transmitidas durante as palestras, salientou o responsável dos Serviços- Sociais da administração municipal,- Jerónimo Chivala A transmissão dos conteúdos da Constituição da República de Angola- e a promoção da mulher também- constam entre os temas a serem- retratados na campanha que termina em 10 de Dezembro.

10.7 Aumenta o número de alunas engravidadas pelos professores

Agora

6 de Novembro de 2010

Envolver-se em algo “proibido” são as fortes emoções que fazem com que o professor seja uma das figuras mais atraentes para as alunas e vice-versa

Tal como AGORA publicou na edição de 8 de Maio, nos dias de hoje o número de relações amorosas entre docentes e alunas nas escolas da capital continuam a aumentar, existindo casos que resultaram em casamento, enquanto outro transformaram-- se em desilusão e ódio, derivada do convívio de classes sociais, valores culturais e objectivos- diferentes.

Dada a sua intensidade os estudantes- podem, por vezes, confundir- os sentimentos que se estabelecem. A paixão despertada pelos docentes em adolescentes e jovens é mais comum.

Esta atracção recíproca entre professores e alunas e vice--versa pode estimular a dedicar-se mais ou menos às matérias leccionadas ou, ao contrário, acarretar proble- mas de concentração indisciplina dentro e fora da sala de aulas.

Este cenário está a causar insegurança- entre os encarregados de educação, que pensam intimar o Ministério da Educação e o governo- provincial de Luanda.

A situação agrava- se, na medida- em que se aproxima o término do ano lectivo, professores chegando--se ao extremo de envolver--se sexualmente com menores de idade a troco de notas positivas- para a passagem para outro nível académico.

No Cazenga, na escola do 1” ciclo- n” 7015, também conhecida por Kimakieza, por exemplo, assiste--se a cenas apenas vistas em novelas com professores e alunas a beijaram-se no pátio com toda a naturalidade, como se nada estivesse- a acontecer.

O caso mais chocante envolveu uma menina de 15 anos, estudante da 7a classe, que se encontra grávida do seu professor, de 27 anos. Este alega que irá assumir as res- ponsabilidades, tanto da, futura esposa como do bebé.

“Eu gosto dela. Namoramos há dois anos, vou-me responsabilizar”,- confessou o docente, preferindo- o anonimato.

Casos do género já não constitui- novidade, o que mais preocupa- é o aumento de adolescentes na pele de mãe prematura resultante- do destes envolvimento, acaba- bando muito delas foram abandonadas. No caso de uma ex-estudante do colégio Estrelinha- do Futuro que, igualmente, no ano passado, ficou grávida do professor, não tendo sido assumida-.

Em 2008, no Golfe 1, uma professora- da 8a classe, de 30 anos, ficou concebida do seu aluno de 19 anos, mas por pressão da família- e colegas ela teve que abortar- e foi expulsa da escola.

O técnico do gabinete da vice ministra da Educação sublinhou que estão a trabalhar para pôr fim ao envol-vimento entre alunos e professores nas escolas públicas e privadas.

“O professor é considerado como sendo o segundo pai e o grande agente da socialização, por isso não se deve envolver-se com alunas. Logo ele perde o controlo e autoridade sobre a turma”.

Adilson Ferreira frisou que o Ministério em conjunto com a direcção- provincial da Educação e as repartições municipais continua- a realizar palestras e seminários- de capa citação onde são dadas a conhecer as normas de conduta social pelas quais o docente- se deve pautar perante à escola- e a sociedade.

“Conversar sem preconceito com alunos sobre temas actuais’ da sociedade, ajud”a muito uma relação salutar”, sublinhou.

Por seu turno, sociólogo Pedro de Castro Maria disse ser um dos grandes males que vai crescendo a cada dia que passa, este os encarregados- de educação e cientistas- sociais.

“Aqui o sociólogo é chamado a desempenhar estudos sobre este fenómeno praticado entre professores e alunas. O ser humano- é tentado, sugiro que situações- como estas deve-se evitar o mais possível”.

Enquanto isso as direcções das escolas se mantêm num silêncio sepulcral como se nada estivesse a acontecer. As escolas e institutos- como o 17 de Dezembro (Calemba),- Garcia Neto (Maianga), Instituto Médio de Economia do Kilamba Kiayi (Neves Bendinha), de Economia de Luanda, Pascoal Luvualu (Palanca), Njinga Mbande,- 1” de Maio e Ngola Kiluanje, são os estabelecimentos de ensino- que registam maiores casos de relacionamentos afectivos entre docentes e estudantes.

Estatísticas não oficiais apontam- que quase 40 a 60% das alunas- mantêm relações amorosas com docentes onde os principais pretendidos são os professores de edu-cação física, química e matemática-.

10.8 Comunidades condenam a poligamia

Angolense

De 06 à 13 de Novembro de 2010

Esta foi uma das preocupações dos participantes do primeiro encontro comunitário para debater a questão da violência doméstica, realizado,- recentemente, no município de Caibambo, uma iniciativa do Fórum de Mulheres para Igualdade no Género (FMJIG) no quadro da campanha “desafiando o silêncio: os meios de comunicação- contra a violência sobre a mulher”.

Convidados a abordar a problemática da violência doméstica no município de Kalandula, os cerca de 40 populares (incluindo representantes- de Fórum de

Mulheres- de Kalandula e autoridades- tradicionais), que estiveram- na sala de reunião da administração do referido município, apontaram a poligamia- como a princi-pal causa dos actos de violência que ali são registados.

Na senda do debate os presentes sugeriram uma ampla discussão do problema- visto que entendem que a poliga-mia gera conflitos no lar, que muitas vezes descambam- em violência.

Esta semana, a 03 de Novembro, a equipa do Fórum- de Mulheres Jornalistas para a Igualdade no Género, diri-gida pela sua Coordenadora- Josefa Lamberga, voltou- a Malange, para a capital da província, onde animaram uma concorrida mesa redonda para debater a questão da violência doméstica. No referido encontro, que contou com representantes do Fórum de Mulheres de Kalandula, foram abordados também problemas levan-tados durante o encontro comunitário realizado em Kalandula.

Depois da província de Malange a equipa do FMJIG- partiu para o município de Caibambo para, mais uma vez, saber junto das comunidades- a causa dos casos de violência doméstica que se registam na referida locali-dade e recolher propostas de solução para o problema.

O encontro comunitário de Caibambo foi bastante concorrido e contou com a presença de representantes da administração local e da Direcção Provincial do Ministério da Família e Promoção da Mulher. Mais uma vez, a poligamia foi apontada como uma das causas. As dificuldades económicas enfrentadas pelas famílias também- foram apontadas como estando na base dos casos registados- naquela localidade.

Nos referidos municípios os participantes compromete-ram-se a continuar a abordar o problema, criando um espaço de diálogo que permita inverter o quadro. Para ter uma ideia da dimensão- do problema, segundo dados revelados pela direcção- local da Família e Promoção- da Mulher desde o início do ano até este mês foram- regis-tados mais de 700 casos de violência doméstica. Na ocasião, a responsável mostrou preocupação com o facto de muitos pais negarem-se a assumir a paternidade dos filhos e consequentemente- deixam de contribuir- para o sustento das crianças.

Ao longo deste mês o FMJIG vai continuar a realizar- uma série de acções um pouco por rodo o país, visando- o combate a violência doméstica. Importa realçar que a referida organização trabalha- intensamente, desde Dezembro de 2008, numa ampla campanha mediática de combate ao problema.

10.9 Polícia Nacional perde controlo do Sambizanga

Folha 8

6 de Novembro de 2010

Na edição passada publicamos- um artigo com o título “Impotência da Policia Nacional Cazenga e Sambizanga tornam-se um inferno” onde reportamos na íntegra os assaltos e assassinatos ocorridos naquelas circunscrições. Para elucidar os nossos leitores sobre o terror e a inca-pacidade da Policia Nacional em actuar naqueles muni-cípios, percorremos os bairros do Sambizanga onde constatamos o assassinato da anciã Teresa Francisco- Lourenço de 75 anos de idade, na madrugada do dia 29 de Outubro do corrente ano.

Segundo apurou o F8, a mesma foi violada e espancada brutalmente por indivíduos até aqui não identificados. O infortúnio ocorreu no bairro Nguanhã- a 30 metros da Comarca Central de Luanda (CCL) e, a 15 metros de uma esquadra móvel da Polícia Nacional. Teresa Lourenço vivia sozinha numa casa cedida pelos filhos, onde foi encontrada morta no Domingo 31 com vários ferimentos no corpo. De acordo com os netos, a mesma pensava não ser incómodo para ninguém e trabalhava-para o seu próprio sustento. “Ela vivia sozinha, mas todos os sábados- dormia em nossa casa para domingo- ir a Igreja e, ela não apareceu por isto achamos por bem procurá-la e a encontramos já morta” contou a neta inconsolada.

Para os familiares da anciã, é um absurdo- os vizinhos da mesma não terem- ouvido nada, filhos e netos acham que este incidente foi perpetrado pelos- BUNITO Squad um grupo de jovens que tem feito assaltos e violações as estudantes que passam as noites naquele local.

“Mas é complicado entender como a polícia que está à 10 ou 15 metros não puderam ouvir nada” lamentou Cândido Pedro, neto de Teresa Lourenço-.

O mesmo acredita que a polícia não tem estado bastante interventiva e que tem trabalhado muito pouco para acudir a demanda.

Desejo dos mais próximos

A anciã foi sepultada no dia 4 de Novembro do corrente e os filhos desejam que se faça justiça. Os habitantes- do mesmo bairro solicitam uma melhor intervenção por parte da Polícia Nacional.

Comentários

Coisas como estas não são inéditas no Sambizanga, mas de um tempo à esta parte, factos como este recrudesceram. Depois da transladação do mercado Roque Santeiro para um outro município, as agressões e violações cresceram significativamente e os agentes da polícia não conseguem manter a ordem.

Familiares culpam a Polícia Nacional

Pedro Teotónio foi encontrado a zona da Mutamba, junto as Edições Novembro a vender jornais como o faz no seu quotidiano,- quando pelas 8 horas se viu rodeado por seis supostos agentes da Polícia Nacional, vestidos a civil, que o interpelaram. “Sabes o que fizeste? Perguntaram agentes, sem no entanto terem se identifi-cado: Não, respondeu Pedro Teotónio. Acompanha-nos, ordenaram- os agentes.

Ao chegar ao) Posto Policial da Marginal, Pedro Teotónio, foi informado que tinha roubado uma motori-zada, para horas depois ser transferido para a 2” esquadra policial da l”Divisão, do Bairro Operário. Os familiares afirmam estarem espantados com a situação, susten-tando nunca terem visto Teotónio em situação igual, dado o seu moderado comportamento. Contactado pelo F8, o proprietário da motorizada, também identificado como Pedro, disse Pipom ter as características que lhe foram fornecidas. O ladrão é de boa compleição física, de pele escura, tem um sinal na parte superior do lábio e usa capacete azul. Questionado se já confirmou as mesmas características, o acusador afirmou negativa-mente. “Também- não sei se retiro a queixa ou não, mas as características que deram são estas”, disse. “Confirmo o meu irmão ter algumas destas características, mas não tem sinal na parte superior dos lábios, tem nas sobrance-lhas, disse Florindo Teotónio, irmão do acusado.

Florindo Teotónio, disse ainda ter mostrado- a fotografia do acusado às duas pessoas que forneceram as caracte-rísticas do ladrão, um vendedor ambulante de refrige-rantes, que disse terem sido dois ladrões, um dos quais é lavador de viatura-. Um segurança que disse ter sido um individuo. Os dois negaram, entretanto, ser o acusado. “Eu fui até as duas pessoas que forneceram- as caracte-rísticas para ver se confirmam,- mas afirmaram não ser”, disse, acrescentando que, segundo testemunhas,- o suposto ladrão foi visto na mesma zona, sem no entanto ter sido apanhado, devido ao medo de sofrer retaliação por isso. “Pipom nunca esteve envolvido em roubo. Diariamente vende jornal de Angola- e aos fins-de--semana vende jornais privados”

O F8 confirmou junto da 2” esquadra do Bairro Operário a detenção de Pedro Teotónio, mas soube que o processo foi encaminhado ao Posto Policial da Mar- ginal. Desta esquadra, soube o F8, o processo- de Pipom, com o número 8479/10 deu entrada na Procuradoria-geral da República no dia 3 deste mês, que prom- ete pronunciar-se brevemente. Contactada pelo F8, a Polícia, acusada de prender sem provas, afirmou não ser de sua competência soltar, mas deter. Se fosse engano não estaria aqui há uma semana, sairia até antes de 48 horas. A motorizada, que foi roubada no dia 21 do mesmo mês, tem a chapa de matrícula N° 3G2979409 e com o sinal do GPL 93653. Os familiares afirmam não saberem o paradeiro- da motorizada do acusado, com a

qual foi encontrado. Já mesma motorizada- estão de entre outros documentos do acusado, o Bilhete de Identidade, Passaporte, Carta de Condução. Voltaremos-

10.10 CEFOJOR capacita jornalistas sobre violência na sociedade

Jornal de Angola
10 de Novembro de 2010

Os jornalistas de vários órgãos de comunicação social da província- de Benguela começam a ser capacitados, na próxima segunda-feira, sobre violência na sociedade,- numa iniciativa do Centro- de Formação de Jornalistas (CEFOJOR).

Segundo uma nota do CEFOJOR- a que o Jornal de Angola teve acesso, o seminário, a decorrer de] 11 a 16 de Outubro, vai servir também para a realização de várias acções- de refrescamento técnico-profissional dos jornalistas locais de imprensa, rádio e televisão.

A acção formativa e informativa,- refere a nota, tem como objectivo sensibilizar a sociedade angolana, em particu- lar a classe jornalística benguelense, para a prevenção da violência, apelando para as mudança de práticas e comportamentos. O evento, acrescenta o documento, visa também capacitar os jornalistas em torno de um c e melhor tratamento jornalístico sobre a problemática da violência.

O CEFOJOR vai igualmente realizar acções de forma- ção e superação técnico -profissional oficina por um jornalismo melhor), de 12 a 16, com a participação- dos jornalistas Albi Carlos,- Amílcar Xavier, Isidro Sanhanga,- Patrício Cambuandi e Isaías Afonso, Edna Ndjolela Jerónimo, Carlos Pimentel, Jaime Azulay, por forma a nivelar por todas competências dos participantes para os desafios do futuro da comunicação e da globalização.

Fim de seminário

Hoje, termina nas instalações do CEFOJOR, em Luanda, o seminário- de formação e superação de 35 jornalistas das províncias do Uíge, Huambo e Kuando-Kubango, que decorria desde o passado dia 18 Setembro do ano em curso.

A actividade formativa contemplou profissionais provenientes d Televisão Pública de Angola(TPA), Rádio Nacional de Angola(RNA), Angop e Jornal de Angola: assim como funcionários das d reacções provinciais da comunicação social, juntando-se um grupo de profissio- nais da imprensa privada e estudantes universitário de jornalismo. De carácter intensivo e teórico-prático, a acção formativa contou com o concurso de professores angolanos, e quando seniores dos sector, compreendo as áreas de televisão, rádio e imprensa, tendo os formados testado os seus conhecimentos em acções job na RNA, TPA, ANGOP e Jornal de Angola.

Os jornalistas, em mensagem, agradeceram os esforços do Ministério da Comunicação Social e do CEFOJOR, por lhes ter brindando com ferramenta que vão permitir melhorar a qualidade da prestação do serviço de infor- mar, formar e recrear as populações

10.11 Seitas que acusam crianças devem ser levadas a justiça

Jornal de Angola
10 de Novembro de 2010

o fundador e líder da Igreja Profética- Vencedora no Mundo, profeta- Enoque, defendeu, na quinta- feira,- em Luanda que o Executivo deve- penalizar severamente as seitas religiosas que acusam crianças de serem feiticeiras. O líder religioso, que defendeu esta posição quando falava à imprensa- a propósito da sua participação- num encon- tro denominado Tribuna- Livre das Igrejas Africanas, que se realiza na próxima semana, em Joanesburgo, disse que as seitas que pautam o comportamento por atitudes destas “devem parar porque- o objectivo princi- pal das igrejas- é a pacificação dos espíritos”.

“Pretendemos erradicar este mal porque agora há muitos casos de crianças acusadas de feitiçaria e de idosos expul- sos do seio das famílias”, afirmou. O líder religioso- pro- meteu que vai “trabalhar arduamente junto de outras congregações- religiosas para tentar encontrar uma pla- taforma de consenso- para combater o mal”. Qualquer- líder espiritual ou curandeiro que invente histórias de crianças feiticeiras, frisou, deve ser denunciado- e respon- sabilizado pelos danos- morais causados.

A Igreja Profética Vencedora do Mundo, fundada em Julho de 1980, foi reconhecida oficialmente pelo decreto n ° 23 de 10 de Agosto de 1994.

10.12 O futuro que se afogo num copo de álcool

O independente
11 de Novembro de 2010

Era meio-dia de quarta-feira no bairro Dangereux. Para nosso espanto, crianças e adolescentes, aglomerados numa cantina, usufruíam de cerveja, vinho e whisky empacotado. As razões, pareciam sobejamente conheci- das: a insuficiência de escolas, emprego, lugares de lazer, entre outros...

A nossa reportagem soube que aquelas crianças e ado- lescentes também fazem uso de drogas como a cocaína, haxixe e liamba.

Na zona do Dangereux, vulgo “Ponte do Camorteiro”, centenas- de crianças e adolescentes- de ambos os sexos usam e abusam das drogas, do álcool e também da prostituição.

Este facto é só um exemplo daquilo que acontece em diversos pontos da capital do país.

Normalmente, estes casos acarretam- consequências nefastas para o futuro da juventude e dos adolescentes que, embrenhados neste estilo de vida, furtam-se às aulas, ao convívio familiar e à convivência social normal. Embora já se tenha aprovado uma Lei que proíbe a venda de bebidas alcoólicas a crianças menores de 18 anos, continua a haver uma certa conivência- dos pais e encarregados de educação, que não denunciam esta prática às autoridades afins.

A excessiva liberdade aos menores na compra, venda e consumo de bebidas- alcoólicas, acarreta consigo outras consequências, ao ponto dos mesmos, quando sedentos, já não escolherem o local para” saciar a sede”.

João Lelo”Lelinho” para os amigos,- um menino de aproximadamente 13 anos, questionado pela nossa reportagem, disse que não se lembra há quanto tempo, exactamente, começou a beber. Lembra-se apenas que já lá vai muito tempo.

O estado normal de Lelinho é de embriagues. Contam os vizinhos que horas antes da nossa reportagem chegar, Lelinho ameaçara dar porrada a um parente seu, por este se ter recusado- a dar-lhe alguns trocados para desbendar entenda-se conviver com amigos numa maratona.

Os vizinhos lembram ainda que foi o

Próprio pai, Daniel Manuel, quem “baptizou” o seu filho no copo. “Sempre- que estivesse a beber, dava-lhe um gole de cerveja ou de vinho. Dizia ele que por ser o seu único rapaz, tinha de merecer muita acção”.

O exemplo do mais velho Daniel, que se acredita não ser o único, ajusta-se assim ao seguinte provérbio: “Quem semeia vento, colhe tempestades”.

É por esta razão que a crescente onda de violência praticada por” adolescentes- suicidas nos bairros periféricos- de Luanda, termina muitas vezes em tragédias. Por outro lado, a má educação obtida pelos encarregados de educação, resulta da má educação obtida a partir do berço. Associado a tudo isto, há a carência de instituições escolares, que se faz sentir um pouco por todos os bairros da periferia, o que pode estar na base da degradação moral das crianças e adolescentes. Outrossim, os órgãos afins devem levar a peito medidas preventivas que desencorajem os vendedores de bebidas alcoólicas a atender menores de idade, sob pena de assistirem ao encerramento dos seus estabelecimentos comerciais

10.13 Polícias prendem mulheres com violência

Folha 8

13 de Novembro de 2010

Dados recolhidos junto da coordenadora da PMA (Plataforma de Mulheres em Acção), senhora Verónica

Sapalo, dão conta que, no dia 8 de Novembro de 2010, a Polícia de Ordem Pública impediu, com violência, a realização de uma marcha pacífica promovida pela PMA.

Mais de mil mulheres representantes de várias igrejas, de organizações da sociedade Civil e de estratos sociais, idas dos municípios de Kilamba Kiaxi, Cacucaco, Viana, Cazenga, Maianga, Samba, Ingombotas, Mutamba, viram gorados os seus objectivos, de fazer o uso de um dos direitos inalienáveis do cidadão em democracia, como é o de manifestação-. A Polícia, pouco habituada com estes exercícios democráticos, fez uso do mais fácil, mecanismos de repressão.

A marcha visava congregar uma moldura humana feminina considerável- para congratular a aprovação- pelo Conselho de Ministros da Lei sobre a Violência Doméstica e, conseqüentemente, pedir a sua aprovação desta feita pela Assembleia- Nacional.

Para o seu sucesso, os organizadores- seguiram a risca os trâmites legais, prevendo já este tipo de empecilho-. Encontros com vários actores- da sociedade civil, instituições públicas e igrejas foram realizados; outro encontro na sala de reuniões do anfiteatro do Ministério do Comércio- no dia 1 de Outubro 2010, com representantes de várias instituições- públicas, Associação das Mulheres Polícias, Secretaria de Estado para o Desenvolvimento Rural, ONGs, Associação de Mulheres- Jornalistas e Mulheres das Organizações da Sociedade Civil, para dar a conhecer a intenção da PMA e, em conjunto, planificarem a realização da Marcha.

Seguidamente, fizeram várias de marches, no sentido de se contactar o Governo Provincial de Luanda. A pro-posito, foi solicitada uma audiência- a sua Ex.^a senhora governadora de Luanda, a quem enviaram o termo- de referência. Em substituição da governadora, disponibilizou-se a vice-governadora de Luanda que manifestou o interesse de apoiar a actividade, enviando o termo de referência à Direcção Provincial da Família, com uma observação. Mesmos passos foram dados no Parlamento,- mais propriamente com a presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares. Para se certificarem- do asssegu-ramento, uma carta foi endereçada ao Comando-Geral da Polícia que respondeu positivamente-. O encontro foi marcado para o dia 8, segunda-feira, pois o objectivo- era o de se fazer a entrega de uma petição no Parlamento.

Logo pela manhã, as disposições foram tomadas, a marcha mal deu os seus primeiros passos e ante a estu-pefacção de todo o mundo, alguns- polícias surgiram e puseram-se a brutalizar os manifestantes, prenderam- 5, dos quais quatro senhoras da direcção da PMA e um activista da OPEN SOCIETY.

Os cidadãos molestados ficaram abalados, profundamente lesados, porque estão cientes de que não só não acometeram, como a indignação- se torna maior quando estavam certos de que as autoridades tinham- os porme-

nores da marcha e até anuíram a sua realização. Apesar de tudo, uma vez amainados- os ânimos, sem dei-xarem de protestar contra esta atitude antidemocrática,- altamente condenável,- já entabularam contactos com o Governo de Luanda na pessoa de sua Ex.^a Francisca do Espírito Santo que apoiou gesto igual, foi demons-trado por outras personalidades mais iluminadas,- caso da Ministra da Família,- o responsável do Comércio e o da saúde que cedeu uma ambulância. Eles preocu-param-se com a sorte dos detidos e prestaram algumas declarações.

10.14 Conciliação entre trabalho e família em debate.

Terra angolana

De 11 à 27 de Novembro de 2010

O Projecto “Igualdade do género no mundo do tra- balho”, organizou no dia 5 do corrente mês, em Luanda, um Workshop sobre Igualdade do Género,- a Conciliação entre o trabalho e a família e o papel das Empresas.

Orientado por Márcia Vasconcelos,- coordenadora do programa de promoção da Igualdade de Género- da OIT no Brasil, começou o tema, dando um breve historial sobre- a OIT, e os programas que são desenvolvidos naquele país.

Desde a sua fundação, em 1919, a Organização Internacional do Trabalho- (OIT) formula, adopta e supef\l- siona a aplicação das normas internacionais do trabalho para garantir- um trabalho decente para homens- e mulheres.

São tratados internacionais que tomam a forma de con-venções e recomendações, elaborados a partir de um consenso.

Para Márcia Vasconcelos, a abordagem- da OIT sobre a promoção da igualdade entre homens e mulheres- apresenta duas fases. No período que se estende da fundação da Organização até a década de 1950, a estratégia adop-tada teve como- foco a protecção às mulheres trabalha-doras, destacando -se a protecção- a sua saúde, especial-mente em função da maternidade.

Num segundo momento, a partir- de1951, os instru- mentos normativos- passaram a centrar-se na noção de igualdade de oportunidades- e tratamento, enfatizando não apenas os aspectos de protecção às mulheres traba- ladoras em função de suas especificidades, basicamente- no que se refere à sua função re-produtiva, mas também a promoção concreta da igualdade e oportunidades- e tratamento no acesso ao emprego e à formação profissional, bem como nas oportunidades de progressão funcional. Segundo disse, a Convenção n.º 156 traz importantes orientações para- a elaboração de políticas nacionais- que contribuam para uma compatibilização- satisfatória dos

trabalhos- remunerados e não-remunerados, que promo-vam o compartilhar de responsabilidades entre homens e mulheres, bem como a igualdade de oportunidades e não discriminação- de trabalhadores e trabalhadoras- com responsabilidades familiares-. Além disso, coloca a necessidade- de serem adopta-das medidas que levem em consideração as necessi- dades deste grupo de trabalhadores/as,- incluindo o desenvolvimento- de serviços comunitários, públicos- e privados de assistência à infância- e às famílias. Também encontra-se em discussão,- no âmbito da OIT, a possibilidade- de adopção de um tratado internacional- sobre o trabalho doméstico-. O trabalho doméstico é uma profissão exercida basicamente por mulheres e se caracteriza pela invisibilidade,- desvalorização e baixa regulamentação,- apresentando um conjunto de aspectos que a distanciam- do conceito de trabalho decente-.

Márcia disse ainda que a centralidade- da questão do tra- balho doméstico- para a igualdade de oportunidades- e tratamento e as discussões- na Conferência Internacional do Trabalho de 2010, é um tema que apresenta grandes desafios do ponto de vista da acção pública e da organi-zação de actores sociais.

Sua complexidade é colocada em função de suas caracte- rísticas peculiares, de seu papel na estruturação- do mercado de trabalho, bem como de seu entrelaçamento com aspectos fundamentais da organização- social e das desigualdades de género e raça, como a divisão sexual- do trabalho e a desvalorização do trabalho reprodutivo. A sessão dos trabalhos terminou com uma sessão de filme, apresentado- pela Assessora de Imprensa da OIT no Brasil, Sátira Machado, retratando- o trabalho domés- tico nalguns- países, questão que deixaram emocionados os jornalistas presentes-.

É de salientar que o Projecto criado em Março de 2010, tem a coordenação do.MAPSS, e parcerias- com o Ministério da Família e Promoção da Mulher e o Fórum de Mulheres jornalistas para a Igualdade- no género.

10.15 O futuro que se afogo num copo de álcool

O independente

11 de Novembro de 2010

Era meio-dia de quarta-feira no bairro Dangereux. Para nosso espanto, crianças e adolescentes, aglomerados numa cantina, usufruíam de cerveja, vinho e whisky empacotado. As razões, pareciam sobejamente conheci-das: a insuficiência de escolas, emprego, lugares de lazer, entre outros...

A nossa reportagem soube que aquelas crianças e ado- lescentes também fazem uso de drogas como a cocaína, haxixe e liamba.

Na zona do Dangereux, vulgo “Ponte do Camorteiro”, centenas- de crianças e adolescentes- de ambos os sexos usam e abusam das drogas, do álcool e também da prostituição.

Este facto é só um exemplo daquilo que acontece em diversos pontos da capital do país.

Normalmente, estes casos acarretam- consequências nefastas para o futuro da juventude e dos adolescentes que, embrenhados neste estilo de vida, furtam-se às aulas, ao convívio familiar e à convivência social normal. Embora já se tenha aprovado uma Lei que proíbe a venda de bebidas alcoólicas a crianças menores de 18 anos, continua a haver uma certa conivência- dos pais e encarregados de educação, que não denunciam esta prática às autoridades afins.

A excessiva liberdade aos menores na compra, venda e consumo de bebidas- alcoólicas, acarreta consigo outras consequências, ao ponto dos mesmos, quando sedentos, já não escolherem o local para” saciar a sede”.

João Lelo “Lelinho” para os amigos,- um menino de aproximadamente 13 anos, questionado pela nossa reportagem,- disse que não se lembra há quanto tempo, exactamente, começou a beber. Lembra-se apenas que já lá vai muito tempo.

O estado normal de Lelinho é de embriaguez. Contam os vizinhos que horas antes da nossa reportagem chegar, Lelinho ameaçara dar porrada a um parente seu, por este se ter recusado- a dar-lhe alguns trocados para desbundar entenda-se conviver com amigos numa maratona.

Os vizinhos lembram ainda que foi o

Próprio pai, Daniel Manuel, quem “baptizou” o seu filho no copo. “Sempre- que estivesse a beber, dava-lhe um gole de cerveja ou de vinho. Dizia ele que por ser o seu único rapaz, tinha de merecer muita acção”. O exemplo do mais velho Daniel, que se acredita não ser o único, ajusta-se assim ao seguinte provérbio: “Quem semeia vento, colhe tempestades”.

É por esta razão que a crescente onda de violência praticada por” adolescentes- suicidas nos bairros periféricos- de Luanda, termina muitas vezes em tragédias. Por outro lado, a má educação obtida pelos encarregados de educação, resulta da má educação obtida a partir do berço. Associado a tudo isto, há a carência de instituições escolares, que se faz sentir um pouco por todos os bairros da periferia, o que pode estar na base da degradação moral das crianças e adolescentes. Outrossim, os órgãos afins devem levar a peito medidas preventivas que desencorajem os vendedores de bebidas alcoólicas a atender menores de idade, sob pena de assistirem ao encerramento dos seus estabelecimentos comerciais

10.16 Polícias prendem mulheres com violência

Folha 8

13 de Novembro de 2010

Dados recolhidos junto da coordenadora da PMA (Plataforma de Mulheres em Acção), senhora Verónica Sapalo, dão conta que, no dia 8 de Novembro de 2010, a Polícia de Ordem Pública impediu, com violência, a realização de uma marcha pacífica promovida pela PMA.

Mais de mil mulheres representantes de várias igrejas, de organizações da sociedade Civil e de estratos sociais, idas dos municípios de Kilamba Kiaxi, Cacucaco, Viana, Cazenga, Maianga, Samba, Ingombotas, Mutamba, viram gorados os seus objectivos, de fazer o uso de um dos direitos inalienáveis do cidadão em democracia, como é o de manifestação-. A Polícia, pouco habituada com estes exercícios democráticos, fez uso do mais fácil, mecanismos de repressão.

A marcha visava congregar uma moldura humana feminina considerável- para congratular a aprovação- pelo Conselho de Ministros da Lei sobre a Violência Doméstica e, conseqüentemente, pedir a sua aprovação desta feita pela Assembleia- Nacional.

Para o seu sucesso, os organizadores- seguiram a risca os trâmites legais, prevendo já este tipo de empecilho-. Encontros com vários actores- da sociedade civil, instituições públicas e igrejas foram realizados; outro encontro na sala de reuniões do anfiteatro do Ministério do Comércio- no dia 1 de Outubro 2010, com representantes de várias instituições- públicas, Associação das Mulheres Polícias, Secretaria de Estado para o Desenvolvimento Rural, ONGs, Associação de Mulheres- Jornalistas e Mulheres das Organizações da Sociedade Civil, para dar a conhecer a intenção da PMA e, em conjunto, planificarem a realização da Marcha.

Seguidamente, fizeram várias de marches, no sentido de se contactar o Governo Provincial de Luanda. A pro-pósito, foi solicitada uma audiência- a sua Ex.^a senhora governadora de Luanda, a quem enviaram o termo- de referência. Em substituição da governadora, disponibilizou-se a vice-governadora de Luanda que manifestou o interesse de apoiar a actividade, enviando o termo de referência à Direcção Provincial da Família, com uma observação. Mesmos passos foram dados no Parlamento,- mais propriamente com a presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares. Para se certificarem- do assegu-ramento, uma carta foi endereçada ao Comando-Geral da Polícia que respondeu positivamente-. O encontro foi marcado para o dia 8, segunda-feira, pois o objectivo- era o de se fazer a entrega de uma petição no Parlamento.

Logo pela manhã, as disposições foram tomadas, a marcha mal deu os seus primeiros passos e ante a estupefacção de todo o mundo, alguns- polícias surgiram e

puseram-se a brutalizar os manifestantes, prenderam-5, dos quais quatro senhoras da direcção da PMA e um activista da OPEN SOCIETY.

Os cidadãos molestados ficaram abalados, profundamente lesados, porque estão cientes de que não só não acometeram, como a indignação- se torna maior quando estavam certos de que as autoridades tinham- os pormenores da marcha e até anuíram a sua realização.

Apesar de tudo, uma vez amainados- os ânimos, sem deixarem de protestar contra esta atitude antidemocrática,- altamente condenável,- já entabularam contactos com o Governo de Luanda na pessoa de sua Ex.^a Francisca do Espírito Santo que apoiou gesto igual, foi demons-trado por outras personalidades mais iluminadas,- caso da Ministra da Família,- o responsável do Comércio e o da saúde que cedeu uma ambulância. Eles preocu-param-se com a sorte dos detidos e prestaram algumas declarações.

10.17 Polícia de proximidade

Jornal de Angola
17 de Novembro de 2010

Ruas de Luanda são mais seguras

A Polícia de Intervenção Rápida foi colocada nas ruas de Luanda para trabalhar com a Polícia de Ordem Pública no combate à criminalidade,- informou, ontem, à Rádio Nacional de Angola, o comandante--geral, comissário--geral Ambrósio- de Lemos.

A decisão de colocar agentes da Polícia de Intervenção Rápida a combater a criminalidade, segundo Ambrósio de Lemos, saiu da cúpula- da corporação após ter constatado- que os efectivos do Comando Provincial de Luanda que faziam patrulha eram insuficientes.

- Ambrósio de Lemos sublinhou que foi dada uma orientação para a retirada de todos os polícias dos gabinetes- para o terreno das operações- de combate à criminalidade em Luanda.

A mais alta patente da Polícia em Angola reconheceu que havia excesso- de polícias nos gabinetes. “Tivemos, de certa forma, de reforçar com a Polícia de Intervenção Rápida em determinadas zonas, e porque os efectivos que o Comando Provincial de Luanda tem disponível para o patrulhamento são c insuficientes”, acentuou.

Esclareceu ainda que a retirada dos efectivos dos gabinetes vai servir para que se aproveite melhor os a quadros civis, que “devem tomar conta da parte administrativa”.

10.18 Polícia preocupada com crimes na fronteira

Jornal de Angola
19 de Novembro de 2010

Os crimes contra a economia transfronteiriços, o contrabando e a facturação duvidosa, preocupam- o Comando Provincial da Polícia Nacional na Lunda-Norte-. A ampla fronteira com a Re-pública Democrática do Congo tem sido o principal factor que leva muitas pessoas a comete- rem crimes contra a economia.

.: Zé João, segundo comandante da Polícia para a Ordem Pública, disse à nossa reportagem que muitos- estrangeiros entram de forma ilegal no país, passando pela Republica- Democrática do Congo. E acrescentou que com a paz, a Polícia- Nacional usa todos os recursos que tem para evitar a imigração ilegal sobretudo para a província Malange e Luanda. “Este controlo é realizado de forma constante porque todos os dias os estrangeiros indocumentado usam formas diferentes para entrarem no nosso país à procura F de melhores condições de vida”, c disse o comandante Zé João.

A província da Lunda- Norte anteriormente era um ter-ritório meramente diamantífero. O governador Ernesto Muangala tem estado a mobilizar- esforços humanos e técnicos para inverter a situação e diversificar as activi-dades económicas.

“Em toda a província estão a ser N criadas áreas de pro-dução, que m passam pelo incentivo do renascimento- da agricultura e da pequena ia indústria, para um desenvol-vimento to sustentável e o aumento do nível de vida das populações locais.

a O comandante Zé João defende que com incentivos económicos que lhes permitam diversificar as o fontes de subsistência a população e passa a ter outra mentalidade e op1-- ta por um trabalho honesto que não viole as leis vigentes no país, como e o auxílio à imigra-ção ilegal.

Na opinião do segundo comandante- para a Ordem Pública na Lunda-Norte, a província tem uma popula-ção na ordem dos 800 a 900 mil habitantes e por isso exige uma polícia moderna capaz de actuar segundo as necessidades.

“Estamos a realizar vários cursos- de formação com os nossos agentes para que possamos acompanhar- a modernização”.

No ponto de vista técnico e humano,- o segundo comandante Zé João garantiu que os efectivos da Polícia Nacional na Lunda-Norte cumprem todas as suas obrigações-. E de acordo com as características- de cada município, o número- de efectivos varia com as necessidades- e localização.

Policciamento constante

Para o Comandante Zé João a população sente segurança com a presença das autoridades policiais. E acrescentou que o rácio entre polícia e cidadão depende sempre da localização e as necessidades de cada município.

O município que mais precisa de vigilância constante da polícia é o Chitato. O segundo comandante Zé João disse que como em oficial superior da Polícia Nacional, o policiamento em cada município é feito de uma maneira: a qualquer parte do mundo, “a capital sempre é mais preocupante”. E sublinhou que “o município do Chitato, pelas suas características e dinâmica, exige uma constante permanência dos agentes da Polícia Nacional.”

O município do Cuango pelas suas características e complexidade é o segundo município que maior preocupação causa à polícia da Lunda-Norte. “O município do Cuango é uma vasta área diamantífera com muitas áreas fora do controlo das empresas e por isso sujeitas ao garimpo ilegal. Estamos a impedir permanentemente a violação das áreas reservadas às empresas-diamantíferas”, disse o segundo comandante Zé João.

10.19 Polícia preocupada com crimes na fronteira. Especialistas estão a realizar estudos sobre género em Angola

Jornal de Angola

21 de Novembro de 2010

Dois estudos preliminares sobre a igualdade de género e o trabalho digno em Angola vão ser determinantes para a introdução de novas questões na Lei Laboral, informou na quinta-feira, em Luanda, a coordenadora do projecto Igualdade de Género no Mundo do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Gabriela Simas.

Estes estudos são o resultado do projecto financiado pela Organização Internacional de Estudos do Trabalho, que é coordenado pelos ministérios do Trabalho e da Promoção da Mulher angolana.

Gabriela Simas adiantou que eles vão incidir nos temas “Igualdade de género e o trabalho digno em Angola” e “Integração da igualdade de género na legislação laboral angolana”.

A coordenadora referiu que a igualdade é para mulheres e homens trabalhadores, devendo as suas necessidades específicas ser tidas em conta na legislação em prol da sua protecção social e da promoção da igualdade de género. São dois estudos, acrescentou, que têm como característica essencial apoiar a futura Política Nacional de Género que vai constar dos programas virados para o mercado do trabalho e protecção social, com destaque

para aqueles que laboram no sistema informal ou que, pela especificidade do seu desempenho, ainda não estão inscritos na segurança social.

Ainda na área da protecção, vai ser analisada a questão da doença, o aumento do tempo da licença de maternidade e paternidade, para que se comece a responsabilizar o pai, de forma articulada, para esses cuidados que também lhe pertencem, com vista ao resgate dos valores-morais na família.

Para Gabriela Simas, as entidades empregadoras têm de entender que o pai também deve cuidar do seu filho, prevendo-se, neste caso, que a lei proteja a paternidade como faz com as mulheres.

10.20 Fórum de Jornalistas promove seminário em Luanda

Jornal de Angola

21 de Novembro de 2010

O Fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade no Género promove, na segunda-feira, em Luanda, no Museu de História Natural, um seminário sobre “Género e governação local”, anunciou, ontem, a organização, num comunicado.

O objectivo do seminário, refere a nota, é ampliar os conhecimentos dos jornalistas sobre temas ligados à governação local e a projectos em curso nos diferentes municípios, com base nas políticas traçadas pelo Executivo quanto à igualdade no género e ao processo de descentralização administrativa em curso.

No seminário, apoiado pelo Ministério da Família e Promoção da Mulher e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, vai ser “abordada a questão do tratamento jornalístico da temática género e governação local”. O seminário, sublinha a nota, enquadra-se no projecto de descentralização e governação local do PNUD, que está a ser implementado nas províncias piloto do Bié, Bengo, Kwanza-Norte, Malange e Uíge. O Fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade no Género vai realizar, sobre o mesmo assunto, seminários no Kwanza-Norte no Uíge.

10.21 Ruas de Luanda são mais seguras

Jornal de Angola

21 de Novembro de 2010

A Polícia de Intervenção Rápida foi colocada nas ruas de Luanda para trabalhar com a Polícia de Ordem Pública no combate à criminalidade, informou, ontem, à Rádio Nacional de Angola, o comandante-geral, comissário-geral Ambrósio de Lemos.

A decisão de colocar agentes da Polícia de Intervenção Rápida a combater a criminalidade, segundo Ambrósio

de Lemos, saiu da cúpula- da corporação após ter constatado- que os efectivos do Comando Provincial de Luanda que faziam patrulha eram insuficientes.

Ambrósio de Lemos sublinhou que foi dada uma orientação para a retirada de todos os polícias dos gabinetes- para o terreno das operações- de combate à criminalidade em Luanda.

Amais alta patente da Polícia em Angola reconheceu que havia excesso- de polícias nos gabinetes. “Tivemos, de certa forma, de reforçar- com a Polícia de Intervenção Rápida em determinadas zonas, porque os efectivos que o Comando- Provincial de Luanda tem disponível para o patrulhamento são insuficientes”, acentuou.

Esclareceu ainda que a retirada dos efectivos dos gabinetes vai servir- para que se aproveite melhor os quadros civis, que “devem tomar conta da parte administrativa”.

10.22 Género em Debate no Local de Trabalho

Jornal de Angola

24 de Novembro de 2010

A ministra da Família e Promoção- da Mulher, Genoveva Lino, disse, ontem, em Luanda, que uma boa governação deve ser apoiada- por todos os elementos da sociedade- e em especial “pelos que tem sido excluídos tradicionalmente como as mulheres e jovens raparigas” constitui um pré requisito- para o desenvolvimento sustentável.

Genoveva Lino disse que “este é um requisito para o desenvolvimento- sustentável. A ministra participou no seminário sobre “género- e boa governação local”, promovido pelo Fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade no Género e defendeu que a descentralização- dos recursos concede às comunidades oportunidades e condições favoráveis para o desenvolvimento- do país.

“Uma sociedade onde mulheres e homens têm as mesmas oportunidades- e direitos iguais, permite- afirmar a política nacional da igualdade de género que constitui o instrumento orientador para a execução das acções concernentes- às mudanças de comportamento, - atitudes e práticas discriminatórias- que impedem o desenvolvimento sustentável”, disse, Genoveva- Lino.

A ministra da Família e Promoção- da Mulher afirmou que o desenvolvimento- só é efectivo se todos juntos, mulheres, homens, raparigas- e rapazes, participarem no processo- cada um ao seu nível dando o seu saber. No nosso país, disse Genoveva- Lino, existe ainda a necessidade de incluir as mulheres em todas as estruturas da governação.

A directora do PNUD em Angola,- Gita Welch, afirmou que a descentralização em Angola está a surtir efeitos porque dentro em breve “vamos ter resultados positivos em cada município e comuna”-. E acrescentou que o desenvolvimento- nas comunas e municípios- é cada

vez mais notável, porque- as mulheres desempenham um papel importante para a sustentabilidade- das famílias. “Em todo mundo as mulheres são a maioria- e isto mostra que devemos ter um papel activo na esfera social de cada comunidade para o desenvolvimento- de cada nação”, disse Gita Welch-. Emília Rita, coordenadora do Fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade de Género, afirmou- que o seminário visa dotar as mulheres jornalistas com conhecimentos da descentralização da administração pública local e com mecanismos que permitam desenvolver o tema com melhor abrangência na sua actividade.

10.23 Especialistas questionam política de quotas

Angolense

De 27 de Novembro a 14 de Dezembro

Sociólogo Lukombu Nzatuzola não concorda com a promoção da mulher com base em quotas, porque segundo disse, quem as estabelece são os homens. Na opinião do também docente universitário, a mulher tem que ocupar qualquer lugar possível nem que seja 100% desde que tenha a competência demonstrada para assumir o exercício das tarefas que lhe forem incumbidas.

José Zangui

O sociólogo, que falou a margem da palestra promovida pela fundação Friedrich Ebert, subordinada ao tema “O protocolo da SADC sobre o género e desenvolvimento”, defendeu também que as pessoas têm um conceito errado sobre o que é género. Segundo disse, quando se fala de “género” não se esta apenas a se referir ao sexo feminino, esclarecendo que o termo significa as funções, dever e responsabilidades culturais ou socialmente atribuídas as mulheres, homens, raparigas e rapazes.

Simão Hossi, dá acção angolana para a mulher, também e da opinião que as mulheres não devem ser promovida para se preencher cifras estabelecidas. No entender deste activista cívico o que esta em cause e a igualdade de direitos e de competências, portanto continuou, a mulher e o homem numa sociedade devem lutar em igualdade de circunstâncias, embora, sublinhou no caso de Angola, deve ser dada atenção à mulher por ela ter sido marginalizada perante muito tempo por razões culturais.

Quem também acha que as quotas não são importantes, e o representante residente da fundação FRIEDRICH EBERT. Oliver Dalichau disse que Angola é um exemplo disso, por ter no seu parlamento cerca de 35% de mulheres entre os deputados, ultrapassando assim, as cifras estabelecida.

O representante da fundação FRIEDRICH EBERT defende que a mulheres devem ter o poder real e estas não precisam que lhes seja dado mas tem conquistado competência.

Estas posições foram defendidas a margem de uma palestra realizada pela fundação Friedrich Ebert, esta quinta feira, 25, dia internacional da luta contra a vio-lência da mulher.

A palestra teve como tema o protocolo da SDC sobre género e desenvolvimento e teve como oradora a direc-tora nacional da política do género do ministério da Família e promoção da mulher, Inês Gaspar.

Na sua prelecção, a responsável disse que o protocolo que foi ratificado pelo governo angolano já esta a ser implementado.

Um dos exemplos práticos que ressaltou e o projecto de “Descentralização e governação local” que o governo angolano esta a implementar em alguns municípios acrescentando que outros indicadores que mostra que o protocolo esta a ser implementado é aprovação em con-celho de ministros, recentemente, da lei contra violência domestica, que contou com a contribuição da sociedade civil, e que nesta altura se encontra no parlamento, onde aguarda aprovação. Segundo disse a par da legislação foi elaborado um plano de acção.

A palestra faz parte de um ciclo de debates que a funda-ção Friedrich Ebert está a realizar. Em Luanda já foram realizadas três e vai se estender para o resto do país.

A organização pretende elaborar uma brochura com os temas abordados para a circulação nos países da SADC.

10.25 Organização quer mais mulheres em cooperativas de camponeses

Jornal de Angola

28 de Novembro de 2010

A secretária provincial adjunta da Organização da Mulher Angolana- (OMA) na Huíla, Belinda Tchipongue, exortou, na sexta-feira, as mulheres do município da Matala a aderirem em massa às coope-rativas de camponeses para beneficiarem de apoios do Governo- no combate à fome e a pobreza.

Belinda Tchipongue, que falava na abertura da Assembleia de Balanço- e Renovação de Mandato, disse que o Executivo tem como preocupação erradicar a fome e a pobreza no seio das famílias. “O Executivo criou mecanismos que visam combater a fome e a pobreza nas famílias, com a distribuição- de instrumentos agrícolas,

sementes e o crédito agrícola”, disse. Belinda Tchipongue reconheceu que existem mulheres camponesas- não asso-ciadas, situação que dificulta a concessão de apoios.

10.26 Prostituição prolífera peça ruas da cidade do Lobito

Jornal de Angola

28 de Novembro de 2010

A prostituição tem vindo a aumentar- a olhos vistos, na cidade do Lobito. A falta de emprego, o elevado custo de vida, as dificuldades- para pagar as propinas nos colégios e universidades, a ânsia de adquirir um carro ou uma residência, entre outros motivos,- estão a levar algumas jovens- a apostarem no negócio mais sórdido de todos os tempos-. Consideradas mulheres de vida fácil, a realidade desmente, no entanto, este epíteto. A vida da prostituta é dura, pesem embora- as aparências.

As compensações flutuam entre excessivo e o escasso. Algumas conseguem grandes lucros, mas tomam-se vazias do ponto de vista espiritual. Umam praticam esta actividade- para aparecerem quotidianamente- bem apresentadas, com roupas de marca, perfumes de qua-lidade, telemóveis último modelo, e frequentarem hotéis e restaurantes- de referência. Outras fazem-no simples-mente para sobreviver, alimentar- a família e custear os estudos- dos filhos.

Há ainda, mais raramente, quem faça por mera luxúria e necessidade- de variar com pessoas estranhas-. “Quando se come constantemente- o mesmo prato, fica-se com náuseas”, disse à reportagem do Jornal de Angola uma jovem prostituta- que não quis revelar o seu nome.

A dona Domingas Filipe é de opinião que as novelas, os sites da Internet que expõem pornografia, os clubes de vídeo que proliferam nas nossas cidades, com maior incidência- nas zonas suburbanas, as discotecas e outros locais de diversão- nocturna, têm facilitado a entrada- de muitas jovens para o mundo- da prostituição.

“Hoje, muitas jovens, entre os 13 e 18 anos de idade, fazem coisas perversas relacionadas com a intimidade- sexual do casal, coisas que as suas mães, tias e avós nunca fizeram- durante toda a sua vida. E quando as reprendemos ainda nos chamam de antiquadas. Saem à sexta-feira para irem a uma festa com uma amiga e muitas vezes só regressam no domingo, a altas horas- da noite. Chamam a isso evolução”,- lamentou.

Para evitar a censura da comunidade- onde vivem, algumas jovens de Benguela, principalmente aos fins--de-semana, vão exercer a prostituição no Lobito, e vice -versa-. Os locais preferenciais para as suas investi das são as paragens de táxi e autocarros, os restauran-tes, discotecas e hotéis, onde algumas chegam mesmo a hospedar-se.

Jovens estrangeiras na Zona Comercial

Na cidade do Lobito já se vêem muitas cidadãs da República Democrática do Congo e do Congo Brazaville no negócio da prostituição. Durante o dia dedicam-se ao comércio de mercados informais, fazendo aplicação de cabelo postigo ou manicura, entre outras pequenas actividades, e na calada da noite espalham-se pela Zona Comercial, preferencialmente próximo do portão 7 do Porto Comercial do Lobito, numa casa nocturna, cujo nome preferimos ocultar, frequentado por marinheiros.

Quem passa por este local entre as 21 horas e a uma da manhã, fica sem saber se está num bairro de um dos Congos ou de Angola. Elas interpelam- homens que caminham isolados e viaturas que estacionam,- e oferecem-se às pessoas do sexo oposto, dispostas a saciarem os desejos masculinos, utilizando toda a astúcia possível na ânsia de ganhar o dinheiro que lhes garanta uma sobre-vivência com o mínimo de sobressaltos.

Em conversa com algumas delas, o Jornal de Angola foi informado que os preços podem variar entre os cinco mil kwanzas, para um “serviço”- simples, e 15 mil, se a noite for mais longa e diversificada. Se o encontro- acontecer num local mais luxuoso,- o preço pode alcançar os 25 mil ou 30 mil kwanzas.

A forma como invadem a Zona Comercial (em blocos) dá a entender- que existe algum tipo de organização- por detrás delas e que se trata de um mercado rentável. A reabilitação da estrada nacional número 100 (Luanda/ Benguela) tomou a ida até ao Lobito bastante fácil.

Algumas das prostitutas de rua já conheceram a cadeia, por terem sido- encontradas “em acção” em viaturas- estacionadas em plena via pública,- motivo que as levou a serem mais cautelosas, andando aos pares:- enquanto uma “trabalha” a outra- vigia e assim anda o negócio.

A Zona Comercial não é o único local de acção das prostitutas. Na Canata, a profissão é muito comum desde o tempo colonial. Na zona alta- da cidade, também as encontramos- em pequenos restaurantes, que geralmente se dedicam à venda de bebidas e petiscos e possuem alguns quartos.

Zungueiras disfarçadas

Mais recentemente também se tomou comum ver zungueiras tão bem apresentadas, que até confundem- os clientes. São moças esbeltas,- bem apresentadas e perfumadas,- que se disfarçam de zungueiras- para conseguirem os seus objectivos-. Muitos homens, que já descobriram o “truque”, interpelam--nas e à primeira abordagem elas discutem logo o preço. Se o valor estiver dentro das suas expectativas- ou for superior, deixam a mercadoria- com uma amiga e partem com o cliente.

Entre as zungueiras, a prostituição- está a enraizar- se por muitas delas, depois de longa caminhada durante o dia, não conseguirem vender nada. Para não regressarem a

casa de mãos vazias, optam por comercializar o próprio corpo.

“Estou a rodar desde manhã e até agora não consegui nada. Se aparecesse- um tipo que me desse qualquer- coisa para comprar comida para as crianças nem olhava para trás”, confessou uma delas.

Igreja Católica admite aumento

Para compreender melhor o fenómeno, o Jornal de Angola falou com Dília Lopez, coordenadora do Centro Social Renascer, que dedica à educação de prostitutas. As irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor, adstritas à Igreja Católica, encontram-se no Lobito desde 2000, a trabalhar na minimização das casas e consequências da prostituição, dando às jovens amparo e formação.

“Antes era uma prostituição de meninas de rua, o que não acontece agora. Vemos em todos os cantos do Lobito, sobretudo a partir das 22 horas, em lugares específicos, na ponta da Restinga, Zona Comercial,- nas Bombas de Combustível, entre outros, muitas rapari-gas, cada dia com menos idade. Já não são as chama-das “Catorzinhas”, agora até estão expostas adolescentes com 12 anos”, reconheceu Dília Lopez, que se recusou a ser fotografada.

- Adiantou que na cidade existem diferentes níveis de prostituição. “Há a de sobrevivência, que aglomera- aquelas jovens que em casa não têm nada para comer e assim cobrem as necessidades básicas. Muitas vezes os pais passam a vida na bebedeira, as mães e os filhos são vítimas de violência e as jovens vêm como saída, perante a pobreza- e a violência familiar, ir para a rua conseguir o sustento mais fácil para a mesma família”, sublinhou.

Considerou que há outras que se prostituem para entra-rem nas escolas- e universidades, para além daquelas que querem acompanhar a moda e estar dentro de outros grupos sociais.

A irmã Dília Lopez, de nacionalidade colombiana, foi peremptória ao afirmar que, quando uma mulher entra no mundo da prostituição, ganha hábitos e costumes de que posteriormente tem dificuldades de se livrar, porque o meio social faz muita pressão e com o grupo de amigos que se cria é difícil sair dessa prática. “Tenho informa-ções que na zona do Porto Comercial de Lobito existem mulheres do Congo Brazaville e da RDC que também exercem a actividade, inclusive algumas- em situação migratória ilegal-. A única diferença que existe é que estas são adultas e creio que estão- nessa actividade por dificuldades- financeiras”, afirmou.

Um jovem educador da área social,- acrescentou Dília Lopez, informou--me que nos últimos tempos- também se vêem jovens asiáticas,- sobretudo da China e talvez Filipinas, que de dia se dedicam a trabalhos de fotografia

e fotocópias- e de noite vão para os bares prostituírem-se. Interpelada sobre a notória presença- de muitas jovens religiosas de várias congregações no mundo da prostituição, frisou que o tema não tem diferença de raças ou religiões-. Perante uma necessidade ou uma quebra emocional pode -se entrar- nesse circuito. “Conhecemos muitas meninas de diferentes igrejas- com um potencial espiritual imenso e que acreditam em Deus, mas, devido às necessidades e outras- circunstâncias, tornaram-se vítimas- da prostituição”, assegurou.

Dília Lopez referiu que muitas delas, não só pela pobreza mas por terem sofrido violações de familiares- ou outras pessoas, possuem uma auto-estima muito baixa.

“É uma maneira negativa de tentar- sobreviver a essa situação é entrar- no mundo da prostituição”. A coordenadora do Centro Social da Igreja Católica afirmou que, “em geral, uma mulher que se prostitui tem uma auto-estima baixa e o primeiro- trabalho que deve ser feito com ela é ensinar-lhe a valorizar-se a si própria como mulher e fazê-la entender que, apesar de estar nessa vida, pode superar-se, ter um valor grande dentro da humanidade- e da sociedade”. Primeiro, disse a irmã, deve-se levantar- a sua auto-estima, conhecer os seus problemas e sofrimentos, porque uma mulher que se prostitui sofre muito e é muito violentada. Dília Lopez adiantou que a família- e a sociedade não devem virar as costas a essas jovens prostitutas, mas sim dar-lhes outras- alternativas, amparando-as e escutando-as.

“As estruturas do Governo devem- criar mais postos de trabalho, porque muitas dessas jovens têm maridos desempregados e estes mandam as mulheres trabalhar para os sustentarem.

Este tema de sobrevivência é muito complicado, porque é muito doloroso uma jovem ver a sua família- a passar fome, com particular realce para as crianças”, asseverou. Na sua óptica, os jovens necessitam- de formação e de oportunidades- de trabalho, porque a prostituição- é uma via para a transmissão de várias doenças, principalmente a si da que tem estado a dizimar e a fazer desmornar muitas famílias em África, e não só.

10.27 Lei contra violência doméstica assegura a protecção às vítimas.

O País

30 de Novembro

A ministra da Justiça afirmou, no sábado, em Benguela, que a proposta de Lei sobre Violência Doméstica, apreciada pelo Conselho- de Ministros e remetida à Assembleia Nacional, assegura a protecção das vítimas, sejam homens, mulheres, crianças ou idosos.

Guilhermina Prata, que discursava- no encerramento do segundo Encontro- Nacional de Aconselhamento

Jurídico, que se realizou, na sexta-feira e no sábado, disse que “todas as vítimas de violência são importantes e têm direito a protecção”.

Com a lei sobre a violência doméstica,- sublinhou, o Executivo apresenta uma proposta clara, estruturada- e coerente, cujos principais- objectivos são atinentes à pro- tecção das vítimas.

O Executivo, referiu, tem tomado medidas legislati-vas contra o fenómeno- da violência doméstica, com a promoção da cidadania e igualdade, reforço de campanhas de informação,- formação, apoio e acolhimento das vítimas, numa lógica de reinserção- e autonomia.

Guilhermina Prata disse que o Executivo demonstrou estar atento “a um fenómeno de acentuada gravidade- social”, com “a erradicação da violência contra os mais vulneráveis,- como mulheres, crianças, idosos,- pessoas dependentes e com deficiência”,- sobre os quais, frisou, ela “tem um efeito ainda mais devastador- e compromete o seu bem-estar e desenvolvimento”.

A ministra recordou que “a violência- não conhece fronteiras ideológicas e tem estado, nos últimos tempos,- no centro das preocupações de todos os segmentos da socie-dade civil- no país”.

A proposta de lei, garantiu, constitui- um avanço civilizacional e “a proposta de lei visa apontar este combate na direcção certa”, acentuou,- acrescentando:

“O combate à violência no género também será prosseguido com o Plano Nacional de Acção contra a Vio- lência Doméstica”.

Mais do que mudar as leis, importa- mudar as mentalidades”, disse, alertando: “O Executivo não vai desistir- do combate efectivo, sem tréguas,- mobilizando as auto-ridades públicas e também as organizações da sociedade civil para preservar a dignidade das pessoas, das mulhe- res, dos idosos, das crianças, sempre que estes sejam objecto do crime da violência doméstica”.

Guilhermina Prata afirmou que a violência doméstica “exige uma resposta- social” em que a contribuição do judiciário não deve ir “além do estritamente necessá-rio para proteger- e acautelar direitos fundamentais das vítimas e punir e encaminhar o agressor para a reinser-ção social”.

A ministra da Justiça elogiou o trabalho- da OMA nos últimos 30 anos, como defensora principal dos direitos- das mulheres, com o apoio material- e psicológico dado às vítimas de violência doméstica e dos centros de conselhos jurídicos e de mediação de conflitos familiares.

10.28 Mais civismo nas comunidades combate a violência domestica

Jornal de Angola

25 de Novembro de 2010

FLÁVIA MASSUA/Saurimo•

Antónia Kavumbu, 25 anos, vive- um drama familiar. Casada há quatro anos, continua à espera de um dia engravidar. Mas essa hora nunca chegou e a felicidade agora é um drama que ela vive diariamente-. O marido e seus familiares tratam-na mal. Insultos e piadas maldo-sas marcam o quotidiano desta mulher.

Da sua família tem chegado indiferença- e um silêncio sepulcral. Pais, tios e irmãos da infeliz abandonaram--na quando falharam os tratamentos tradicionais. Também recorreu aos médicos mas ao fim de dois anos os trata-mentos terminaram,- sem resultados.

Antónia Kavumbu, logo de manhã,- caminha cabisbaixa até ao rio. Parece um cordeiro que segue para o mata-douro. A repetição da palavra “mbaka” é a humilhação mínima que sofre em casa e na comunidade-. Os vizi-nhos também a tratam com crueldade.

Antónia Kavum bu desconhece a origem da desgraça que transformou- a sua vida num calvário. “Meu marido não dorme em casa e quando- lhe cobro é confusão. Diz que estou a dar cabo dos lençóis e não mereço a comida”, disse, deixando escapar as lágrimas. A jovem diz que é inocente de tudo o que acolletece- e pergunta se a dig-nidade das pessoas depende apenas da capacidade- de reprodução.

Para ajudar Antónia Kavumbu e tantas outras mulheres que sofrem a violência doméstica, a JMPLA I organizou uma palestra, em Saurimo, onde se fez um apelo à colaboração de psicólogos com os coordenadores dos bairros, para ajudarem li na educação das famílias e ace-lerar o processo de resgate de valores éticos e morais no seio das comunidades-.

A palestra está inseri da nas comemorações- dos 48 anos da fundação da JMPLA.

Jeremias Txiftmga, dirigente provincial da JMPLA, defendeu que as apostas na formação académica,- profissional e religiosa, são “fundamentais para a inserção social- em qualquer país que almeja o desenvolvimento”. Do leque de actividades que a JPMPLA está a realizar, Jeremias Txifunga destaca campanhas de doação de sangue, participação nas sessões de mobilização contra a sinistralidade- e doenças sexualmente transmissíveis. A lista de acções inclui- o enquadramento de 3.000 novos-militantes, que permitiu à organização- passar dos 25.845 militantes,- para 28.245.

10.29 Violência doméstica diminui no Namibe

Jornal de Angola

26 de Novembro de 2010

Os casos de violência doméstica no Namibe reduzi-ram de forma considerável,- em resultado das campa-nhas de sensibilização que a direcção local da Família e Promoção da Mulher tem levado a cabo em toda a região.

De acordo com a chefe do departamento- da Política Familiar da direcção- provincial, Beatriz Pinheiro, as campanhas realizadas, através de palestras e seminários, entre outras actividades, permitiram uma mudança- de comportamento e de mentalidade- por parte de prováveis agressores- e vítimas.

A instituição registou 35 casos de violência doméstica no terceiro trimestre- deste ano, menos 11 do que em igual período de 2009. Dos casos notificados, no período em referência,- 12 foram encaminhados para o fórum judi-cial, quatro estão sob investigação- criminal, um reme-tido ao Instituto Nacional da Criança, oito-resolvidos pela direcção da Família e Promoção da Mulher e dois são considerados pendentes.

As ofensas corporais lideram o gráfico, com 13 casos, seguidas do incumprimento de mesada, paternal e aban-dono do lar, todos- com seis, sendo quatro registos- de desalojamento.

Os casos deram-se maioritariamente- nos bairros Valódia, também- conhecido por Plató, Forte Santa Rita e no aglomerado populacional- 5 de Abril, sendo que a faixa etária dos agressores varia entre 25 e 29 anos.

Beatriz Pinheiro considerou que, facto das mulheres terem actualmente- uma elevada cultura jurídica tem permitido que muitas delas, em situação de vítima, acorram directamente- aos órgãos da Justiça para fazer valer os seus direitos.

A responsável advertiu ainda os envolvidos em actos violentos a pautarem-se pela cultura de diálogo, por “a violência não ser o melhor- caminho para a resolução dos problemas no seio familiar”.

10.30 Moradias de acolhimento para vítimas de violência

Jornal de Angola

26 de Novembro de 2010

O Governo vai construir, em 2011 J casas de acolhi-mento para vítimas de violência doméstica, anunciou, ontem, em Luanda a ministra da Família e Promoção da Mulher. Genoveva Uno, que falava na abertura da campanha dos 16 dias de activismos sobre a violência contra a mulher, que decorre em todo o país, até 10 de Dezembro, disse que já foram cabimentadas as verbas

para a realização de estudos de viabilidades- que vão permitir o Início das obras. “Estas casas vão poder abrigar temporariamente as vítimas até que haja possibilidade de se resolverem os conflitos domésticos”, afirmou.

Geneveva Lino referiu que as casas- vão dispor de um conjunto de serviços de apoio psicológico e social- às vítimas.

A ministra anunciou que estão a ser criados, a nível nacional, centros- de aconselhamento de referência- onde as vítimas podem acorrer sempre que se sentirem lesadas. Quanto ao número de casos de violência doméstica registados este ano, disse que o gabinete de estatística- do Ministério ainda está a fazer a compilação, mas que, do “conhecimento- vago que se tem” já ultrapassam- os três mil registados em 2009.

Ministra Geneveva Uno

Este número, frisou, pode ser maior, pois muitas vezes, quando as vitimas tomam a iniciativa de denunciar, sofrem represálias da família e do próprio agressor.

“Com medo, as vítimas retiram as queixas e, como resultado, entram- em desespero e muitas vezes sentem- se desprezadas pela sociedade”,- declarou, acrescentando que em caso de conflito no lar, a mulher é, não raro, compelida a ficar com os filhos e sem a casa. “Em muitos- casos, os maridos não contribuem- para o sustento e é a mulher sozinha que tem de trabalhar para sustentar os filhos e educá-los”, referiu.

Crime público

A ministra defendeu que a violência- doméstica passe a ser considerada- crime público, adiantando que isso pos-sibilita “que qualquer pessoa” a possa denunciar, além de “atribuir aos tribunais e à Policia a obrigatoriedade de tomarem conta do caso até ao fim”.

Geneveva Lino manifestou o desejo da sociedade aproveitar os 16 dias de activismos sobre a violência- contra a mulher para reflectir- profundamente o assunto para serem encontradas formas certas para se acabar com a violência- domestica, “uma das principais- causas da desestruturação das famílias angolanas”.

A campanha dos 16 dias de activismo- sobre a violência contra a mulher, que começou, ontem, tem como lema “Estrutura da Violência, Definindo as Intersecções- do Militarismo e da Violência- Contra a Mulher”.

A campanha termina na data em que se celebra a Proclamação da Carta dos Direitos Humanos.

Sociedade deve adoptar comportamentos dignos

“Os 16 dias de activismo sindical contra a violência de género” foi tema de um colóquio realizado ontem,- em Luanda, pelo Comité Nacional- da Mulher Sindicalizada, afecto à União Nacional dos Trabalhadores- Angolanos - Confederação- Sindical (UNTA-CS).

Durante o colóquio, inserido na campanha internacio-

nal, promovida- em Angola pelo Ministério da Família e Promoção da Mulher, José- Leopoldino Ndjamba apresentou- o tema “A violência de género”.

O estudante de Direito da Universidade agostinho Neto esclareceu- que a violência de género diz respeito aos actos que vão contra a integridade física e moral não só das mulheres, mas também dos homens,- tendo em conta a classificação- convencional dos seres humanos- quanto ao género.

José Leopoldino Ndjamba considera- necessária a abor-dagem frequente- do tema na sociedade, para que os cidadãos aprofundem os seus conhecimentos sobre a temática e estejam motivados a combater a violência, através da adopção de comportamentos dignos, segundo as normas de convivência social.

Porém, alertou, “não basta termos- conhecimento do tema. É preciso- acatarmos os conselhos, adoptando- comportamentos positivos, para que comecemos a cons-truir lffia sociedade menos violenta”.

A campanha “16 dias de activismo- contra a violência de género”, foi aberta ontem e decorre até ao dia 10 de Dezembro, em 135 países-. O objectivo desta campanha internacional, promovida pelo centro- para a Liderança Global das Mulheres, desde 1991, é sensibilizar- a popu-lação para a necessidade de combater este flagelo e dar visibilidade à problemática.

No Andulo

Palestras, acções de limpeza e saneamento básico em várias regiões- do Andulo marcam a campanha- dos” 16 dias de activismo contra a violência de género”, iniciada- ontem naquele município, por iniciativa da Organização da Mulher Angolana (OMA).

Acampanha, a decorrer sob o lema “Direitos da mulher, direitos humanos- para todos”, é dirigida a toda a comunidade, mas especialmente às mulheres das Forças Armadas Angolanas- eda Polícia Nacional, disse

Antónia- Arão, responsável municipal da Família e Promoção da Mulher.

A importância da mulher na sociedade- e a violência de género são temas predominantes nas mensagens- a serem transmitidas durante as palestras, salientou o respon-sável dos Serviços Sociais da administração municipal, Jerónimo Chivala.

A transmissão dos conteúdos da Constituição da República de Angola- e a promoção da mulher também- constam entre os temas a serem- tratados.

* Com José Chaves I Andulo

10.31 OMA apoia combate à pobreza como prioridade do Executivo

Jornal de Angola

29 de Novembro de 2010

Após dois dias de debates e discussões, terminou sábado na cidade de Benguela o 11 Encontro Nacional Sobre o Aconselhamento Jurídico promovido pela organização feminina do MPLA.

O encontro, que reuniu membros do Comité Nacional da OMA, de-putadas à Assembleia Nacional, representantes das associações de mulheres juristas e empreendedoras de Angola e da Organização Pan-Africana das Mulheres, concluiu no final dos trabalhos que vai solicitar ao Executivo para que na agenda social o combate à pobreza continue a ser prioritário. Também foi recomendada a criação de centros de aconselhamento jurídico da OMA em todo o país, como forma de assis-tência gratuita e defesa dos direitos das mulheres e da família.

As participantes no encontro concluíram que vão continuar a cooperar com o Ministério da Família e Promoção da Mulher, departamentos governamentais, Polícia Nacional, igrejas e associações da sociedade civil no combate à violência, para a consolidação de valores mais justos e de acordo com os princípios de um Estado democrático e de direito.

O encontro concluiu que o trabalho de advocacia junto das entidades competentes para o acesso à educação, saúde, habitação, assistência social, a justiça, trabalho, à protecção laboral, vai continuar a ser feito.

A acesso gratuito ao Bilhete de Identidade, com particularidade para as mulheres em situação vulnerável, e o Registo Civil junto das maternidades, constam igualmente das conclusões do encontro.

A encontro solicitou o alargamento dos programas de informação, comunicação e educação e considerou prioritária a elaboração de um inquérito nacional sobre a violência no género. Por outro lado os participantes congratularam-se com a adopção pelo Executivo do Projecto-Lei Contra a Violência Doméstica, que consideram um passo importante na defesa dos

Mudança de comportamento Na sessão de abertura do II Encontro Nacional Sobre o Aconselhamento Jurídico, a secretária-geral da OMA, Luzia Inglês, apelou à mudança de comportamento em relação à violência sob todas as formas.

Durante a sua alocução, Luzia Inglês reiterou a firme disposição da OMA em trabalhar na mediação e resolução dos conflitos familiares, lutar contra a violência baseada no Ao encerrar o Encontro Nacional Sobre o Aconselhamento Jurídico, a ministra da Justiça,

Guilhermina Prata, considerou a violência doméstica “um crime tenebroso e multifacetado”- que atinge transversalmente- a sociedade angolana, para a qual a resposta deve ser igualmente transversal e conjugada. “A violência doméstica é um assunto- actual e um assunto de todos os tempos. Trata-se de um complexo- problema social, porventura um dos mais complexos do nosso tempo”,- realçou a ministra.

Guilhermina Prata anunciou que o Executivo tem estado a criar medidas legislativas contra o fenómeno da violência doméstica como- eixo político de actuação, isando a adopção de uma política de prevenção e de combate.

O aconselhamento jurídico como- forma de advocacia e mediação- na defesa dos direitos da mulher- e consolidação da família, a comunicação social no combate à violência doméstica e defesa da igualdade do género, o projecto-lei contra a violência doméstica e o impacto da migração nas famílias, foram os temas que dominaram os trabalhos do Encontro Nacional Sobre o Aconselhamento Jurídico realizado em Benguela.